



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E
DINÂMICAS REGIONAIS

FERNANDA PEREIRA DE BRITO

**DESENVOLVIMENTO E O TRABALHO DOMÉSTICO E DE
CUIDADOS DAS MULHERES QUE RESIDEM NO
MONUMENTO NATURAL DAS ÁRVORES FOSSILIZADAS
DO TOCANTINS/FILADÉLFIA-TO**

ARAGUAÍNA/TO
2019

FERNANDA PEREIRA DE BRITO

**DESENVOLVIMENTO E O TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS DAS
MULHERES QUE RESIDEM NO MONUMENTO NATURAL DAS ÁRVORES
FOSSILIZADAS DO TOCANTINS/FILADÉLFIA-TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e aprovada em sua forma final pela orientadora e pela Banca Examinadora.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tatiane Marinho Vieira Tavares.

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Silva Nascimento Silva.

ARAGUAÍNA-TO

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- B862d Brito, Fernanda Pereira de.
DESENVOLVIMENTO E O TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS DAS MULHERES QUE RESIDEM NO MONUMENTO NATURAL DAS ÁRVORES FOSSILIZADAS DO TOCANTINS/FILADÉLFIA-TO. / Fernanda Pereira de Brito. – Araguaína, TO, 2019.
187 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, 2019.
- Orientadora : Tatiane Marinho Vieira Tavares Coorientadora :
Maria Das Graças Silva Nascimento Silva
1. Economia feminista. 2. Trabalho reprodutivo feminino. 3. Mulheres rurais. 4. MONAF. I. Título

CDD 711.4

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FERNANDA PEREIRA DE BRITO

**DESENVOLVIMENTO E O TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS DAS
MULHERES QUE RESIDEM NO MONUMENTO NATURAL DAS ÁRVORES
FOSSILIZADAS DO TOCANTINS/FILADÉLFIA-TO**

Dissertação avaliada e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, Câmpus Araguaína, para obtenção ao título de Mestre e aprovada em sua forma final pela orientadora e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Tatiane Marinho Vieira Tavares.

Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria das Graças Silva Nascimento Silva.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Temis Gomes Parente, UFT

Prof. Dr. Miguel Pacifico Filho, UFT

Orientadora – Prof^ª. Dr^ª. Tatiane Marinho Vieira Tavares, UFT

Para minha mãe, que, em matéria de trabalho gratuito, educação e amor, deu-me tudo o que pôde dar para que eu me tornasse a mulher que sou hoje.

AGRADECIMENTOS

No caminho que percorri até aqui muitas foram as forças e o amor doados pelas pessoas maravilhosas que me cercam.

O meu primeiro agradecimento é para minha muito amada mãe Ermir Guimarães que me deu à vida e dedicou a mim uma enorme quantidade de tempo gratuito para poder me alimentar, vestir, limpar, ensinar e amar. A inspiração para pensar e começar este trabalho vem de sua vida de trabalho pouco reconhecida, mas de grande importância. A dívida que eu tenho com ela é impagável.

Também agradeço ao Criador pela vida e força que me deu até o momento.

Agradeço à minha eterna e querida professora de faculdade e vida, Clarete de Itoz, que sempre acredita e aposta em mim e me mostrou e apoiou no caminho do Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

Institucionalmente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro que me permitiu realizar esse curso e essa pesquisa.

Um agradecimento especial para minha companheira que amo muito, Elvira Angelina, que tem me ensinado o verdadeiro significado de companheirismo. Obrigada pelas contribuições inestimáveis que você deu a este trabalho: suas idas ao campo comigo, a mão que estendeu à mim quando eu desmoronei no abismo da minha própria mente, as contribuições que fez enquanto ser humano lindo que você é.

Um “muito obrigada” enorme para as mulheres do MONAF, pela participação maravilhosa na pesquisa, pelas conversas e confiança que tiveram em mim, pelos sorrisos, pelos cafezinhos e bolos. Vocês são a alma dessa pesquisa, espero não desapontá-las. Agradeço também a equipe do MONAF pela hospitalidade e cordialidade com que nos receberam.

Pelo suporte teórico, agradeço as teóricas feministas, brasileiras ou não, estimadas irmãs que além das próprias batalhas, lutam pelo reconhecimento das contribuições intelectuais das mulheres e dos feminismos.

Pelas correções, reflexões, sugestões, indicações, conversas e esclarecimentos agradeço a: minha orientadora Tatiane Marinho que além de orientar, transmite paz, à inspiradora professora e amiga Renata Petarly; aos professores do PPGDire: Telma Pontes e João de Deus que conversaram comigo sobre as análises; o estimado professor Fernando Toledo pelos livros e visões sobre metodologia; também ao professor Miguel Pacífico pelas

conversas reanimadoras sobre as dificuldades de alunos que vêm de camadas pobres na universidade e também a Temis Parente que além das contribuições, é uma inspiração para nós pesquisadoras com os seus estudos incríveis sobre as mulheres no Estado do Tocantins.

Pessoal e carinhosamente agradeço à minha amiga Kétila Rodrigues por me ouvir, apoiar e aconselhar sempre, também agradeço à minha amiga e colega Valéria Santos pelo carinho, confiança e apoio nessa jornada. Agradeço a todos os meus amigos que direta ou indiretamente me ajudaram a chegar até aqui.

Obrigada meu povo lindo. Espero poder retribuir de alguma forma o que fizeram por mim. É nós!

Triste, louca ou má

Triste, louca ou má

Será qualificada

Ela quem recusar

Seguir receita tal

A receita cultural

Do marido, da família

Cuida, cuida da rotina

Só mesmo rejeita

Bem conhecida receita

Quem não sem dores

Aceita que tudo deve mudar

Que um homem não te define

Sua casa não te define

Sua carne não te define

Você é seu próprio lar

Que um homem não te define

Sua casa não te define

Sua carne não te define

Ela desatinou

Desatou nós

Vai viver só

Eu não me vejo na palavra

Fêmea: alvo de caça

Conformada vítima

*Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar*

*E um homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou meu próprio lar*

*Ela desatinou
Desatou nós
Vai viver só*

*Compositora: Vivien Carelli. Francisco, el
hombre (part. Helena maria, Renata éssis, Salma
jô e Labaq).*

RESUMO

A Unidade de Conservação Integral Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (MONAF) foi implantada em outubro de 2000 com a finalidade de proteger os fitofósseis encontrados no município de Filadélfia-TO. Nos anos subsequentes a implantação do MONAF, houve a prevalência de pesquisas destinadas à Geologia, à Paleontologia e à Arqueologia na Unidade. Levando em consideração que tal categoria de Unidade de Conservação permite a existência de propriedades na área e, conseqüentemente, a permanência de pessoas, a presente pesquisa procurou obter informações sobre uma parcela da população residente, em especial, as mulheres. O objetivo desta pesquisa foi compreender os aspectos socioeconômicos do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado das mulheres rurais residentes no MONAF. O referencial teórico utilizado procurou explicar os motivos da maior responsabilidade das mulheres com o trabalho reprodutivo e as relações decorrentes dessa dedicação com o desenvolvimento social e econômico das mulheres; além de um levantamento teórico sobre as características, as reivindicações e as conquistas das mulheres rurais. Esta é uma pesquisa qualitativa de objetivos exploratórios, tendo como procedimento técnico o estudo de caso. Para a obtenção de dados no campo, utilizou-se a entrevista semiestruturada que foi aplicada a 35 mulheres com idade igual ou superior a 18 anos. Para a análise dos instrumentos de coletas fez-se o uso da estatística descritiva e a técnica de análise temática do conteúdo. Os resultados apresentaram o perfil socioeconômico das mulheres do MONAF: idade, *status* civil, escolaridade, ocupação, a percepção positiva e negativa que elas têm do lugar em que vivem; o tempo que dedicam ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado: estimado em horas e também em outras significações; as pessoas com quem compartilham essas atividades; e os motivos que disseram ter para fazê-lo e, que, nesse caso, há um predomínio da justificativa da obrigação. Além disso, são apresentados os principais aspectos do trabalho reprodutivo, a partir da concepção das mulheres do MONAF: é um trabalho, que de forma predominante, por ser menos valorizado que o produtivo, não é valorizado o suficiente pela família e pela sociedade para contribuir na autonomia econômica de quem o executa; que é importante porque garante o suprimento de produtos e serviços gratuitos essenciais para quem convive com elas, como, por exemplo, o marido; que tem alto custo em suas vidas relacionado à saúde e ao grande dispêndio de tempo que as distanciam de uma situação de igualdade social e econômica; e que os anseios que elas possuem estão relacionados à necessidade de renda e de serviços públicos. Conclui-se que, assim como afirmado na teoria feminista, o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado de mulheres residentes no MONAF, garante bem-estar e desenvolvimento para as pessoas na mesma medida em que as distanciam das conquistas de liberdades humanas essenciais.

Palavras-chaves: Economia feminista. Trabalho reprodutivo feminino. Mulheres rurais. Região Norte. MONAF.

ABSTRACT

The Fully Protected Area of the Natural Monument of the Fossilized Trees of Tocantins (MONAF) was implemented in October 2000 to protect the phytofossils found in the city of Filadélfia, state of Tocantins, Brazil. In the years after the implementation of the MONAF, there was a prevalence of studies in Geology, Paleontology, and Archeology in the area. As this category of Protected Area allows the presence of properties and, consequently, the permanence of people in the area, the present study sought information about a particular part of the resident population: women. The present study aimed to understand the socioeconomic aspects of the housework and unpaid care provided by rural women residing in the MONAF. The theoretical framework used attempted to explain the reasons for the greater responsibility of women in reproductive labor and the consequences resulting from this dedication for the social and economic development of women. It also included a theoretical survey on the characteristics, claims, and achievements of rural women. The present study comprises qualitative exploratory research, which used as technical procedure the case study. We used semi-structured interviews to gather field data, which were applied to 35 women above 18 years of age. Descriptive statistics and the thematic content analysis technique were used for the analysis of the collection instruments. Our results showed the socioeconomic profile of MONAF women: age, marital status, level of education, occupation, positive and negative perceptions of the place where they live; time devoted to housework and unpaid care (estimated in hours and other meanings); the people with whom they share these activities; and the reasons they said they have to do so (in this case, most women justified as being their duty). In addition, we also present the main aspects of reproductive labor, according to the perspective of the women of MONAF: (1) As reproductive labor is predominantly less valued than productive labor, it is not valued enough by the family and the society to contribute to the economic autonomy of those who perform it. (2) Reproductive labor is important because it guarantees the supply of essential free products and services for those who live with those women, such as their husbands. (3) Reproductive labor has a high cost to their lives related to health and the great amount of time spent that prevents those women from achieving a situation of social and economic equality. (4) Those women's longings are related to their needs for income and public services. We conclude that, as affirmed in the feminist theory, the housework and unpaid care provided by the women residing in the MONAF guarantees the well-being and development of people in the same measure as they distance those women from the achievements of fundamental human liberties.

Keywords: Feminist economics. Female reproductive work. Rural women. North region. MONAF.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de localização do município de Filadélfia.....	23
Figura 2. Exemplo do desmembramento das entrevistas de individuais para coletivas.....	30
Figura 3. Exemplo do processo de geração de subcategorias.....	32
Figura 4. Categorias de Unidades de Conservação conforme a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.	85
Figura 5. Mapa de localização da Unidade de Conservação Integral Monumento das Árvores Fossilizadas do Tocantins	86
Figura 6. Avenida principal da Zona de Expansão Urbana no MONAF	89
Figura 7. Rua sem asfalto na zona de expansão urbana e residências.....	90
Figura 8. Rua e casas na Zona de Expansão Urbana.....	90
Figura 9. Escola municipal na Zona de Expansão Urbana	91
Figura 10. Igreja Católica na Zona de Expansão Urbana	91
Figura 11. Uma das fazendas visitadas no trabalho de campo.	92
Figura 12. Pé de laranja em fazenda visitada	94
Figura 13. Criação de animais para consumo próprio ou venda. Porcos, galinhas, patos e galinha d'angola.	94
Figura 14. Canteiro de cebola, coentro e pimenta	94
Figura 15. A-B. Artesanato de crochê produzido por mulher residente no MONAF	95
Figura 16. Horta de mulher residente na Zona de Expansão Urbana.....	96
Figura 17. Canteiro de cebolinha e pimenta.....	96
Gráfico 1. Grau de escolaridade das mulheres do MONAF.....	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição da população rural e urbana do município de Filadélfia conforme informações do IBGE (2010).	24
Tabela 2. Estado civil das mulheres residentes no MONAF	98
Tabela 3. Relação dos cursos realizados pelas mulheres do MONAF	100
Tabela 4. Motivos das mulheres para não exercerem a profissão em que se formaram.	100-101
Tabela 5. Ocupação das mulheres residentes no MONAF	101
Tabela 6. Viver no MONAF	103
Tabela 7. Horas dedicadas ao trabalho doméstico pelas mulheres residentes no MONAF	106
Tabela 8. Mecanismos de análise de estimativa de tempo usado pelas mulheres no trabalho doméstico.....	107-108
Tabela 9. O tempo de cuidados executados pelas mulheres residentes no MONAF para além das horas.	109
Tabela 10. O compartilhamento das responsabilidades domésticas com outras pessoas.....	111
Tabela 11. A quantidade de “ajuda” das outras pessoas.....	112
Tabela 12. O compartilhamento das responsabilidades de cuidados com outras pessoas.....	113
Tabela 13. A quantidade de “ajuda” das outras pessoas com o trabalho de cuidados.....	113
Tabela 14. Os motivos das mulheres para a realização do trabalho doméstico.....	116
Tabela 15. Os motivos das mulheres para a realização do trabalho de cuidados.	117
Tabela 16. O valor do trabalho doméstico das mulheres para a família.....	120
Tabela 17. O valor do trabalho de cuidados das mulheres para a família	122
Tabela 18. O valor do trabalho doméstico para as mulheres que o realizam.	125
Tabela 19. O valor do trabalho de cuidados para as mulheres que o realizam.	127
Tabela 20. O valor do trabalho doméstico em geral para a sociedade.....	131
Tabela 21. O valor do trabalho de cuidados em geral para sociedade.....	133
Tabela 22. As contribuições do trabalho doméstico das mulheres do MONAF.....	138

Tabela 23. Os principais beneficiários do trabalho doméstico das mulheres do MONAF.....	140
Tabela 24. As contribuições do trabalho de cuidados das mulheres do MONAF.....	141
Tabela 25. Os principais beneficiários do trabalho de cuidados das mulheres do MONAF.....	142-143
Tabela 26. O preço do trabalho doméstico realizado pelas mulheres do MONAF.....	148
Tabela 27. O preço do trabalho de cuidados realizado pelas mulheres do MONAF.....	149
Tabela 28. O preço do trabalho doméstico realizado pelas mulheres em geral.....	153
Tabela 29. O preço do trabalho de cuidados realizado pelas mulheres em geral.	154
Tabela 30. Do que a dona de casa precisa.	160
Tabela 31. Do que a cuidadora precisa.	161

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. OBJETIVOS	22
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
3.1. Informações gerais sobre o município de Filadélfia-TO.	23
3.2. Participantes, procedimento técnico, mecanismos de coleta e análise de dados.	24
3.2.1 Composição das entrevistas.....	29
3.2.2 Logística de trabalho de campo.	34
3.2.3 Primeira coleta de dados.....	34
3.2.4. Segunda coleta de dados.....	35
4. TRABALHO FEMININO E TEORIA FEMINISTA	36
4.1. A divisão sexual do trabalho.	36
4.1.2 Divisão sexual do trabalho no campo.....	40
4.2. Economia Feminista e a invisibilidade do trabalho feminino.	42
5. OS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS NÃO REMUNERADO E O DESENVOLVIMENTO DAS MULHERES	49
5.1. Os afazeres domésticos e os cuidados gratuitos ou o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado.	49
5.1.2. O trabalho doméstico e de cuidados não remunerado no Tocantins.	57
5.2. A sustentabilidade da vida humana, o desenvolvimento e autonomia econômica das mulheres.	59
5.2.1. A autonomia econômica das mulheres	66
6. AS MULHERES RURAIS BRASILEIRAS	68
6.1 Discussões introdutórias.	68
6.2 Movimentos de mulheres rurais brasileiras.	73
6.3 As reivindicações.	76
6.4 As conquistas.	79
7. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES	83
7.1. ONDE ELAS VIVEM: o Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (MONAF)	84
7.1.1 Histórico de criação e localização da unidade de conservação (UC)	84

7.1.2. Informações socioeconômicas da população da unidade de conservação.....	87
7.1.3 Zona de Expansão Urbana (ZEU)	88
7.1.4. Fazendas.	92
7.2. INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DAS MULHERES DO MONAF QUE EXECUTAM O TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS NÃO REMUNERADO.....	98
7.2.1 Perfil social e econômico.....	98
7.2.2 Idade e Estado Civil das Mulheres do MONAF.....	98
7.2.3 Educação e Trabalho.	99
7.2.4. A vida das mulheres na U.C	102
7.3. ASPECTOS DO TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS NÃO REMUNERADO REALIZADO PELAS MULHERES DO MONAF.....	106
7.3.1 O tempo gasto pela dona de casa na execução do trabalho doméstico e de cuidados no MONAF: “Moça, quanto tempo gasta?! A vida toda. É um tempo integral”	106
7.3.1.1. O tempo do trabalho doméstico.....	106
7.3.1.2. O tempo do trabalho de cuidados	109
7.3.1.3. A “ajuda” que as mulheres do MONAF recebem na execução do trabalho doméstico e de cuidados.	110
7.3.1.3.1. Outras pessoas que se dedicam ao trabalho doméstico.	111
7.3.1.3.2. Outras pessoas que se dedicam ao trabalho de cuidados.....	112
7.3.2. Por que as mulheres fazem o trabalho doméstico e de cuidados: “Porque assim, é uma obrigação de uma mulher fazer isso... levantar cedo, fazer o café pro marido... às vezes o marido sai cedo, fazer o almoço...”	115
7.3.2.1. Motivos para realizar o trabalho doméstico.	116
7.3.2.2. Motivos para realizar o trabalho de cuidados.....	117
7.3.3. O valor do trabalho doméstico e de cuidados: “Acho que sim. Porque se eu não fizer como é que vai ficar, né”? [...] “Hum! Ninguém valoriza não... e tem uns homens que porque lava um prato acha que ta ajudando, né? Não acha que é a obrigação. Porque ninguém valoriza. Homem não valoriza...”	120
7.3.3.1. O trabalho doméstico para a família.....	120
7.3.3.2. O trabalho de cuidados para a família	121
7.3.3.3. O trabalho doméstico para si.	125
7.3.3.4. O trabalho de cuidados para si.....	127
7.3.3.5. O trabalho doméstico para a sociedade	130

7.3.3.6. O trabalho de cuidados para a sociedade.....	132
7.3.4. Para que e a quem serve o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado:	
<i>“Com certeza! Já começa pelo boião (comida) que se eu não fizer, eles não come... a roupa também, se eu não lavar, eles não vão... meus três filhos e meu marido”. [...] “Assim porque... você ta ajudando outras pessoas é bom. Minhas amigas, a minha mãe que é idosa, uma vez por semana eu limpo a casa dela”[...]</i>	137
7.3.4.1. As contribuições do trabalho doméstico.....	137
7.3.4.1.1. A quem serve o trabalho doméstico.	139
7.3.4.2. As contribuições do trabalho de cuidados	140
7.3.4.2.1. A quem serve o trabalho de cuidados.....	142
7.3.5. Os custos do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado: “Não. Eu não tenho dificuldade porque eu faço tudo por amor”. [...] “Sim da seguinte forma... eu tenho problema na coluna e você sabe que isso é muito prejudicial e também a labirintite que eu não posso abaixar” [...]	147
7.3.5.1. Para as mulheres do MONAF.....	147
7.3.5.1.1. Trabalho doméstico.	147
7.3.5.1.2. Trabalho de cuidados.....	149
7.3.5.2. Para as mulheres em geral “Às vezes ela não tem ninguém pra ajudar a cuidar... às vezes o marido é daqueles... machistavéi... gera muita dificuldade”	153
7.3.5.2.1. Trabalho doméstico.	153
7.3.5.2.2. Trabalho de cuidados.....	154
7.3.6. Necessidade de auxílio externo; problema de quem? Meu ou nosso? “É uma coisa que pra mim é muito difícil responder... por exemplo, se fosse asfaltada diminuiria a poeira... se tivesse coleta regular de lixo” [...] “Sim. Acho que uma creche né? Que se as pessoas trabalhassem... não tinha que pagar outra pessoa pra cuidar”	160
7.3.6.1. Trabalho doméstico.	160
7.3.6.2. Trabalho de cuidados.....	161
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	168
ANEXO 1.....	174
APÊNDICE 1	176
APÊNDICE 2	179
APÊNDICE 3.	185

1. INTRODUÇÃO

No Brasil quando se considera a jornada total de trabalho de homens e mulheres tem-se que as mulheres trabalham mais do que os homens. Não obstante, o maior tempo de dedicação das mulheres é com o trabalho reprodutivo gratuito que abrange as atividades domésticas e os cuidados dispensados a outras pessoas. Esse maior tempo de dedicação das mulheres e que também pode ser chamado de trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, tem impedido que as mulheres participem da esfera pública da mesma forma como os homens já participam, pois mesmo para as mulheres que já trabalham de forma remunerada fora de casa, a maior responsabilidade pelo trabalho reprodutivo permanece.

A menor possibilidade de participação das mulheres nas atividades econômicas remuneradas tem garantido a perpetuação das desigualdades socioeconômicas entre homens e mulheres, pois elas: têm uma carga de trabalho maior, menores taxas de ocupação no mercado de trabalho, uma média salarial menor e ainda têm a tendência de buscar trabalhos mais flexíveis ou informais quando precisam conciliar as responsabilidades com a casa e a família e um serviço fora de casa (IGBE, 2013; IPEA, 2017; SABBATO; MELO, 2009).

Além da menor participação na vida pública em decorrência do volume considerável de tempo dedicado ao trabalho reprodutivo, as mulheres que se dedicam integral ou parcialmente a esse trabalho são invisibilizadas enquanto trabalhadoras. Assim como as mulheres que o fazem, o próprio trabalho doméstico e de cuidados não remunerados muitas vezes nem chega a ser considerado um trabalho e as contribuições geradas por meio de sua execução para as pessoas e para a própria esfera produtiva não são sequer mensuradas; tampouco os custos, como por exemplo, o dispêndio de tempo, que gera para a vida daquelas (es) que o fazem.

Por isso, na categoria de inativos, segundo os censos demográficos, estão inclusos aqueles que só fazem afazeres domésticos, pois estes não são considerados atividades econômicas e tampouco trabalho (BRUSCHINI, 2006). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), por exemplo, caracteriza como afazeres domésticos, todas as atividades feitas no domicílio que não se enquadram no conceito de trabalho, tais como:

Arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador (es); orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou menores moradores; ou limpar o quintal ou terreno que circunda a residência (PNAD, 2016).

Nesta mesma lógica de não consideração dos afazeres domésticos como trabalho, as análises econômicas tradicionais os mantêm excluídos como objeto de análise. No entanto, para a economia feminista, apesar de não ser remunerado, o trabalho doméstico e de cuidados, gera um tipo de riqueza não monetária tão essencial para a sustentabilidade da vida humana quanto à riqueza monetária, e sem ele não seria possível a reprodução da força de trabalho, pois as pessoas têm necessidades que ou o mercado não fornece ou elas não têm condições de conseguir com suas rendas, como, por exemplo, os primeiros cuidados durante a infância ou os cuidados durante a velhice ou as relações de afeto e majoritariamente são as mulheres que realizam estes trabalhos (CARRASCO, 2008; MORENO, 2013). Esta maior responsabilidade do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado por parte das mulheres pode ser entendida pela divisão sexual do trabalho que tem destinado homens e mulheres a papéis desiguais na sociedade (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Por considerar que econômico não é sinônimo de monetário, a economia feminista tem proposto a ampliação do que é considerado trabalho o que contribuiria para a maior visibilidade das contribuições econômicas não monetárias que as mulheres têm produzido por meio da execução do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. De modo que:

Compreender o trabalho invisível realizado pelas mulheres na execução das atividades de reprodução não mercantis leva a ampliar a noção de trabalho para além da tradicional construção “do trabalho produtivo mercantil”. Ampliar o conceito de trabalho e considerá-lo em sua totalidade e em todas as suas esferas contribui para a igualdade de atividades e de quem as executa, avançando em direção a superação da divisão sexual do trabalho (SPECHT, 2009, p. 11).

É em busca de maior visibilidade, da melhor compreensão e análise do trabalho doméstico e de cuidados e das mulheres que o realizam que se faz necessário investigar seus aspectos socioeconômicos como: as contribuições que este trabalho proporciona às pessoas mesmo não sendo remunerado e quais são as pessoas que se beneficiam disso; ouvir as mulheres que trabalham integralmente ou não dentro de casa para identificar se/ou quais os custos relacionados às condições de produção do trabalho doméstico e que anseios relacionados à expectativa de suas vidas elas têm; qual o tempo dedicado pelas mulheres do MONAF responsáveis por esse trabalho e se há compartilhamento das atividades reprodutivas com outras pessoas; e verificar de que maneira o trabalho doméstico e de cuidados é visto pelas mulheres que o realizam/ou não e, então; confrontar as suas concepções com as da teoria feminista.

Assim, considerando o contexto social e econômico, da área da Unidade de Conservação Integral Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (MONAF),

no distrito de Bielândia, no município de Filadélfia, Estado do Tocantins, pergunta-se: Quais são os aspectos socioeconômicos do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado e quais deles contribuem ou não para o bem-estar e conseqüente desenvolvimento da comunidade em geral e especificamente para as mulheres que o realizam?

Nesta pesquisa, a investigação dos aspectos socioeconômicos, inclui saber: o perfil social e econômico das mulheres que o realizam: idade, ocupação, nível de escolaridade; as principais características do trabalho, tais como: as formas como estas podem contribuir para o bem-estar de outras pessoas, tempo que consomem e para quem são realizadas; e a forma como as mulheres veem, em termos de importância ou não importância, o trabalho que realizam e a si mesmas, quando executoras do mesmo.

Como hipótese, para o desenvolvimento da pesquisa, foi considerado que o trabalho doméstico e de cuidados realizado de forma gratuita na área do MONAF: a) contribui direta e indiretamente para o desenvolvimento da comunidade, inclusive para as mulheres que o realizam, na medida em que por meio de sua prática é possível obter, por exemplo: alimentos preparados para o imediato consumo, ambiente doméstico arrumado e limpo, vestimentas limpas, cuidados e afeto nos primeiros anos de infância e nas fases de incapacidade durante a velhice e/ou devido ao acometimento de doenças físicas ou psíquicas, etc.; b) têm custos, para as mulheres que o realizam para si e/ou para outros, que impactam negativamente em seu bem-estar, como: responsabilidade desigual por este trabalho, grande dispêndio de tempo gratuito, pouca percepção da importância de si e do trabalho que realizam.

Entender melhor o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado contribui para uma maior visibilidade e reconhecimento dele como um trabalho gratuito onde se gera bens e serviços que suprem necessidades essenciais, que não seriam supridas totalmente por meio de um trabalho remunerado, das pessoas em geral. Dar às mulheres donas de casa, que são as maiores responsáveis por sua realização, a possibilidade de falar sobre esse trabalho que desempenham, é poder mensurar suas características como trabalhadoras que não são enxergadas oficialmente como tal se se dedicam apenas ao trabalho doméstico. A partir disso, havendo a possibilidade de dar visibilidade, perante a sociedade, do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado realizado pelas mulheres de uma área específica e da significância deste trabalho para essas mulheres.

Também, a partir desta pesquisa, é possível contribuir com uma análise econômica que deixe de desconsiderar a importância do trabalho doméstico e de cuidados para a sustentabilidade da vida humana e para o bem-estar das pessoas. Além de disponibilizar dados

que poderão servir para: uma melhor caracterização socioeconômica de parte da população que reside na Unidade de Conservação Integral Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (MONAF) que possui escassos dados informativos e atualizados sobre os estudos sociais e econômicos da população; direcionamento de políticas públicas, estudos e intervenções acadêmicas, uso geral da população do monumento, entorno e demais pessoas ou organizações que tenham necessidades desse tipo de dados.

A caracterização da população disponível no Plano de Manejo do MONAF (2005) carece ser atualizada para se verificar as mudanças e as permanências a respeito das características socioeconômicas de Bielândia, das propriedades rurais e de suas populações. Conforme colocado por Tavares *et al.* (2016), as pesquisas realizadas na Unidade de Conservação estiveram voltadas à Paleontologia, à Geologia e à Arqueologia. Portanto, o desenvolvimento do projeto permite um refinamento de informações de uma amostra da população residente no MONAF sob os aspectos socioeconômicos do trabalho doméstico e de cuidados das mulheres, que servirão como fonte de dados para uma melhor gestão da unidade e políticas públicas para a cidade de Filadélfia.

Este trabalho está estruturalmente organizado em seis partes: introdução; objetivos; metodologia; referencial teórico; resultados e discussões e considerações finais. Na introdução consta uma contextualização do trabalho doméstico e de cuidados, as perguntas e hipóteses da pesquisa, além da justificativa.

O capítulo da metodologia descreve os principais métodos utilizados na pesquisa, quali-quantitativa, de objetivos exploratórios e descritivos. Apresenta também a organização do instrumento de coleta dos dados, no caso a entrevista semiestruturada e a técnica de análise categorial que permitiu a organização das entrevistas realizadas em categorias e subcategorias temáticas que então foram analisadas sob a ótica da teoria feminista e a perspectiva do desenvolvimento como expansão das liberdades humanas; e também a descrição dos dois campos realizados.

O referencial teórico desta pesquisa está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo consiste na discussão da divisão sexual do trabalho que, usando o contexto histórico e sociológico, procura explicar de que forma homens e mulheres tiveram diferentes atribuições de responsabilidade pelo trabalho remunerado público e pelo trabalho não remunerado privado. Também, neste capítulo, são discutidas noções sobre a economia feminista, enquanto corrente de pensamento, que propõe uma ampliação do que é considerado econômico pela economia tradicional, de modo que os trabalhos que têm sido

desempenhados, sobretudo pelas mulheres, como o trabalho doméstico e de cuidados, possam ser incluídos nas análises econômicas, além de apontar os rumos para a construção de uma sociedade mais igualitária.

O segundo capítulo é sobre as características sociais e econômicas do trabalho doméstico e de cuidados na cidade e no campo na teoria geral e no Estado do Tocantins. Nessa perspectiva de se construir uma sociedade mais sustentável em todos os sentidos, avança-se na discussão contemplando a perspectiva da economia feminista chamada “sustentabilidade da vida humana”, segundo a qual para que todos possam viver bem ou ter bem-estar é preciso haver um processo de desenvolvimento ou a construção de um tipo de sociedade que se baseie nas pessoas, na centralidade da vida humana e em tudo aquilo que ancora a cadeia de sustentação da vida, o que inclui o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado (CARRASCO; TELLO, 2013); a partir dessa concepção da teoria feminista são discutidas as relações existentes entre a maior responsabilidade das mulheres com o trabalho reprodutivo e o pensamento de Sen (2010) sobre desenvolvimento, que, para ele necessita ter na expansão das liberdades humanas o principal fim e meio.

Como forma de fazer uma aproximação teórica sobre a realidade das mulheres alvo desse estudo, o último capítulo do referencial conta as características socioeconômicas das mulheres rurais brasileiras incluindo as principais reivindicações que fizeram e fazem de forma individual ou coletiva enquanto classe trabalhadora e enquanto mulheres e algumas das conquistas obtidas até o presente momento.

No capítulo de apresentação e discussões dos resultados foi feito um levantamento bibliográfico e fotográfico do local onde se desenvolve a pesquisa, isto é, a Unidade de Conservação Integral Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (MONAF) e das características socioeconômicas da população que nele reside, para uma melhor compreensão dos aspectos relacionados às características singulares desse tipo de unidade de conservação e das mulheres pesquisadas. Além disso, foi descrito e comentado: o perfil socioeconômico das mulheres do MONAF; o tempo que dedicam ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado; os motivos que alegaram ter para realiza-lo e as visões que tinham sobre o seu valor. Discutiu-se também sobre alguns aspectos do trabalho reprodutivo, como: as principais contribuições ao bem-estar da comunidade geradas a partir de sua execução e as pessoas beneficiadas com elas; os custos que esse trabalho tem na vida das mulheres do MONAF e na vida das mulheres em geral e os anseios das trabalhadoras por melhorias em seus dia-a-dia de donas de casa.

É com base nas exposições anteriormente destacadas que se pretende por meio dessa pesquisa realizar a caracterização socioeconômica deste trabalho, tendo por base a vivência prática das mulheres adultas que o realizam e que vivem na área da Unidade de Conservação Integral, o Monumento Natural das Árvores Fossilizadas, no distrito de Bielândia que faz parte do Município de Filadélfia, no Estado do Tocantins.

2. OBJETIVOS

Geral:

A pesquisa teve por objetivo a identificação e compreensão dos aspectos¹ sociais e econômicos do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado realizado pelas mulheres que residem na Unidade de Conservação Integral do Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (MONAF).

Específicos:

Procurou-se traçar o perfil socioeconômico das trabalhadoras que executam o trabalho doméstico e de cuidados de forma não remunerada e que moram na área de abrangência do MONAF: o tempo que dedicam a este trabalho; a ocupação que têm; a visão que têm deste trabalho a respeito de como acreditam que suas famílias, a sociedade e elas mesmas costumam valorizá-lo; motivos que as levam a executá-lo; existência de anseios de ordem pessoal, política, econômica e/ou social.

Também foi realizado um levantamento das principais características do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado para se entender: qual a importância das atividades reprodutivas para quem as recebem gratuitamente; a quem são destinadas essas atividades realizadas; se há compartilhamento das atividades com outros membros da família e se e/ou quais os custos para a vida das mulheres relacionados a este trabalho são percebidos em sua realização.

¹No Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2009, p. 208), ‘Aspecto’, do latim *aspectu*, pode ser: [...] 3. A parte externa das coisas [...] 4. Determinada qualidade ou conjunto parcial de características [...] 5. Cada um dos diversos modos com que um fenômeno, uma coisa, um assunto, etc., pode ser visto, observado ou considerado; lado, face, ângulo [...].

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Informações gerais sobre o município de Filadélfia-TO

A Unidade de Conservação Integral Monumento das Árvores Fossilizadas do Tocantins está inserida no distrito de Bielândia, no município de Filadélfia-TO.

O município faz divisa ao norte com Babaçulândia (TO) e Carolina (MA); ao sul com Goiatins (TO) e Palmeirante (TO); a leste com Goiatins (TO) e Maranhão e a oeste com Nova Olinda (TO) e Araguaína (TO) (Fig. 1). O nome Filadélfia é uma homenagem ao primeiro fazendeiro a morar ali, o Sr. Filadélfio Antônio de Noronha; o município foi fundado em 8 de outubro de 1.948 (SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/IBGE, 2017).

Conforme os dados disponíveis pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população do município de Filadélfia é estimada em 8.505 pessoas, sendo que a distribuição dos habitantes das áreas rural e urbana encontra-se representada na (Tabela 1). Segundo a última publicação do Atlas do Desenvolvimento no Brasil, que faz parte do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD-dados de 2010), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município é de 0,621 o que, para o PNUD, situa o município em um nível de Desenvolvimento Humano Médio. Filadélfia está na 3.680ª posição, em relação aos 5.565 municípios do Brasil e dos 139 municípios do Tocantins, ocupa a 90ª posição (SEPLAN, 2017).

Figura 1. Mapa de localização do município de Filadélfia.



Fonte: Diretoria de Pesquisa e Informações Estatísticas. Base de Dados Geográficos do Tocantins, atualização 2012. Palmas, SEPLAN/DPIE, janeiro/2012. CD-ROM. (Atualização de arquivos em escala 1:1.000.000 da Base de Dados Geográficos do Tocantins). Organizado por Rodrigo Sabino Teixeira Borges e Paulo Augusto Barros de Sousa.

Tabela 1. Distribuição da população rural e urbana do município de Filadélfia conforme informações do IBGE (2010).

População	Zona Urbana	Zona Rural
Mulheres	2.737	1.298
Homens	2.801	1.669
Total	5.538	2.967

Fonte: elaborada pela autora.

A esperança de vida ao nascer no município é de 72,5 anos. A proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 84,17%, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 80,04%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo, é de 52,02%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo, é de 34,61%. Quanto à população adulta, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 24,57% eram analfabetos, 30,43% tinham o ensino fundamental completo, 23,23% possuíam o ensino médio completo e 5,41%, o superior completo (PNUD em 2010).

O Produto Interno Bruto (PIB) em 2014 foi de R\$ 85.439,72 (SEPLAN, 2017). Quanto à renda (em 2010) *per capita* era de R\$ 291,57 reais. A porcentagem da população extremamente pobre era de 19,95 % e a de pobres era de 38,81 %. Da população de 18 anos ou mais; 53,2% estavam ocupada e economicamente ativa; 39,2% estavam economicamente inativas; e 7,7% eram economicamente ativa, mas desocupada. Sendo a taxa de formalização dos ocupados de 39,73% (PNUD).

A porcentagem de pessoas no município, de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, era de 24,89 %, enquanto que a porcentagem de mães chefes de família sem o ensino fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família era de 25,74%, além disso, a porcentagem de pessoas de 18 anos ou mais sem o ensino fundamental completo e em ocupação informal era de 56,75 % (PNUD, 2010). O número de famílias que faziam parte do Programa Bolsa Família em 2016 era de 1.101 (SEPLAN, 2017).

3.2 Participantes, procedimento técnico, mecanismo de coleta e análise de dados.

O objeto de estudo desta pesquisa são os aspectos sociais e econômicos do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado feito pelas mulheres que são residentes na Unidade de Conservação Integral Monumento das Árvores Fossilizadas do Tocantins, que está

localizado no distrito de Bielândia, no município de Filadélfia-TO. A presente proposta baseia-se em uma abordagem qualitativa. Assim, tanto a coleta de material de pesquisa quanto à tabulação e análise permitiu conhecer e identificar o objeto de estudo por meio das entrevistas a que tivemos acesso.

A pesquisa desenvolvida é classificada em descritiva e exploratória, com o intuito de alcançar os objetivos propostos no trabalho. Para Gil (2008) tais pesquisas servem, respectivamente, para: descrever as particularidades de determinadas populações ou fenômenos, usando técnicas padrões de coletas de dados e para construir hipóteses ou se familiarizar com determinado problema para explicá-lo melhor por ainda ser pouco conhecido. Sobre a pesquisa exploratória, é comum o uso do estudo de caso, como procedimento técnico (GIL, 2002). Já: “Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade [...]” (GIL, 2002, p. 42). Havendo assim uma relação entre as características destas pesquisas e os objetivos deste trabalho de se fazer uma caracterização socioeconômica do trabalho doméstico e o de cuidados não remunerado realizado pelas mulheres do MONAF.

O método de procedimento técnico é o estudo de caso, que segundo Yin (2001, p. 32) é um tipo de investigação que: “[...] investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Gil (2002, p. 138) argumenta que: “Em sua acepção clássica, a unidade-caso refere-se a um indivíduo num contexto definido”, mas que o conceito do que pode ser um caso:

[...] ampliou-se, a ponto de poder ser entendido como uma família ou qualquer outro grupo social um pequeno grupo, uma organização, um conjunto de relações, um papel social, um processo social, uma comunidade, uma nação ou mesmo toda uma cultura (GIL, 2002, p. 138).

Uma das preocupações relacionadas ao estudo de caso é o tempo destinado à coleta da pesquisa junto aos entrevistados, no entanto, como se confirma por meio dos atuais estudos de caso, não necessariamente é preciso despendar grandes quantidades de tempo para se produzir um estudo de caso eficiente (YIN, 2001; GIL, 2002; PRODANOV; FREITAS, 2013). Em outras palavras:

De fato, os primeiros trabalhos qualificados como estudos de caso nas Ciências Sociais foram desenvolvidos em longos períodos de tempo. Todavia, a experiência acumulada nas últimas décadas mostra que é possível a realização de estudos de caso em períodos mais curtos e com resultados passíveis de confirmação por outros estudos (GIL, 2002, p. 55).

O estudo de caso pode ser usado em pesquisas qualitativas e quantitativas ou quando se mesclam os dois tipos; e na fase da coleta de dados o ideal é que se faça uso de mais de uma técnica para que os resultados tenham significância (YIN, 2001; GIL, 2002). Nesta pesquisa, a coleta dos dados qualitativos e quantitativos ocorreu instrumentalmente por meio de entrevista semiestruturada. A obtenção dos dados ocorreu após o recebimento do Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) (ANEXO 1).

A pesquisa foi dividida em duas fases: 1) trabalho de campo e 2) trabalho laboratorial.

1. **Trabalho de campo:** Foram realizadas 2 atividades no campo, cada campo teve duração média de dois a cinco dias e dependeu de agendamento prévio com os membros da comunidade. As atividades tiveram por objetivos coletar as informações das mulheres por meio de entrevistas. As coletas foram efetuadas, conforme autorização concedida pelo Comitê de Ética em Pesquisa. O deslocamento no campo foi efetuado por meio de camionete fornecida pela Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Araguaína ou transporte próprio. A sede do MONAF, localizada no distrito de Bielândia, serviu de estadia para as pesquisadoras durante a permanência no campo.
2. **Trabalho no laboratório:** As etapas laboratoriais subdividiram-se em: a) organização das atividades pré-campo e as informações obtidas no pós-campo; b) levantamento literário digital e impresso.
 - a) **Organização das atividades pré e pós-campo:** Anterior ao campo, foram impressos os roteiros das entrevistas. Após a coleta das informações, as entrevistas foram sistematizados. Cumpre ressaltar que as coletas foram efetuadas conforme os preceitos do Comitê de Ética em Pesquisa e as informações contidas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE 1).
 - b) **Levantamento literário digital e impresso:** Os levantamentos foram realizados no Núcleo de Desenvolvimento e Práticas Sociais (NUDEPS) e na biblioteca do Câmpus de Araguaína. As pesquisas contam com acesso ao Portal CAPES, e rede *internet* instalada.

Desse modo, para se alcançar os objetivos propostos na pesquisa, as coletas de dados foram realizadas exclusivamente com as mulheres que residem no MONAF, que possuem idade igual ou superior a 18 anos e que executam trabalho doméstico e ou de cuidados não remunerados, podendo ou não realizar outro trabalho que possua remuneração; sendo dada a

preferencia às que se autodenominaram como “dona da casa” no ato da abordagem e do convite à participação na pesquisa por meio da entrevista. Essa decisão leva em consideração os dados obtidos do IBGE (2010) e IPEA (2017) que constata que são majoritariamente as mulheres as responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados não remunerado.

A delimitação da Unidade de Conservação Integral Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins encontra-se na zona rural do município de Filadélfia, sendo que em tal zona existe, segundo o Censo Demográfico (2010) do IBGE, uma população feminina composta por 1.298 mulheres.

No entanto, a área da referida Unidade de Conservação não corresponde à totalidade da zona rural de Filadélfia e, assim sendo, a quantidade de mulheres levantadas pelo IBGE (2010) não corresponde à quantidade de mulheres que residem apenas na área do MONAF, sendo esta a área do foco da pesquisa. Não obstante, até o presente momento, não foram encontrados documento ou levantamento oficial ou científico que estimasse ou definisse a quantidade total de pessoas residentes apenas dentro dos limites geográficos do MONAF, tampouco foi possível encontrar um número aproximado ou real de mulheres adultas residentes lá que pudesse fornecer uma quantidade confiável e real para a definição de uma amostra estatística. Além disso, as participantes desse levantamento de dados encontram-se em parte aglomeradas na zona de expansão urbana, que pode ser acessada pela rodovia estadual pavimentada (TO-222) e onde é possível visitar a maior parte das casas sem a necessidade de automóvel; e parte está dispersa na zona de uso sustentável, onde estão localizadas as chácaras e/ou fazendas, de difícil acesso, e que só podem ser acessadas mediante o uso de automóvel traçado e com apanhamento de um guia local.

Apresentadas as limitações encontradas na área de estudo e fazendo-se cumprir com os prazos estabelecidos para o andamento e término da pesquisa optou-se por trabalhar com uma amostragem intencional.

O plano de amostragem deve responder às seguintes questões: quem pesquisar (unidade de amostragem), quantos pesquisar (o tamanho da amostra) e como selecionar (o procedimento da amostragem) (SCHIFFMAN; KANUK, 2000 apud OLIVEIRA, 2001).

Conforme Oliveira (2001) “O procedimento de amostragem pode ser realizado por meio de uma amostra probabilística ou não probabilística. No primeiro caso, os resultados podem ser projetáveis para a população total, já no segundo caso, os resultados não podem ser generalizados.” Para o desenvolvimento desta pesquisa optou-se pela amostragem não probabilística, que se caracteriza por ser “aquela em que a seleção dos elementos da

população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo. (MATTAR, 1996 apud OLIVEIRA, 2001). Na amostragem intencional ou por julgamento "A característica chave [...] é que os elementos da população são selecionados intencionalmente. Esta seleção é feita considerando que a amostra poderá oferecer as contribuições solicitadas" (CHURCHILL, 1998, p. 301 apud OLIVEIRA, 2001). "Caso isso não ocorra, esse tipo de amostragem terá pouca ou nenhuma validade. Em pesquisas com amostragem intencional, geralmente, se escolhe casos considerados 'típicos' da população em estudo para fazer parte da amostra" (OLIVEIRA, 2001).

Sendo assim, foi escolhida uma amostra de 35 mulheres para a aplicação das entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE 2). O objetivo da aplicação das entrevistas foi o de levantar os principais aspectos sociais e econômicos do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado e das mulheres que o realizam e, neste processo, observar as opiniões das mulheres sobre o trabalho que realizam.

Na medida em que as mulheres eram interrogadas, a pesquisadora/entrevistadora, mantinha a escuta atenta, de modo a transcrever as respostas no roteiro de entrevista. Para a apresentação dos resultados foi atribuído um nome fictício às mulheres entrevistadas (APÊNDICE 3).

Ao percorrer as zonas de expansão urbana e de uso sustentável, durante as entrevistas, a pesquisadora teve o cuidado em observar, anotar e registrar por meio de imagem digital aspectos físicos do ambiente onde as mulheres residiam. Após as entrevistas, a pesquisadora solicitava a entrevistada a obtenção de imagens de outras atividades que elas realizavam, como artesanato, cultivo de horas e/ou roça, criação de animais, etc.; com a finalidade de enriquecer o trabalho desenvolvido pelas mulheres e confrontar com as informações disponíveis no Plano de Manejo da Unidade de Conservação. O Plano de Manejo é um documento que está dividido em quatro encartes e foi confeccionado no ano de 2005.

Algumas das questões que compõem a entrevista foram analisadas por meio da estatística descritiva, sendo que para os demais questionamentos, que exigem um refinamento subjetivo das respostas, serão averiguados por meio das técnicas de análise de conteúdo que pode ser entendida de forma resumida como: "[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações" (BARDIN, 2011, p. 37) o que inclui o conteúdo de entrevistas. Ou mais detalhadamente como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos

relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47, grifo da autora).

No que condiz a esta pesquisa, dentre as várias técnicas que podem ser utilizadas, foi feito uso de uma análise de conteúdo qualitativa considerada por Bardin (2011) como análise categorial ou análise temática, que tem o como intuito investigar certos temas presentes em uma comunicação, ou seja: “Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamento analógicos” (BARDIN, 2011, p. 201). Especificamente, temos como norte o objetivo de buscar os temas presentes, referentes aos objetivos da pesquisa, nas respostas das mulheres do MONAF depois de definidas as principais categorias a serem analisadas.

Tendo como princípio de categorização a semântico ou o agrupamento em categorias temáticas, foram derivadas, a partir do arcabouço teórico, 10 grandes categorias que tiveram como primeira finalidade agrupar os temas semelhantes das falas das mulheres nas entrevistas. Todo o processo anterior e equivalente à organização da análise de conteúdo das entrevistas feitas com as mulheres será descrito no tópico a seguir depois de caracterizarmos o tipo de entrevista escolhida e os seus aspectos fundamentais.

3.2.1 Composição das entrevistas.

A entrevista: “[...] constitui-se em uma conversa feita por iniciativa do entrevistador a fim de obter informações pertinentes [...] ao alcance do objetivo proposto” (CORTES, 2012, p. 241). Sendo a modalidade de entrevista adotada nesta pesquisa a da semiestruturada que pode ser entendida como:

[...] um roteiro que apresenta questões com respostas abertas, não previamente codificadas, nas quais o entrevistado pode discorrer livremente sobre o tema ou pergunta proposta. Ela pode também apresentar indagações com respostas previamente codificadas (CORTES, 2012, p. 241).

Assim, o instrumento de coleta de dados utilizado neste trabalho foi a entrevista semiestruturada com um roteiro de perguntas escrito de antemão, sem respostas fechadas, conforme o **APÊNDICE 2**, por meio do qual as entrevistadas falaram livremente sobre as questões a elas dirigidas. A entrevista mencionada agrega um total de 24 perguntas, agrupadas em três seções temáticas conforme descritas a seguir:

A. Identificação e formação social: nessa seção, as perguntas objetivaram identificar características das mulheres entrevistadas tais como a faixa etária; o nível de escolaridade e ocupação, etc.

B. Informações e visões sobre o trabalho doméstico e de cuidados: as perguntas versaram sobre os motivos das mulheres (segundo elas mesmas) para realizarem tais trabalhos; se havia o compartilhamento das funções domésticas e de cuidados com outros membros da família; se e/ou de que forma as atividades domésticas e de cuidados ajudavam outras pessoas; se este tipo de trabalho era valorizado, pela por elas mesmas e pela sociedade, etc.

C. Vida das trabalhadoras: a última seção congregou perguntas que tiveram por objetivo questionar sobre a existência de dificuldades, na vida das mulheres, decorrentes da realização do trabalho doméstico e de cuidados; saber se elas demandavam alguma ação da comunidade ou do governo para melhorar sua rotina enquanto dona de casa e cuidadora; e ainda ter ciência se elas consideravam ter ou não uma boa vida no lugar onde moravam.

As 35 entrevistas foram escritas à mão. A primeira etapa posterior à aplicação das entrevistas foi a digitalização das respostas. Uma ficha foi confeccionada² para conter as principais informações das entrevistadas: nome completo foi substituído apenas pela inicial, nomes fictícios foram empregados às entrevistadas para proteger as suas identidades; e acrescentaram-se os dados como: a idade, estado civil, escolaridade, ocupações, local de coleta e data da entrevista.

Após a confecção da ficha de perfil das entrevistadas, houve o primeiro desmembramento das entrevistas, onde as respostas individuais foram digitadas e paralelamente agrupadas coletivamente abaixo de cada uma das 24 perguntas das entrevistas. Para não haver problemas na identificação da autora da resposta, foi acrescida a lista com as iniciais de cada nome, conforme a figura (Fig. 2) abaixo:

Figura 2. Exemplo do desmembramento das entrevistas de individuais para coletivas.

IDENTIFICAÇÃO	QUESTÕES:
	<p>☺ Você faz trabalho doméstico (fazer comida, limpar, etc.) de forma gratuita (de graça) onde mora/trabalho de dentro de casa? Quanto tempo você gasta diariamente para fazer isso?</p>
1. M	Sim. Umás duas, três horas.
2. A	Sim. 7h30 às 11h30, depois do almoço arrumo tudo de novo...
3. M	Sim. O dia todo. Das 8h às 11, 1h às 16h.
4. A	Sim. Umás duas horas.
5. E	Sim. 8h às 14h, 16h.
6. J	Sim. 1 h
7. M	Sim. 1h15min
8. L	Sim. 1 hora
9. L	Sim. 1 h
10. M	Sim. De manhã pra meio-dia que é quando mais a gente mexe com essas coisas assim... 6h30 às 11h, 13h...

Fonte: captura de tela de computador realizada pela autora

² Ver apêndice 3.

Na fase que antecedeu a análise do conteúdo, foi gerada as categorias relativas aos objetivos da pesquisa, baseadas na teoria utilizada no trabalho. De modo que, para o trabalho doméstico e de cuidados (foram aplicadas as mesmas categorias aos dois tipos de trabalho) foram construídas 10 categorias temáticas, mencionadas a seguir, que teriam o papel de agrupar as respostas das mulheres que abordassem os seguintes temas: a **vida das mulheres no MONAF**, que versa sobre os temas das respostas relacionados à concepção das mulheres de que tinham ou não bem-estar vivendo na Unidade de Conservação (SEN, 2010); o **tempo das mulheres** dedicado ao trabalho reprodutivo, que para a teoria feminista e alguns estudos costumam ser em grande proporção (MORENO, 2013; PNAD, 2013; IPEA, 2017); **em nome do quê as mulheres se dedicam** ao trabalho reprodutivo, teria por base teórica a concepção de que a dedicação das mulheres a esse tipo de trabalho tem se dado a partir da ideia, que também é uma construção social, de que elas são naturalmente mais amorosas, maternas, boas cuidadoras da família e de seus lares (HIRATA; KERGOAT, 2007; SABBATO *et al.*, 2009).

A quarta, a quinta e a sexta categoria que se referiria, a partir da visão das mulheres, ao **valor** que a família, a sociedade e elas mesmas, atribuíam ou não ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado; foi construída a partir das concepções teóricas de que o trabalho reprodutivo é geralmente desvalorizado seja no campo ou na cidade (BUTTO *et al.*, 2014; ENRIQUEZ, 2012; ONU MULHERES, 2016). A sétima categoria relativa às **contribuições do trabalho** doméstico e de cuidados não remuneradas fundamentou-se a partir da economia feminista que tem como pressuposto a ideia de que o trabalho reprodutivo é tão essencial e importante para a vida humana quanto o produtivo e a partir das ideias de Amartya Sen que afirma que as necessidades das pessoas não podem ser supridas apenas a partir de uma renda (QUINTELA, 2006; SEN, 2010; CARRASCO, 2012).

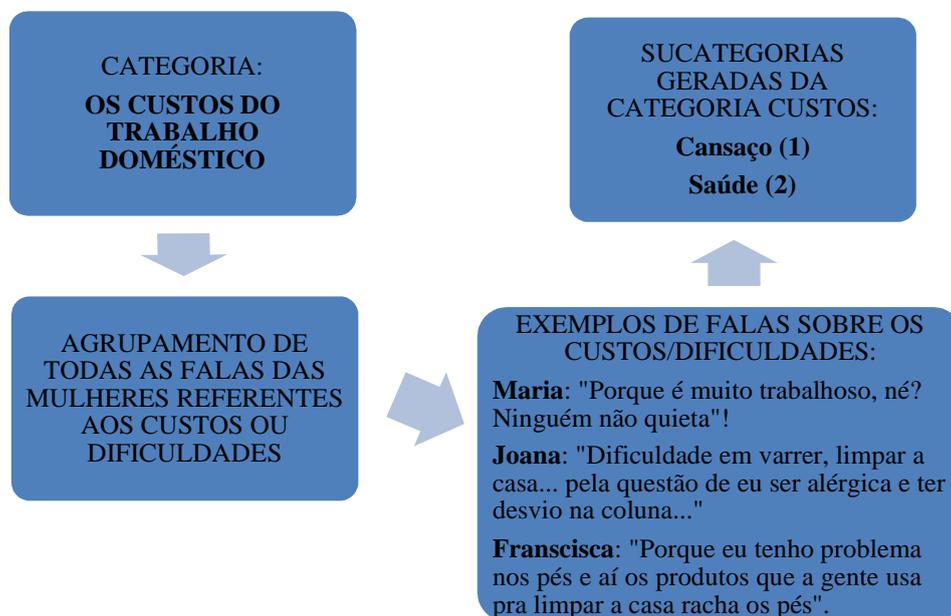
A oitava e a nona categoria que fazem menção aos **custos** que a execução do trabalho doméstico e de cuidados pode gerar na vida de mulheres como as do MONAF e em geral, partiu da discussão presente na teoria feminista de que embora gratuito, o trabalho reprodutivo tem um preço alto principalmente sobre a vida social e econômica das mulheres (NOBRE *et al.*, 2014; CARRASCO, 2012; BARBOSA; COSTA, 2017). Por fim, a décima categoria sobre a **assistência externa** ao trabalho doméstico e de cuidados, parte da aceção de que os custos exigidos para a execução do trabalho reprodutivo deveriam ser divididos igualmente entre a família, Estado e mercado (SPECHT, 2009; NOBRE *et al.*, 2014; BARBOSA; COSTA, 2017).

Uma vez definidas as 10 grandes categorias, iniciou-se o processo de categorização das entrevistas, agrupando as respostas às suas categorias correspondentes. Cabe ressaltar que embora todas as categorias tenham uma presunção teórica a ser comparada com a percepção prática das mulheres do MONAF, as respostas opostas a essas prerrogativas não foram descartadas, mas vieram a integrar uma outra coluna na mesma categoria. Por exemplo: na categoria relacionada ao valor que a família atribui ao trabalho reprodutivo, houve mulheres que negaram a existência desse valor, como também afirma a teoria feminista, e houve mulheres que afirmaram o contrário: que os seus trabalhos eram sim valorizados; não obstante, todas as opiniões foram apresentadas.

Após o agrupamento nas dez categorias, foram realizadas várias leituras do material, por meio das quais foi constatado que embora norteadas por um tema central, as respostas individuais das mulheres precisariam ser fragmentadas para a geração de subcategorias que representassem os subtemas das suas falas.

Assim, após o crescimento dos subtemas e o conseqüente agrupamento em subcategorias, houve uma contagem, em cada categoria, para saber a quantidade de mulheres que faziam parte de cada subtema. Na **Figura 3**, segue um exemplo desse processo:

Figura 3. Exemplo do processo de geração de subcategorias.



Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

Como última etapa do processo de organização da análise de conteúdo, foram realizadas mais leituras das categorias e subcategorias e das falas a elas correspondentes para,

caso existissem, fossem eliminadas e reagrupadas aquelas que tivessem um mesmo sentido, obedecendo à regra da “exclusividade das categorias” (BARDIN. 2011). A respeito da utilização da técnica de análise temática em entrevistas, Bardin (2011), argumenta que ao agrupar todas as entrevistas: “[...] deixará na sombra parte da riqueza de informação específica desse tipo de investigação”. Para preservar pelo menos uma parte da individualidade e características próprias de cada entrevista, a cada exposição de um quadro de categoria, foram acrescentadas em sua descrição, as falas representativas das mulheres.

3.2.2 Logística de trabalho de campo

As idas ao campo para a coleta de dados dependeram de prévio agendamento junto ao gestor do Monumento. O deslocamento da cidade de Araguaína-TO para a zona rural de Filadélfia ocorreu por meio de transporte fornecido pela Universidade Federal do Tocantins-UFT, Câmpus de Araguaína, ou pela utilização de carro próprio da orientadora. As despesas com alimentação da orientanda foram custeadas por meio da bolsa de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O MONAF possui um alojamento para a permanência de pesquisadores.

3.2.3 Primeira coleta de dados

A primeira coleta de dados ocorreu entre os dias 11 a 14 de junho de 2018, e resultou na obtenção de 20 entrevistas semiestruturadas³, sendo que 19 foram feitas na zona de expansão urbana e uma na fazenda ou na zona de uso sustentável. As entrevistas foram realizadas no período matutino e vespertino.

Observou-se maior dificuldade em entrevistar as mulheres no período da manhã, talvez por estarem ocupadas com os afazeres domésticos, como o almoço, por exemplo. Frente a essa situação, as entrevistas foram realizadas no período vespertino, a partir das 14:00 horas até às 18:00 horas. Neste primeiro campo, a coleta de dados aconteceu predominantemente na zona de expansão urbana que reúne características urbanas e rurais, embora seja declarada como pertencente à zona rural⁴.

A abordagem junto às mulheres ocorreu primeiramente com a apresentação da entrevistadora, local de trabalho, a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para leitura e assinatura (APÊNDICE 1) e a aplicação da entrevista. Após a aplicação da entrevista, a entrevistadora procurou tecer um diálogo com as entrevistadas. Esse procedimento favoreceu a indicação de outras mulheres da vizinhança que eram vizinhas, amigas ou parentas. É necessário destacar que nem todas as mulheres indicadas por aquelas que já tinham feito a entrevista manifestaram desejo ou disponibilidade em participar. De tal prática, foi percebido que quando a entrevistadora era apresentada por mulheres que não só viviam ali, mas que também já tinham respondido as perguntas, a receptividade aumentava, assim como o nível de confiança; o que facilitava o processo de abordagem e aumentava a possibilidade de aceitação à participação na pesquisa.

³ Ver APÊNDICE 2.

⁴ O deslocamento para a aplicação das entrevistas nessa zona foi feito a pé.

A prática acima resultou em considerável número de entrevistas, mas houve também abordagens diretas. A maioria das entrevistas aconteceu imediatamente após a abordagem e aceitação de participação, mas houve alguns casos em que a entrevista foi marcada para outro horário ou outro dia em virtude da não disponibilidade de tempo da pessoa no momento. Nesses casos, buscou-se comparecer o mais pontualmente possível ao horário ou dia marcado pela pessoa.

Na aplicação de algumas entrevistas houve a necessidade de pausas e sequentes retomadas; essas pausas aconteceram, na maior parte das vezes em virtude das entrevistadas necessitarem aquietar ou acalantar crianças muito pequenas, olhar as comidas que estavam em preparo ou terminar alguma tarefa doméstica que não podia ser adiada.

Sobre a duração das entrevistas, com 24 perguntas, existiram variações consideráveis de tempo decorrentes da maior ou menor objetividade da pessoa questionada. Sendo muito frequente o processo de entrevista assumir o tom de uma conversa casual, onde as mulheres entrevistadas além de responderem as perguntas contavam histórias de suas vidas que tinham ou não relação com os objetivos da pesquisa.

3.2.4. Segunda coleta de dados

A segunda coleta de dados ocorreu no intervalo do dia 11 a 15 de julho de 2018, com a aplicação de entrevista semiestruturada, tendo como foco inicial a busca por mulheres que pudessem participar da pesquisa e que morassem nas chácaras e/ou fazendas da Unidade de Conservação.

O acesso a tais locais é mais difícil devido à estrada de chão e pela dependência de transporte⁵, havendo sido realizadas nos dois dias um total de nove entrevistas. Por outro lado, foi perceptível a hospitalidade das entrevistadas, uma vez que foram ofertados bolos, frutas, café e suco e poucas recusas em participar da pesquisa. Outro aspecto percebido, principalmente quando as visitas ocorreram pela manhã, foi a pressa de algumas mulheres em terminar a entrevista para retomar suas atividades domésticas e/ou de cuidados.

A partir do dia 13 ao dia 15 de julho não foi possível contar com o carro da instituição e as coletas retornaram à zona de expansão urbana do Monumento, aonde foram coletadas seis entrevistas. Os dois campos efetuados em junho e julho de 2018 resultaram na coleta de 35 entrevistas.

⁵ O transporte foi concedido por alguns dias pela Universidade e houve a necessidade de custear diárias para um guia local que pudesse conduzir a pesquisadora nas fazendas e/ou chácaras nos dias 11 e 12 de julho de 2018.

4. TRABALHO FEMININO E TEORIA FEMINISTA

O objetivo deste capítulo é fazer um levantamento das discussões teóricas feministas referentes à Divisão Sexual do Trabalho que é constituída historicamente pela separação entre trabalhos de homem e trabalhos de mulher e pela hierarquização de um trabalho sobre o outro significando uma atribuição de maior valor às atividades produtivas majoritariamente desempenhadas pelos homens sobre as atividades reprodutivas que até o momento são majoritariamente desempenhadas pelas mulheres. Além disso, abordaremos alguns conceitos e discussões presentes na Economia Feminista, uma perspectiva teórica que além de denunciar as desigualdades socioeconômicas existentes entre homens e mulheres, tece uma crítica aos principais estudos econômicos por contribuírem na invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres. Tal perspectiva propõe a ampliação do que é considerado econômico para além daquilo que pode ser comprado e vendido no mercado, apontando para a interdependência que existe entre mundo produtivo e reprodutivo, o que tem contribuído para evidenciar as contribuições econômicas das mulheres sejam monetárias ou não; e pensando uma economia que se centre mais no ser humano do que no Mercado.

4.1 A divisão sexual do trabalho

A divisão sexual do trabalho tem sido uma forma de separar o trabalho produtivo e reprodutivo baseando-se nas diferenças entre o sexo feminino e masculino, usando como diferenciação, supostas vocações e habilidades tidas como naturais para cada um dos sexos. Deste modo, tradicionalmente, tem havido a consideração de trabalhos considerados como homens e mulheres fazer. Os trabalhos designados aos homens têm sido principalmente aqueles destinados ao mundo público, como o trabalho produtivo e remunerado. Já às mulheres são designadas, sobretudo, ao trabalho reprodutivo, não remunerado, no mundo privado (HIRATA; KERGOAT, 2007). Não obstante a separação, ainda há uma maior valorização dos trabalhos desempenhados pelos homens do que pelos desempenhados pelas mulheres. Em outras palavras:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregador [...] (HIRATA *et al.*, 2009, p. 67).

A divisão sexual do trabalho, portanto, tem se dado na forma de dividir determinadas tarefas de trabalho como femininas ou masculinas, destinando as mulheres ao trabalho reprodutivo e os homens ao trabalho produtivo; além desta separação, são atribuídos diferentes valores para o que é trabalho masculino e o que é trabalho feminino. Cabendo destacar sobre a divisão sexual do trabalho segundo a ONG Sempre Viva Organização Feminista (SOF) que: “ela é histórica, ou seja, foi sendo constituída, não é imutável. Mas tem princípios que permanecem [...]” (FARIA, 2011, on-line).

Assim dois princípios têm permanecido: o primeiro sendo a separação que distingue o que é naturalmente um trabalho de homem e o que é trabalho de mulher, e o segundo, a hierarquização, pela qual um trabalho tem mais valor que o outro, no caso o trabalho produtivo dos homens (HIRATA *et al.*, 2009, p. 67).

No entanto, para autoras como Butto e *et al.*, (2014, p. 100): “A ideia de que mulheres e homens nascem com capacidades distintas para realizar determinadas atividades é uma construção histórica”. Sendo que essa construção tem contribuído para esconder o trabalho que as mulheres realizam e ainda estabelecido a ideia de que o trabalho masculino é superior. De modo que as consequências da separação entre trabalho de homem e de mulher e da hierarquização de um sobre o outro, têm tornado o trabalho feminino invisível e contribuído na ideia de que o trabalho masculino é mais importante e, por isto, digno de visibilidade.

Os homens são destinados prioritariamente às atividades vinculadas à esfera produtiva, enquanto as mulheres à esfera reprodutiva, e ao mesmo tempo em que há uma maior valorização do trabalho masculino e eles exercem as atividades de maior valor agregado. Essa formulação permite abordar a relação entre produção e reprodução, explica a simultaneidade das mulheres nos trabalhos produtivo e reprodutivo e sua exploração diferenciada no mundo produtivo e no trabalho assalariado (FARIA *et al.*, 2009, p. 18).

As desigualdades oriundas da divisão sexual do trabalho podem ser percebidas nas duplas funções que as mulheres passaram a desempenhar com o passar dos tempos, pois ainda que sejam as responsáveis majoritárias pelas tarefas domésticas e de cuidados na esfera reprodutiva, elas trabalham também na esfera produtiva de forma assalariada ou não, no campo e na cidade (ÁVILA; FERREIRA, 2014; MACHADO, 2014; SOUSA; GUEDES, 2016). No entanto, mesmo desempenhando funções produtivas por meio de um trabalho remunerado ou por meio de atividades no roçado ou ainda no trabalho para autoconsumo, que muitas realizam, nos quintais; as mulheres continuaram a serem as principais responsáveis por cuidar da casa, dos filhos e de outras pessoas que requerem cuidados, pois para elas: “[...] a realização do trabalho doméstico e de cuidados coloca-se como parte de sua identidade

primária, uma vez que a maternidade é considerada seu lugar principal” (SABBATO *et al.*, 2009, p. 18).

Levando a discussão da divisão sexual do trabalho para a dicotomia entre o mundo público aonde são realizadas as atividades produtivas e/ou remuneradas predominantemente pelos homens e o mundo privado aonde existe o trabalho doméstico e de cuidados gratuito e a reprodução social da vida feitos predominante pelas mulheres; Sousa e Guedes (2016) argumentam que embora nos últimos tempos tenha havido um crescimento na entrada das mulheres na esfera pública isto não tem significado que elas ainda não sejam as principais responsáveis pela esfera privada. Ou seja, a configuração de um homem provedor e uma mulher cuidadora tem sofrido mudanças, mas não tem resultado na superação da desigual divisão sexual do trabalho e sim aumentado a carga horária geral do trabalho das mulheres, em outras palavras:

[...] o adensamento das mulheres nas fronteiras públicas não é acompanhado de uma revisão dos limites das responsabilidades privadas femininas. Isso significa que a esfera de reprodução da família como educação e demais cuidados continua, em grande medida, a cargo das mulheres (SOUSA: GUEDES, 2016, p. 123).

A entrada das mulheres na vida pública somada à falta de reorganização das responsabilidades com o trabalho doméstico e de cuidados na vida privada tem levado as mulheres a uma constante dupla função de trabalho que consiste na conciliação de um trabalho produtivo e um trabalho reprodutivo. Essa dupla responsabilidade, ou dupla jornada de trabalho, das mulheres, tem resultado em desigualdades sociais e econômicas para as mulheres, seja na cidade ou no campo.

Para as mulheres urbanas, a maior responsabilidade que têm sobre o trabalho doméstico e de cuidados gratuito demanda muito tempo e esse gasto de tempo, têm influenciado na quantidade e qualidade da entrada dessas mulheres no mercado de trabalho ou no mundo público (FONTOURA: GONZALEZ, 2009). Para cuidar dos filhos: “[...] elas procuram emprego em tempo parcial e com mais flexibilidade, elementos que estão relacionados à informalidade e à precarização” (MORENO, 2013, p. 56). Tal situação impacta na qualidade de vida dessas mulheres e explica parte das desigualdades econômicas que persistem entre homens e mulheres. Ou seja:

A saída do lar e as conquistas cada vez mais visíveis no âmbito público representaram uma revolução incompleta, uma vez que as mulheres ainda assumem praticamente sozinhas as atividades do espaço privado, o que perpetua uma desigual e desfavorável divisão sexual do trabalho para elas (SOUSA: GUEDES, 2016, p. 125).

Fontoura e Gonzalez (2009) em um trabalho de análise da entrada de mulheres no mercado de trabalho, concluíram que quando as mulheres não conseguem um trabalho remunerado ou conseguem um trabalho remunerado em condições precárias ou instáveis, em consequência das responsabilidades atribuídas às atividades domésticas e de cuidados ou pela necessidade de conciliar trabalho remunerado e não remunerado, elas não conseguem se livrar das desigualdades que sofrem em casa, situação que gera um ciclo que necessita ser rompido rumo a um mundo de menores desigualdades econômicas entre os gêneros.

Segundo Moreno (2013), vivemos num sistema de mercado que tem se organizado partindo da hipótese de que o trabalho doméstico e de cuidados é uma responsabilidade da família, mais especificamente das mulheres da família. Em tal forma de se organizar, o mercado coloca como modelo de trabalhador quem não precisa dedicar muito tempo às tarefas domésticas e de cuidados, em outras palavras: “[...] é aquele que não possui encargos com o trabalho doméstico e de cuidados, ocupando assim os postos de trabalho em tempo integral e com melhor remuneração”. De modo que as mulheres que não se encaixam em tal modelo de trabalho pensado pelo mercado “[...] têm uma inserção prejudicada no mercado de trabalho, com menores rendimentos e menor qualidade de vida” (MORENO, 2013, p. 79). Pois pelo tempo que gastam com as tarefas domésticas e de cuidados não remuneradas, não conseguem dedicar-se integralmente a um trabalho remunerado no mercado.

Sobre essa tensão entre se dedicar mais ao trabalho remunerado no mercado ou ao trabalho reprodutivo gratuito, Sousa e Guedes (2016), argumentam que existe um peso maior ou mais “conflitante e marcante” para as mulheres, mas que deveria ser uma preocupação e responsabilidade assumida por todos. Não obstante:

Em geral, isso não acontece com os homens que têm como trade-off mais comum a opção entre trabalho e lazer. Essa naturalização dos distintos lugares sociais que devem ser assumidos por homens e mulheres faz que a “opção” das mulheres seja de forma comum por mais família e menos trabalho remunerado (SOUSA: GUEDES, 2016, p. 127).

Por tal naturalização de funções baseadas em sexo persiste ainda uma maior concentração das mulheres no trabalho reprodutivo e dos homens no trabalho produtivo. Além disso, conforme exposto, é evidente que a crescente participação das mulheres no trabalho remunerado não tem sido capaz de mudar significativamente a quantidade de tempo que homens e mulheres dispõem ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, havendo uma responsabilidade desigual, pois no Brasil e em outros países, são as mulheres que mais dedicam tempo a tal trabalho (MORENO, 2013; IPEA, 2017).

O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) ao considerar a jornada de trabalho total média semanal, compreendida pela soma do tempo gasto com o trabalho remunerado e com o trabalho doméstico não remunerado, constatou que as mulheres trabalharam mais que os homens em 2015, pois a jornada delas sobrepujou em 7,5 horas à dos homens⁶ (IPEA, 2017). Por fatores como este, muitas vezes elas ou nem chegam a trabalhar fora de casa ou tendem a arranjar trabalhos informais e precários que permitam uma maior flexibilidade em suas jornadas que lhes possibilite conciliar os dois tipos de trabalho, embora lhe custem direitos. Ou seja: “Quanto mais alguém se dedica às tarefas domésticas e ao cuidado, menor sua condição de assumir as atividades de produção e de comercialização” (BUTTO *et al.*, 2014, p. 108).

No entanto, a maneira como se lida com essas peculiaridades varia de acordo a classe social, pois: “Aqueles que estão mais bem posicionadas no mercado de trabalho recorrem à serviços oferecidos pelo mercado ou à contratação de outras mulheres, aspectos que recriam desigualdades entre as próprias mulheres” (MORENO, 2013, p. 56). E isso porque assim como o acesso de homens e mulheres ao mercado de trabalho não é igual entre outras coisas pelas diferentes responsabilidades com o trabalho reprodutivo, o acesso de mulheres ricas e pobres também será condicionado pela maior ou menor capacidade de delegar a responsabilidade com o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. Acerca das mulheres mais pobres, Fontoura e Gonzalez (2009, p. 22) salientam que: “As mulheres mais pobres, cuja renda familiar *per capita* não ultrapassa meio salário mínimo (SM), são as que menos participam do mercado de trabalho e mais enfrentam o desemprego”.

4.1.1 Divisão sexual do trabalho no campo

No meio rural, a divisão sexual do trabalho também se estrutura por meio dos princípios de separação e hierarquização, como mencionado por Hirata e outras autoras (2009), mas com características próprias. No campo, o que é considerado trabalho e não-trabalho é definido pela separação das atividades realizadas no roçado, na casa ou entorno da casa.

O roçado: “[...] é onde se planta mandioca, feijão, milho e cereais, considerados essenciais para a sobrevivência da família e, por isso é tratado como local de trabalho

⁶ Jornada média total das mulheres: 53, 6 horas; jornada média total dos homens: 46,1 horas. Em 2015. (IPEA, 2017) Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf>. Acesso em: 01/08/17.

(BUTTO *et al.*, 2014, p. 101)”. Pela necessidade de usar ferramentas pesadas, considera-se que ali se faz um trabalho pesado. Se as mulheres fazem alguma atividade no espaço do roçado, considera-se que o seu trabalho é apenas uma ajuda, um auxílio ao trabalho dos homens (BUTTO *et al.*, 2014).

O espaço da casa e o seu entorno, que muitas vezes se denomina quintal, são considerados como o lugar das mulheres e as atividades feitas por ela nestes espaços são tidas como não-trabalho (BUTTO *et al.*, 2014). “A criação de pequenos animais, a plantação de fruteiras e a reprodução social da família têm valor social menor se comparadas às tarefas masculinas (BUTTO *et al.*, 2014, p.102)”.

A hierarquia de valor que considera o trabalho dos homens no campo mais importante que o das mulheres “[...] tem como argumento o esforço físico como balizador do seu valor social [...]”, dizendo-se, assim, que existe trabalho pesado, feito pelos homens e trabalho leve, feito pelas mulheres: “Porém as mulheres rurais, quando descrevem as tarefas domésticas e o não-reconhecimento do seu trabalho falam de muito trabalho”. De modo que: “Atividades como buscar água para o consumo, extrair a castanha do Pará, buscar e quebrar o coco babaçu são exemplos de trabalho que exigem muito esforço físico”. Só que, “[...] pela representação social, são considerados leves ou um não trabalho”. Porque são feitos pelas mulheres (BUTTO *et al.*, 2014, p. 102).

Uma forma de superar a divisão sexual do trabalho no campo pode significar, segundo as autoras:

[...] romper com a hierarquia existente entre as tarefas de homens e de mulheres, reconhecendo que essa resulta de construções sociais que visam a perpetuação do patriarcado na sociedade. Significa também visibilizar e valorizar o trabalho produtivo e reprodutivo feito pelas mulheres na casa ou no roçado e aceitar que tanto homens quanto mulheres podem realizar ambas as tarefas (BUTTO *et al.*, 2014, p. 102, 103).

Visibilizar e valorizar o trabalho produtivo e reprodutivo feito pelas mulheres e reconhecer a interdependência entre os dois para a sustentabilidade da vida é um dos objetivos da economia feminista que será abordada no próximo tópico.

Sobre o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, a discussão será retomada no tópico 5.1. Assim, do que foi exposto, tem-se resumidamente que: mesmo que pela divisão sexual do trabalho o destino natural dos homens fosse o trabalho remunerado, produtivo, fora de casa e o destino natural das mulheres fosse o trabalho não remunerado, reprodutivo, dentro de casa; com o passar do tempo, as mulheres passaram a também fazer parte do mercado de trabalho. No entanto, ter um trabalho remunerado não fez com que o trabalho doméstico e de

cuidados passasse a ser responsabilidade de todos e fosse reorganizado nesta concepção, pelo contrário as mulheres passaram a acumular funções, como se verá a seguir. No campo, as mulheres, além do trabalho dentro de casa, também muitas vezes trabalham no roçado, acumulando funções do mesmo jeito.

O trabalho executado predominante pelas mulheres dentro de casa carrega um valor social menor do que o trabalho produtivo e/ou remunerado e ainda feito predominantemente pelos homens, além de não ser considerado trabalho pelas pesquisas e pelos levantamentos oficiais, como a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) pelo fato de não gerar riqueza monetária. No entanto, para a corrente de pensamento econômico, chamada economia feminista, é tanto uma injustiça como ineficiência desconsiderar este trabalho nas análises econômicas, pois é por meio dele que se produzem de forma gratuita bens e serviços essenciais para a sustentabilidade da vida humana que nem sempre podem ser conseguidos no comércio, seja por insuficiência dos salários, seja porque existem elementos que não são possíveis de se comercializar. De modo que nem os homens e nem a economia são tão autônomos deste trabalho como às vezes fica implícito, pelo contrário, o que existe é uma interdependência entre o mundo produtivo e o mundo reprodutivo. Vejamos o próximo tópico, que fala sobre a perspectiva da “economia feminista”.

4.1 Economia Feminista e a invisibilidade do trabalho feminino

Isso existe? É assim que muitas vezes as pessoas reagem ao conceito de economia feminista (QUINTELA, 2006, P. 4).

Uma das definições do que vem a ser Economia é a de: “Ciência que estuda a atividade produtiva” (SANDRONI, 1999, p. 189). Segundo o autor citado, a principal preocupação dos estudos de tal ciência, dizem respeito: “[...] aos aspectos mensuráveis da atividade produtiva, recorrendo para isso aos conhecimentos matemáticos, estatísticos e econométricos”. Além disso, os estudos econômicos podem ser classificados como pertencentes a macro ou a microeconomia; assim aqueles pertencentes à macroeconomia incorporam como objeto de estudo “[...] a atividade econômica de toda a sociedade” e os estudos da microeconomia englobam: “[...] a unidade de produção (empresa)” e “[...] a unidade de consumo (família)”. No que se referem aos estudos econômicos, estes podem pertencer a diversas áreas convergentes ou conflitantes entre si, pois “[...] ao contrário das ciências exatas, a economia não é desligada da concepção de mundo do investigador, cujos

interesses e valores interferem, conscientemente ou não, em seu trabalho científico” (SANDRONI, 1999, p. 189).

Na Grécia antiga, os termos economia e economia política referiam-se respectivamente a: “a administração da casa” e “a administração da polis (cidade-estado)” (SANDRONI, 1999, p. 189). Indo além da relação destes dois termos é possível encontrar também uma discussão maior em torno da relação entre economia e a casa ou o ambiente doméstico. Segundo Quintela (2006, p. 6): “A origem da palavra economia remonta ao período aristotélico, quando o próprio Aristóteles definiu economia como oiko (casa, lugar) e nomia (regras, normas da casa, do lugar), ou seja, o cuidar da casa, do lugar onde se está”. E é a partir de concepções da casa como um também espaço de produção de bens e serviços, não só de consumo, que suprem as necessidades humanas (embora esses bens e serviços sejam produzidos principalmente de forma gratuita e pelas mulheres) que a vertente de estudos econômicos chamada economia feminista concentra seus principais conceitos, críticas e posicionamentos.

A Economia Feminista estar entre os estudos econômicos que incorporam a “variável de gênero” em suas análises, críticas e elaboração de conceitos. Assim, Enriquez (2012), argumenta que o conceito de gênero é um dos conceitos bases para “se aproximar dos conteúdos básicos” da Economia Feminista. Considerando gênero como:

[...] uma construção histórica e social que associa um conjunto de papéis e valores com um e outro sexo, implicando certa hierarquia entre eles, determinando o que a sociedade considera “feminino” e “masculino”, e posicionando o que é feminino de maneira subordinada ao que é masculino (ENRIQUEZ, 2012, p. 133).

Tal concepção de gênero estende-se também às relações de trabalho; como já discutido no item 4.1 que discute a divisão sexual do trabalho que também se baseia em dividir funções em masculino e feminino e estabelecer hierarquia entre os sexos.

Dentro dos estudos econômicos que usam a “variável de gênero” existe a Economia Feminista e a Economia com perspectiva de gênero e uma característica que difere a primeira da segunda é a de ir além de apenas mostrar as desigualdades econômicas que existem entre homens e mulheres, pois, ao se dar conta de tais diferenças entre os sexos:

[...] o olhar feminista coloca no centro a vontade de transformação das situações de desigualdade de gênero. Do mesmo modo, não só dá ênfase à relevância das relações de gênero para entender a posição econômica subordinada das mulheres, como também gera conhecimento para a transformação desta situação (ENRIQUEZ, 2012, p. 133).

Assim, norteadada pelo conceito de gênero e indo além da mera constatação de desigualdades econômicas entre homens e mulheres no mundo do trabalho, a economia

feminista pode ser entendida como uma corrente do pensamento econômico, situada no campo da economia Heterodoxa, que critica a postura androcêntrica de alguns estudos econômicos e propõe a ampliação do que é tradicionalmente considerado econômico (ENRIQUEZ, 2012). Segundo Quintela (2006, p. 13), tal perspectiva surgiu nos anos de 1970, século XX, momento em que: “[...] cresceram as formulações críticas com novas abordagens para as ciências econômicas a partir do feminismo, questionando tanto a escola neoclássica como a marxista” e segundo Faria (2009), de 1990 em diante aconteceu a sua consolidação. Desde então a economia feminista tem adotado uma visão diferente da visão androcêntrica; e tal visão, conforme esclarecido por Moreno (2013, p. 15), seria a: “[...] construção de noções e teorias que tomam a experiência dos homens como universal, ao ocultar e/ou desconsiderar as experiências das mulheres”.

Neste sentido: “A economia feminista questiona o paradigma dominante e sua abordagem androcêntrica e contribui para dar visibilidade ao aporte econômico das mulheres”. Diferente da economia tradicional que: “[...] não só desconsidera, invisibiliza a contribuição econômica das mulheres, como oculta e desconhece as elaborações teóricas das feministas” (FARIA *et al.*, 2009, p. 14, 15). Ou seja, a economia feminista, além da crítica às abordagens econômicas tradicionais dominantes, tem buscado o reconhecimento do conjunto de atividades econômicas das mulheres, mesmo, e; sobretudo, daquelas que tradicionalmente não são consideradas trabalho por serem realizadas de forma gratuita, como o trabalho doméstico e de cuidados. Por outro lado, a economia mais tradicional ignora o conjunto de contribuições econômicas das mulheres, que vai além da produção de riqueza monetária, sobretudo daquelas que não considera trabalho e neste processo colabora para o desconhecimento de sua importância para a economia e desenvolvimento da sociedade; além de não fazer uso da teoria feminista devido a um processo de “ocultar” e “desconhecer” este tipo de teoria.

Na atualidade, as críticas da economia feminista aos estudos econômicos dominantes têm se dirigido à escola neoclássica, posterior à escola clássica. Tal escola passou a ter esse nome no período de 1930 e 1940, sendo conhecida antes disso como marginalista e enquanto corrente de pensamento tem perdurado até a atualidade: “A economia neoclássica reduziu a economia ao estudo da inter-relação entre oferta e demanda no mercado” (QUINTELA, 2006, p. 12). Assim economistas pertencentes à economia neoclássica contribuíram para que apenas as atividades e serviços que gerassem renda pudessem ser considerados trabalhos e assim, nas principais análises e estudos, o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado tem ficado à

parte como se apenas as relações de compra e venda no mercado fossem suficientes para suprir as necessidades humanas mais essenciais⁷.

Para a economia feminista, não reconhecer a interdependência entre a economia monetária aonde se vende e se compra bens e serviços e a economia não monetária aonde se produz bens e serviços essenciais que ou não são encontrados à venda ou que não podem ser comprados pelo menor poder de compra daqueles que têm salários baixos é um equívoco, pois:

Para a economia feminista, a economia monetária depende da economia não monetária por razões óbvias: os salários pagos são insuficientes e as famílias dependem do trabalho realizado no âmbito doméstico além de as relações afetivas e emocionais essenciais para o ser humano também não poderem ser adquiridas no mercado (CARRASCO, 2012, p. 13, 14).

Desse modo, apontar a interdependência que existe entre o trabalho produtivo remunerado, alvo do reconhecimento e dos estudos econômicos dominantes, e o trabalho reprodutivo não remunerado desempenhado nos lares é uma das contribuições da economia feminista (QUINTELA, 2006; ENRIQUEZ, 2012; MORENO 2013). Sendo assim, tanto o trabalho mercantil quanto o doméstico e o de cuidados, remunerados ou não, realizados pelas mulheres são objeto de estudo das economistas feministas, bem como outros fatores que afetem esses trabalhos:

A economia feminista tem se dedicado a estudar e construir elaborações em diversos campos, tais como a crítica conceitual e metodológica, o trabalho das mulheres (compreendendo o mercantil, doméstico e de cuidados), a globalização, os orçamentos com sensibilidade de gênero [...] (SABBATO *et al.*, 2009, p. 17).

Tais iniciativas colaboram para que as atividades econômicas desenvolvidas historicamente pelas mulheres deixem de ser tratadas como algo sem valor. Carrasco (2012, p. 36) considera, neste sentido, que: “Se tudo o que é feminino tem sido desvalorizado pelo patriarcado, isso não quer dizer que não tenha valor”. E [...], “para desativar o patriarcado teríamos, primeiramente, que recuperar o valor do que é feminino”. Assim, para que isso possa ser alcançado, Moreno (2013, p. 26), diz que as economistas feministas buscam como forma de tornar visível a contribuição das mulheres: “[...] a ampliação da fronteira do que é considerado econômico, incorporando todas as mulheres como agentes econômicos e suas atividades, mesmo as que não são remuneradas, como economicamente significativas”.

Além da ampliação do que é considerado econômico, um dos principais questionamentos da economia feminista à escola neoclássica diz respeito à adoção do homem econômico ou *homo economicus* como “o indivíduo padrão de seus estudos”. Tal indivíduo

⁷ Ver mais no capítulo 5.

possuiria um conjunto de características “universais” que representariam a espécie humana, no entanto, as economistas feministas argumentam que tal objeto de estudo embora seja considerado sem as variáveis de sexo, orientação sexual, raça, idade ou nacionalidade, representa na verdade: “[...] um ser humano homem, branco, adulto, heterossexual, sadio. O homem econômico não é negro, nem latino, nem imigrante, nem criança, nem portador de deficiência, nem velho e, é claro, também não é mulher” (ENRIQUEZ, 2012, p. 135). Para a autora mencionada tal visão androcêntrica, já que embora pareça neutra revela um padrão de indivíduo não universal, que toma o homem como o centro de estudos e análises econômicas, ao não considerar “as dimensões de discriminação próprias das relações sociais”; acaba conduzindo a:

[...] uma representação irreal do mundo e, portanto, irrelevante para qualquer ação de política pública. Ou ainda pior, o que brinda é uma representação equivocada do mundo, que leva, assim, a sugerir ações errôneas, as quais podem, inclusive, aprofundar os problemas que trata de resolver (ENRIQUEZ, 2012, p. 136).

Outra crítica em relação à adoção do *homo economicus* é a sua caracterização como um ser isolado que nem de nada e nem de ninguém precisa a não ser daquilo que puder ser vendido ou comprado, como, por exemplo, sua força de trabalho e os bens e serviços de que precisa para viver. O conceito do homem econômico é de que ele seria: “[...] como um Robinson Crusoe em uma ilha perdida, que nunca foi criança nem será velho porque não tem relações de dependência com ninguém” (CARRASCO, 1999, apud QUINTELA, 2006, p. 12). Nesta concepção neoclássica, assim como a esfera produtiva aparece como independente da esfera reprodutiva, o modelo padrão do indivíduo que participa desse sistema e dos principais estudos em economia também assim o é. Por isto, todo o trabalho gratuito que é dispensado para que esta pessoa venha a ser ativo economicamente fica mais uma vez (in) visibilizado:

O trabalho de fazer com que ele exista como tal, que se alimente, que tenha capacidade de se relacionar com as pessoas, que tome água, que se vista, que se calce, que tenha saúde, que possa crescer e fazer suas escolhas, não existe nesse formato de economia, pois é realizado por outro tipo de indivíduo, que são as mulheres (QUINTELA, 2006, p. 12).

Apontar para a interdependência que existe entre esfera produtiva e reprodutiva, propondo a ampliação do que é considerado econômico, e problematizar a definição do homem econômico como indivíduo independente, sem pátria, sem sexo, sem raça e etc., ajuda a demonstrar o “real funcionamento” da economia que no viés da economia feminista vai além daquilo que pode ser comprado ou vendido, pois: “A produção mercantil não é autônoma e depende do trabalho não-remunerado nos lares” e, portanto, “Nesse sentido há uma falsa autonomia dos homens que utilizam os bens e serviços realizados pelas mulheres”

(FARIA, 2009, p. 17). Tal interdependência entre o sexo feminino e masculino é apontada também pela autora Heleieth Saffioti (2013), na obra: *A mulher na sociedade de classes*:

As categorias de sexo, diferentemente, por exemplo, das minorias religiosas ou étnicas, não gozam do mínimo de autonomia. Cada uma é o complemento necessário da outra na função reprodutora e ambas são parcelas da família enquanto unidade de consumo (SAFFIOTI, 2013, p. 73).

No âmbito da economia feminista, há duas principais correntes de pensamento: uma em que se busca apenas que homens e mulheres tenham igualdade de direitos, e outra que propõe ir além da igualdade de direitos e buscar romper com o atual modelo de sociedade rumo à construção de outro modelo de desenvolvimento (CARRASCO, 2012). Sobre a primeira corrente:

O objetivo desse modelo seria conseguir a igualdade entre mulheres e homens, mas sem alterar o modelo dominante, ou seja, conseguir que as mulheres se *igualessem aos homens* em sua forma de participar na sociedade: no mercado de trabalho, nos cargos ou locais de poder, no uso do espaço público [...] (CARRASCO, 2012, p. 36, grifo do autor).

Entretanto, Carrasco (2012, p. 37), argumenta sobre este primeiro modelo que: “A igualdade de direitos pode ser um passo necessário, mas nunca suficiente”. É que, para ela, a maneira como os homens participam na sociedade depende de que haja alguém dedicado ao trabalho doméstico e de cuidados (que geralmente tem sido feito pelas mulheres); portanto, para as mulheres chegarem de fato a sua autonomia seria preciso alterar o modelo dominante ou o modo como atualmente se organiza o trabalho produtivo e reprodutivo. Ir além da igualdade de direitos é, portanto, o objetivo da segunda corrente de pensamento:

A segunda corrente propõe que a igualdade de direitos é um passo necessário, mas não suficiente para as transformações da vida das mulheres apresentando, como alternativa, reivindicações que considerem a experiência das próprias mulheres, em vez de partir do que lhes falta para se igualar aos homens (MORENO, 2013, p.54).

Este segundo modelo dedica-se à busca da autonomia das mulheres por meio de suas próprias experiências e não somente almeja alcançar a igualdade entre homens e mulheres. Para Carrasco (2012, p. 37), pois: “Trata-se de avançar para a ruptura do modelo masculino, de nomear e dar valor às atividades desenvolvidas tradicionalmente pelas mulheres, [...] de construir um novo mundo simbólico [...]”. Seria a construção de um modelo de desenvolvimento humano que rompa com o modelo patriarcal. E: “Tudo isso com o objetivo da centralidade da vida humana, no bem-estar das pessoas ou, dito de outro modo, da sustentabilidade da vida humana em suas diferentes dimensões e subjetividades” (CARRASCO, 2012, p. 37). Portanto, conforme a exposição da teoria econômica feminista, que vai além de evidenciar e de estudar as atividades econômicas das mulheres, é importante

dedicar-se à construção de uma economia com foco no ser humano, sem desconsiderar homens ou mulheres.

5. OS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS NÃO REMUNERADO E O DESENVOLVIMENTO DAS MULHERES.

5.1 Os afazeres domésticos e os cuidados gratuitos ou o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado.

As autoras Hirata e Kergoat (2007) argumentam que foi com o entendimento de que havia uma opressão característica sobre o sexo feminino que se iniciou o movimento das mulheres.

Assim é percebido que uma grande quantidade de trabalho é feita de forma gratuita pelas mulheres; além disso, as mulheres se dão conta de que: “[...] esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno” (HIRATA e KEGOAT, 2007, p. 597). Tal caracterização corresponde ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, que até os dias de hoje, perdura aqui no Brasil como uma responsabilidade maior das mulheres e que pelos grandes censos e pela economia tradicional não é ainda considerado trabalho e por tal definição de não-trabalho não chega a ser considerado para os estudos e as análises econômicas mais tradicionais. Pois como apresentado no capítulo anterior, desconsidera-se que para a manutenção da esfera produtiva é necessária a manutenção também da esfera reprodutiva.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), “[...] tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País” (PNAD, 2016). Nela são feitos levantamentos sistemáticos de dados sobre características de temas gerais, como o trabalho, a migração, a família, a educação, o domicílio, entre outras categorias. O trabalho doméstico que é desempenhado majoritariamente pelas donas de casa de forma não remunerada também é contabilizado na PNAD e é possível identificar a quantidade média de horas que as mulheres e os homens dedicam a ele em todas as regiões do País e no geral. Não obstante, na PNAD, o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado não se enquadra no conceito de trabalho e é identificado pela nomenclatura de: Afazeres Domésticos; portanto todos aqueles que se dedicam apenas a estes afazeres são considerado como economicamente inativos, pois esse trabalho não é considerado trabalho e tampouco atividade econômica (PNAD, 2016). Assim, as atividades que se encaixam na definição de Afazeres Domésticos, segundo a PNAD, são:

Arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador (es); orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou

menores moradores; ou limpar o quintal ou terreno que circunda a residência (PNAD, 2016).

No entanto, para a economia feminista é crucial que o trabalho não remunerado doméstico e de cuidados, que garante a reprodução da vida é que é executado pelas mulheres no domicílio, seja considerado trabalho, conforme mencionado no item 4.2. Para Carrasco (2008), no livro: *Trabalho Doméstico e de Cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*; essa não consideração das atividades domésticas e de cuidados como um trabalho por parte das estatísticas acaba por limitar as informações que são disponibilizadas sobre o trabalho e o emprego, já que exclui um importante elemento sem o qual fica impossível tanto a manutenção da vida quanto a dos mercados na forma como estão organizados. Para entender essa essencialidade do trabalho reprodutivo, a autora citada propõe algumas indagações:

[...] em um processo mercantil, de onde vem a força de trabalho? Será que se produz por geração espontânea? Os salários são suficientes para assegurar a reprodução humana? O mercado pode substituir as relações, os afetos, as subjetividades e paixões que se dão no espaço não mercantil e são parte essencial do ser humano? (CARRASCO, 2001, *apud* CARRASCO, 2008, p. 96).

Por meio de questionamentos como os acima citados, as economistas feministas, reforçam mais uma vez que o trabalho produtivo não é independente do trabalho reprodutivo, como a economia tradicional procura demonstrar e que existe interdependência entre a economia monetária e a economia não monetária; e por tal interdependência, tanto o trabalho produtivo quanto o reprodutivo precisam ser considerados como parte da economia (CARRASCO, 2008). No entanto, a autora Faria (2009), atenta para o fato de que:

[...] reconhecer o trabalho reprodutivo como econômico não significa buscar características que o tornem comparável ao trabalho mercantil. É necessário reconhecer que o trabalho doméstico tem características próprias não comparáveis com as de mercado. Seu sentido não é de ganhar benefícios e está fortemente marcado pela dimensão subjetiva (FARIA, 2009, p. 17).

Assim não seria possível comprar ou vender totalmente o trabalho doméstico e de cuidados no mercado. Tal impossibilidade de total comercialização do trabalho produtivo existe por razões monetárias: quais seja a insuficiência dos salários para adquirir no mercado aquilo que é necessário para a sustentabilidade da vida, como, por exemplo, o trabalho doméstico e de cuidados para ter comida feita, roupa limpa, quem cuide dos filhos, idosos e/ou incapazes; e por razões subjetivas: que diz respeito a aspectos do trabalho reprodutivo que ocorrem no âmbito da economia não monetária, mas precisamente no lar, que não podem ser comercializados, como as questões afetivas e emocionais, e que são igualmente

importantes para a reprodução da vida humana, tendo sido também desempenhadas na maioria das vezes pelas mulheres (CARRASCO, 2008; MORENO, 2013).

Por tudo isso, Carrasco e Telo (2013) argumentam que, para que uma pessoa possa ter condições de ter uma vida digna e de interagir socialmente, existem bens além daqueles que podem ser adquiridos por meio de um salário dos quais ela tem necessidade desde o momento que nasce até ao momento em que morre. Em outras palavras, para uma pessoa viver dignamente: “[...] requiere una tarea inmensa de cuidados continuados que se desarrolla en el ámbito doméstico, que hasta ahora ha sido llevado a cabo mayoritariamente por mujeres y nunca podrá ser mercantilizado o colectivizado por completo⁸” (CARRASCO; TELLO, 2013, p. 19)”.⁸

De modo semelhante, Bruschini (2006), no artigo: *Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado?*, defende que na PNAD, no Brasil, o Trabalho doméstico deixe de ser considerado como um não-trabalho sob o nome de “Afazeres Domésticos” e passe a ser considerado um trabalho não remunerado, devido à enorme quantidade de tempo que as mulheres dedicam a ele. Conforme as explicações da autora, assim aqueles que se dedicam apenas ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado não estariam mais na categoria de inativos economicamente para este censo. Consequentemente poder-se-ia fazer estudos mais aprofundados a respeito do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado e de quem o executa, produzindo análises econômicas mais certeiras e pensando políticas públicas eficientes para uma margem da população que costuma ficar excluída dos estudos econômicos. Pois:

O fato de que os empregadores e os formuladores das políticas econômicas consideram o trabalho doméstico e de cuidados como externalidades do modelo econômico implica, concretamente, que os custos com a produção do viver recaiam sobre as mulheres, já que não são incorporados nem por quem emprega, nem pelo Estado e, tampouco, pelos homens no ambiente doméstico (NOBRE *et al.*, 2014, p. 13).

Em suma, o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado é econômico, mas não constituído de aspectos iguais ao do trabalho mercantil e o objetivo de sua mensuração e nomeação como trabalho tampouco busca tal equiparação, pois uma parte considerável desses aspectos é subjetiva e difícil senão impossível de mensurar ou vender. Além disso, a renda monetária das pessoas é insuficiente para comprá-lo totalmente. Sendo impossível vender ou comprar totalmente o trabalho doméstico e de cuidados no mercado por dois motivos;

⁸ [...] requer uma imensa tarefa de cuidado contínuo que se realiza no campo doméstico, que até agora tem sido realizado principalmente por mulheres e nunca pode ser totalmente comercializado ou coletivizado (CARRASCO; TELLO, 2013, p. 19, tradução nossa).

primeiro: parte dele não existe para a venda. Segundo: nem todos podem comprar os tipos de serviços que são ofertados por não terem dinheiro suficiente pra isso.

A incorporação do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado na economia serve, entre outras coisas, para tornar visíveis os custos de sua reprodução que recai principalmente para as mulheres. Conforme os dados disponíveis no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017), as mulheres no Brasil trabalham mais que os homens; quando se considera a jornada média de trabalho no mercado e os afazeres domésticos: na realização dos afazeres domésticos, os homens dedicam em média 11 horas semanais, e as mulheres dedicam em média 26 horas; já no mercado de trabalho: os homens trabalham em média 43 horas semanais e as mulheres trabalham em média 36 horas por semana. Na jornada média total, portanto, o número de horas trabalhadas pelas mulheres supera a dos homens. E percebe-se, assim, a permanência majoritária das mulheres na execução do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado e a sua sub-representação no mercado de trabalho.

Para além da organização tradicional do trabalho doméstico e de cuidados não remunerados, que se pressupõe existir nas famílias, como é o caso do homem responsável por prover o sustento e uma mulher responsável pelo trabalho dentro de casa, outras três formas de organização foram identificadas por Hirata e Kergoat (2007): a corresponsabilidade, a conciliação ou a delegação. Essas três novas formas de organizar o trabalho doméstico, no âmbito doméstico, caracterizam-se da seguinte maneira:

Por corresponsabilidade se compreende a divisão deste trabalho entre os membros da família. A conciliação se dá quando a pessoa responsável pelo trabalho doméstico e de cuidados, não remunerado, concilia este com o trabalho remunerado. Por sua vez, a delegação se refere a delegação deste trabalho para uma pessoa de fora da família, como uma empregada doméstica ou cuidadora (MORENO, 2013, p. 75).

Nas formas em que se organiza o trabalho doméstico e de cuidados, principalmente nas que dizem respeito a conciliar a sua responsabilidade com um trabalho remunerado ou a pagar alguém para fazê-lo, residem algumas questões relacionadas à vida das mulheres que precisam ser discutidas uma vez que tais questões têm impactado a vida econômica das mulheres, seja esta monetária ou não. Fontoura e Gonzalez (2009) apontam que a desigualdade econômica entre homens e mulheres, no que diz respeito à: taxa de desemprego, à porcentagem de inativos e menores salários⁹, podem ser explicadas em grande parte pelo fato de a responsabilidade com o trabalho doméstico e de cuidados não remunerados ser maior para as mulheres.

⁹Taxa de ocupação da população de 15 anos ou mais: mulheres 48,0%, homens 70, 2%; Taxa de desocupação: mulheres 11,7%, homens 7,9%; Rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais: mulheres R\$ 1.567, homens R\$ 2.058 (PNAD, 2015).

Não conseguir entrar no mercado de trabalho, estar nele de forma precária ou não permanecer têm consequências para a conquista da autonomia econômica das mulheres¹⁰. Essa desigualdade se manifesta no mercado de trabalho, “[...] onde a maior parte dos indicadores mostra uma hierarquia estanque, na qual o topo é ocupado pelos homens brancos e a base pelas mulheres negras (IPEA, 2017)”, mesmo os indicadores mostrando que geralmente as mulheres estão em melhores posições que os homens em relação à educação.

“Exercer atividade remunerada não afeta as responsabilidades assumidas pelas mulheres com as atividades domésticas, apesar de reduzir a quantidade de horas dedicadas a elas.” IPEA (2017, p. 4). Eis um trecho mobilizado do texto *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015* (IPEA, 2017), que demonstra o impacto do trabalho doméstico e o de cuidados na vida das mulheres. Outro sim: “Mais de 90% das mulheres declaram realizar atividades domésticas, proporção que se mantém quase inalterada ao longo do período [...]” Já “no caso dos homens, entre 1995 e 2015, passa de 46% para 53% a proporção dos que realizam afazeres domésticos” (IPEA, 2017, p. 4). Tal realidade tem levado a duas situações: a das mulheres que não podem pagar para alguém assumir a responsabilidade com o trabalho não remunerado e a das que podem pagar, parcial ou integralmente; pois a proporção de tempo gasto com o trabalho doméstico e de cuidados não é igual para mulheres pobres e ricas¹¹.

A execução de um trabalho produtivo remunerado e de um reprodutivo não remunerado é denominada de dupla jornada, e pode ser mensurada, conforme o IPEA (2017), “[...] pela jornada total de trabalho”, que considera a soma do tempo dedicado ao trabalho remunerado com o tempo dedicado ao trabalho doméstico não remunerado. E como visto anteriormente, é maior que a jornada total de trabalho dos homens. Carrasco (2012), em sua proposta de construção de indicadores não androcêntricos, menciona ser difícil com o uso dos atuais indicadores que sequer consideram o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado como um trabalho, perceber “[...] a tensão profunda entre o objetivo do lucro – próprio do mercado de trabalho – e o dos cuidados da vida – próprio do trabalho não remunerado realizado nos lares” (CARRASCO, 2012, p. 81).

¹⁰ Acerca da influência do trabalho remunerado e da educação na expansão das liberdades das mulheres ver tópico 5.2.

¹¹ Segundo o IPEA (2017, p.4): entre as mulheres com até um salário mínimo, 94% afirmavam se dedicar ao trabalho não remunerado, já entre as mulheres com renda superior a 8 salários mínimos a porcentagem era de 79,5%; entre os homens verificava-se que os de renda mais alta se dedicavam um pouco mais, 57% do que os de renda mais baixa, 49%.

Essa tensão que é gerada entre os dois trabalhos se manifesta na vida das mulheres tanto no modo como atuam no mercado de trabalho quanto em relação a sua saúde física e emocional: “O desgaste de energias físicas e psíquicas gerados pela *dupla jornada* manifesta-se atualmente em vários tipos de problemas de saúde na população feminina (CARRASCO, 2012, p. 81, grifos do autor)”. Outra questão relacionada à participação das mulheres no mercado de trabalho, diz respeito as que têm filhos pequenos ou dispensam o trabalho de cuidados a outras pessoas, como os idosos, etc.

Barbosa e Costa (2017), na pesquisa para o boletim *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, do IPEA, observaram que, em relação às mulheres que têm filhos de 0 a 5 anos de idade e que, portanto, dedicam parte do tempo ao trabalho de cuidados, “[...] a creche pode influenciar de forma significativa a decisão da entrada da mulher no mercado de trabalho” (BARBOSA: COSTA, 2017, p.24). Assim, ao investigar a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro entre 2001 e 2015, “[...] foi encontrado um efeito positivo e significativo da oferta de creche sobre a probabilidade de as mulheres que são mães participarem no mercado de trabalho” (BARBOSA: COSTA, 2017, p. 33). Desse modo, existe um papel que o Poder Público pode desempenhar, no sentido de superar a responsabilidade desigual pelo trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. As autoras apontam, ao final do estudo, que, para aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho, deve-se não somente aumentar o nível de educação, mas entre outras coisas:

Cabe um maior entendimento das políticas públicas de curto e médio prazos, em especial as direcionadas aos arranjos formais e informais de cuidado das crianças e dos idosos e de recursos e serviços coletivos que não só auxiliem as mulheres na dupla jornada de atividades domésticas e de trabalho fora como também a socialização dos custos dos cuidados com a família, que tem penalizado a quantidade e a qualidade da inserção das mulheres, sobretudo das mães, no mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos (BARBOSA; COSTA, 2017, p. 33).

O efeito que o tempo gasto com o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado tem na vida das mulheres, principalmente na das mais pobres, relaciona-se com a dupla jornada, resultado da conciliação entre trabalho remunerado e não remunerado e com a dificuldade de entrar ou de permanecer no mercado de trabalho, às vezes, optando-se por empregos de jornada mais flexíveis, informais e/ou precários, como apontam os autores referidos.

Dois fatores influenciam a redução do tempo que as famílias mais ricas gastam com o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. Primeiro: elas têm maiores acesso a eletrodomésticos como a máquina de lavar roupas, sendo que esta configura como umas das

hipóteses para a redução geral do número de horas que as mulheres gastam com o trabalho doméstico e de cuidados. Segundo: podem contratar trabalhadores domésticos (IPEA, 2017).

No regime de delegação, as mulheres mais ricas para melhor se dedicarem, por exemplo, a atividades profissionais, recorrem à contratação dos serviços de um trabalhador doméstico que geralmente é uma mulher que por sua vez, para dar conta de conciliar, delega suas tarefas domésticas e de cuidados a outras mulheres de sua família (HIRATA; KERGOAT, 2007). As condições em que se dá o trabalho doméstico, no Brasil, acabam fazendo com que se recriem desigualdades econômicas entre as próprias mulheres.

Segundo a PNAD¹² (2013) havia no Brasil um total de 6.423 trabalhadores domésticos, em números absolutos (1.000). Do total de trabalhadores domésticos: 473 eram homens e quase metade deles com carteira assinada: 213, e 5.951 eram mulheres, sendo apenas 1.909 delas com carteira assinada. Segundo o IPEA (2017, p. 3), em 2015, o emprego doméstico: “[...] ainda é a ocupação de 18% das mulheres negras e de 10% das mulheres brancas no Brasil”. Conforme o Instituto, a quantidade de domésticas com carteira assinada vem aumentando, em 2015, 30,4% delas tinham carteira. No entanto, tal quantidade ainda nem chega a corresponder à metade das profissionais que exercem de forma remunerada os serviços domésticos.

Houve também um aumento na quantidade de diaristas, ou seja, daquelas que trabalham em mais de uma residência, chegando a corresponder em 2015, a 31,7% do total da categoria; a respeito da condição de diarista: “[...] em geral está relacionada a rendas mais altas, mas menor acesso a direitos e proteção social” (IPEA, 2017, p.3). O IPEA (2017, p. 3) sinaliza que tem havido um aumento na renda média das trabalhadoras domésticas, mas que: “No entanto, apesar deste crescimento, a renda média em 2015 não alcançava sequer o salário mínimo (R\$ 739 contra R\$ 788)”.

A partir das informações apresentadas pelo IPEA (2017) e pela PNAD (2013) é possível inferir a respeito da maior concentração das mulheres no que pode ser chamado de “emprego feminino”, ou dizendo melhor:

As mulheres estão concentradas nos empregos ditos “femininos” no sentido de que se baseiam em uma responsabilidade em relação a outrem. Elas ocupam maciçamente profissões que reproduzem, no universo profissional, as tarefas do serviço que assumem na família: cuidam de crianças, são auxiliares de enfermagem, enfermeiras, empregadas domésticas, faxineiras [...] e no serviço público, as mulheres gerenciam a logística do mesmo modo que asseguram a boa administração do lar (GUÉRIN, 2005, p. 40).

¹² Espera-se ter acesso às versões da PNAD mais recente posteriormente.

Tal realidade não significa que as mulheres estejam apenas no tipo de emprego citado, mas que nestes, existe ainda uma maior proporção de mulheres do que de homens. Em relação ao serviço doméstico, também é possível notar que é a maior a quantidade de mulheres negras que o desempenham do que a de mulheres brancas. Neste sentido é que Melo e Sabbato (2009) argumentam sobre a necessidade de transcender o conceito da divisão sexual do trabalho e acrescentar junto a ele: “[...] a questão da classe social, da raça/cor e etnia, do corte geracional, dos direitos de propriedade, do acesso à terra, da distribuição do poder na sociedade, como os múltiplos estudos de gênero têm difundido” (MELO; SABBATO, 2009, p. 34).

Acerca das características do trabalho doméstico e de cuidados no meio rural, Butto *et al.* (2014) argumentam, que, no meio rural, as mulheres se concentram nas atividades de consumo, e que a responsabilidade pelo trabalho não remunerado que garante a reprodução da vida é muito maior para elas. Em um contexto específico, na comunidade de São Francisco do Parauá, em Manacapuru, Amazonas, um estudo constatou esse mesmo tipo de realidade em relação às atividades desempenhadas pelas mulheres no meio rural:

Além de trabalharem na agricultura, as mulheres cultivam hortaliças, frutas e leguminosas destinadas prioritariamente à subsistência da família. Mantêm plantação de pimenta de cheiro, cebolinhas, goiaba, mamão e feijão nos seus quintais (TORRES; RODRIGUES, 2010, p. 236).

De modo que existe uma grande parcela de tempo que é dedicada pelas mulheres a atividades não monetárias¹³ que, não obstante, contribuem para sustento delas e de outras pessoas. A respeito das condições de produção do trabalho doméstico e de cuidados, que influenciam no tempo e/ou no esforço de quem o executa, tem-se que muitas vezes são em condições precárias, como o é nos casos em que: há escassez de água nas residências e há a necessidade de suprimento de lenha¹⁴ para atividades que envolvem preparar alimentos (BUTTO *et al.*, 2014). A respeito de tal “precariedade” das condições de produção em que muitas vezes se dá a execução das atividades domésticas no Brasil rural, a ONU Mulheres diz que:

“Preparar refeições, por exemplo, pode exigir caminhar longas distâncias carregando pesados baldes de água na cabeça, ou o esforço de horas para tratar os alimentos e conservá-

¹³ Em Goiatins-To, município vizinho ao município de Filadélfia-To, foi identificado numa amostra da população composta por 55 mulheres da zona urbana que as atividades não-monetárias que elas faziam em 2016, caracterizavam-se pelo: trabalho doméstico e de cuidados, produção de artesanatos, coleta de frutos, plantação, criação de animais; que entre outras coisas contribuía para uso e consumo de objetos e alimentos por parte delas e da família (BRITO, 2016).

¹⁴ Pelo Plano de Manejo (2005) da área de preservação ambiental do MNAFTO onde se fará a pesquisa, tinha-se que nas fazendas nos períodos de seca havia escassez de água e que o fogão à lenha era usado pela maioria (ver tópico 3.2.4); restando confirmar se estas informações ainda se sustentam na atualidade.

los na ausência de refrigeração” (ONU MULHERES, 2016, p. 80). Assim, o trabalho doméstico que já consome grande parte do dia das mulheres que o desempenham em situações em que têm acesso a água, energia e/ou eletrodomésticos, torna-se ainda mais custoso para as que não têm este tipo de acesso. Por essas razões o: “[...] acesso à água é um fator determinante para assegurar melhores condições sociais, econômicas e produtivas no meio rural, onde as condições de trabalho em geral são duras para as mulheres” (ONU MULHERES, 2016, p. 80). No entanto, embora os eletrodomésticos sejam relacionados à diminuição do tempo com as tarefas domésticas (ONU, 2016; IPEA, 2017); a autora Paulilo (2013), argumenta que o uso¹⁵ “das tecnologias poupadoras do esforço”, como possibilidade de diminuir o pesado gasto de tempo das mulheres com o trabalho doméstico e de cuidados, é pouco real, uma vez que: “[...] diferentes grupos feministas já demonstraram que as atividades de “cuidado” com crianças, idosos e doentes não são facilmente substituídas por outra solução que não a atenção constante” (PAULILO, 2013, p. 288).

Embora considere que o uso de tais tecnologias tenha a sua importância, a autora mencionada, faz uma crítica quanto à ausência no documento¹⁶ produzido pela FAO (2011), de proposta que contemple o compartilhamento do trabalho doméstico e de cuidados, feito mais pelas mulheres, com os homens. A ausência de tal possibilidade inexistiu no documento, segundo a autora, por que: “[...] entraria em contradição com a proposta do documento, que é igualar a produtividade de mulheres e homens tendo como modelo o padrão atual, no qual a casa e os filhos são encargos das esposas e mães” (PAULILO, 2013, p. 288). Ou seja, incorporar as mulheres na esfera produtiva, sem mudar a forma como atualmente é organizada a esfera reprodutiva.

5.1.1 O trabalho doméstico e de cuidados não remunerado no Tocantins.

As pesquisas que fazem menção sobre o trabalho doméstico e de cuidados no Estado do Tocantins são escassas, sendo, *a priori*, apresentadas nesse tópico. A autora Petarly (2016) faz uma atual e importante discussão teórica no artigo: *Economia Solidária e Feminista: apontamentos sobre a representação social do trabalho doméstico pelas mulheres de*

¹⁵Sugestões apontadas por organismos como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 2011, no documento: *O Estado Mundial da Agricultura e da Alimentação. As Mulheres na Agricultura: Superar a Brecha de Gênero em prol do Desenvolvimento.*

Araguaína/TO, publicado na Revista Latino-americana de Geografia e Gênero. Em tal trabalho, a autora teve por objetivo:

[...] fazer apontamentos sobre como as mulheres residentes de setores periféricos do município de Araguaína, Tocantins, percebem o trabalho doméstico e como isso se vincula à lógica da economia e da divisão sexual do trabalho (PETARLY, 2016, p. 149).

Na conclusão deste trabalho, consta-se que todas as mulheres, 16 mulheres foram entrevistadas, realizam o trabalho doméstico, [...] “mas que 31,25% das respondentes não gostam do trabalho doméstico” (PETARLY, 2016, P. 156). Além disso, permanecem as mulheres como as principais responsáveis pelas atividades domésticas na família. Segundo a autora citada, dados como estes, indicam uma relação com teorias, como as da economia feminista e da divisão sexual do trabalho, de que não existe um trabalho natural de mulher fazer e sim determinações de lugar de homem e de mulher baseadas em equívocas características ou aptidões naturais de sexo. Em suas próprias palavras:

A divisão estabelecida entre trabalho público (masculino) e trabalho privado (feminino) não é dessa forma porque as mulheres gostam do trabalho doméstico, mas sim por serem determinadas à execução dessas funções (PETARLY, 2016, p. 157).

Não havendo uma escolha por parte destas mulheres em fazer o trabalho doméstico. Outra pesquisa que também contempla o trabalho doméstico foi realizada em Goiatins-TO, município limítrofe à Filadélfia-TO. Na pesquisa com as mulheres de Goiatins, verificou-se que das 55 mulheres entrevistadas, 53 delas faziam o trabalho doméstico não remunerado, e 31 delas executavam o trabalho de cuidados, dedicando em média, 6 horas com as atividades domésticas e 3 horas com a atividade de cuidados. Das duas mulheres que não faziam atividades domésticas, uma delas não fazia por limitações físicas (era cadeirante) e a outra era a mulher que tinha a maior renda entre as entrevistadas e podia contratar os serviços de outras mulheres (BRITO, 2016). Até a presente etapa do desenvolvimento da pesquisa, não foram encontrados outros trabalhos que falassem sobre o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado no Tocantins.

Nos tópicos precedentes, tem-se que a maior responsabilidade das mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidados não remunerado resulta muitas vezes, em desigualdade econômica entre mulheres e homens decorrente da dificuldade maior de inserção no mercado de trabalho ou da entrada precária neste; havendo ainda um acúmulo de trabalho que resulta na dupla jornada.

O tempo de dedicação àqueles trabalhos varia de acordo com a classe social e que as mulheres que podem delegar parte do trabalho doméstico e de cuidados estão em uma situação econômica mais segura do que aquelas que o fazem de forma remunerada. Ou seja, a maior responsabilidade das mulheres sobre o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado pode ser relacionada à menor participação, em relação aos homens, das mulheres nas atividades econômicas produtivas; e também, a partir da maior ou menor possibilidade de delegação (possibilidade de pagar para alguém fazer), explica um tipo de desigualdade que é gerada entre as próprias mulheres.

De todo modo, é possível inferir que a maior parcela de tempo que as mulheres gastam com o trabalho reprodutivo tem sido apontada como um dos fatores que a distanciam das atividades econômicas produtivas o que por sua vez as tem colocado numa situação de menor valorização social e econômica.

No tópico seguinte, tomando a perspectiva da economia feminista para a construção de uma sociedade que se baseie na sustentabilidade da vida humana e o ideal de autonomia econômica assumido por movimentos feministas, serão discutidas as relações entre o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado e o desenvolvimento da sociedade e das próprias mulheres enquanto sujeitos.

5.2 A sustentabilidade da vida humana, o desenvolvimento e autonomia econômica das mulheres.

A sustentabilidade da vida humana é uma perspectiva da economia feminista que de certa forma traduz-se no próprio objetivo da economia feminista, como corrente de pensamento econômico. Moreno (2013) esclarece que:

A utilização do conceito de sustentabilidade da vida tem como objetivo proporcionar uma análise que transcenda os termos da dicotomia estabelecida entre o econômico e o não econômico. Mais do que apontar a importância da esfera da reprodução para o processo de produção de mercadorias, essa perspectiva implica, fundamentalmente, deslocar o centro da análise dos mercados para as pessoas, ao substituir a lógica da produção de lucros pela lógica do cuidado da vida e da satisfação das necessidades humanas como objetivo da organização econômica e social (MORENO, 2013, p. 43,44).

É o que permite dizer que as análises econômicas para serem bem formuladas necessitam considerar que a vida das pessoas na esfera da produção não acontece sem a esfera de reprodução, que há uma interligação, e que existe trabalho, mesmo que não seja

remunerado, nas duas esferas que contribuem para a sustentabilidade da vida; sendo necessário, por exemplo, a consideração do trabalho doméstico e de cuidados nessas análises.

Carrasco e Tello (2013) propõem a substituição da “lógica da produção de lucros” para a “lógica do cuidado da vida e das necessidades humanas” e evidenciam uma reflexão a respeito de como o desenvolvimento tem se dado de forma insustentável em nossa sociedade até os dias de hoje. Essa sustentabilidade da vida humana é composta por cinco elos, sendo eles: a natureza, o espaço doméstico do cuidado, as comunidades, o Estado e os mercados (CARRASCO; TELLO, 2013).

O primeiro elo é o da natureza. Perceber este elo significa considerar que entre as relações humanas e a natureza existe um processo de ligação e de interdependência e que, portanto, não se pode conceber um desenvolvimento ou fazer uma análise econômica que desconsidere isso. O segundo elo, o do espaço doméstico do cuidado, diz respeito à produção de bens e de serviços, como o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, que possibilitam a sustentação da vida humana e a condição das pessoas de virem a atuar na sociedade; estando aqui inclusos os cuidados e os afetos que não podem ser conseguidos por meio da renda ou oferecidos no mercado, porque são imateriais, por exemplo, e ainda o trabalho não remunerado, como o ato de preparar alimentos ou higienizar ambientes, que tem sido responsabilidade majoritária das mulheres e que mesmo podendo ser encontrado à venda no mercado (normalmente são as mulheres que prestam esse tipo de serviço) não podem ser conseguidos por muitas pessoas pela insuficiência dos salários (CARRASCO; TELLO 2011 *apud* MORENO, 2013).

Ainda sobre o segundo elo é possível ressaltar que: “Para a sustentabilidade da vida humana e seu bem-estar há um conjunto de necessidades, como de afetos, de segurança emocional, que é parte das atividades realizadas no âmbito doméstico pelas mulheres” (DI SABBATO *et al*, 2009, p. 17). O terceiro elo consiste em uma visão de comunidade para além dos limites geográficos:

São consideradas pelos autores comunidades as relações de vizinhança, bairros, ou comunidades rurais, além daquelas que, fruto do desenvolvimento tecnológico, não estão ligadas necessariamente por proximidade territorial, assim como os coletivos formados por pessoas que compartilham valores comuns (MORENO, 2013, p. 47).

No trecho em questão, os autores a quem Moreno (2013) se reporta são Cristina Carrasco e Enric Tello em “Apuntes para una vida sostenible” (2011). Essa noção de comunidade implica dizer que para além das relações e laços mediados pelo mercado e pelo Estado, “[...] há outros tipos de laços e relações reais estabelecidos entre pessoas e grupos,

com base em outras noções de bem comum e valores” (MORENO, 2013, p. 47). O Estado é o quarto elo na cadeia de sustentação da vida, e:

[...] é uma instituição construída socialmente e reflete a correlação de forças na sociedade, seu papel é fundamental para o desenvolvimento capitalista. Suas normas e regulações garantem o funcionamento do mercado, além de interferir no conjunto das relações sociais (MORENO, 2013, p. 47).

Ligando-se, assim, ao quinto e último elo da sustentabilidade da vida humana, composto pelos mercados: “[...] mercado y capitalismo no son lo mismo. El primero antecedió muchos milenios al segundo, de modo que han existido y pueden volver a existir sociedades distintas al capitalismo donde funcionen mercados¹⁷” (CARRASCO E TELLO, 2013, p. 28).

Os autores citados argumentam, no entanto, que o mercado quando se rege por princípios capitalistas, como é agora, tem como objetivo de produção e consumo, apenas o lucro, sem considerar as condições de vida das pessoas ou da natureza; em que em vez da economia estar a serviço das pessoas, acontece o contrário (CARRASCO; TELLO, 2013). Conforme Moreno (2013):

[...] não é possível prescindir dos mercados, mas que a organização dos mesmos deve se dar orientada pela sociedade, e não que a sociedade deve ser organizada em função dos interesses e funcionamento do mercado. Neste sentido, argumentam a necessidade de produção de informações necessárias para um planejamento econômico realizado de forma democrática, organizando os vínculos entre os mercados, comunidades, Estados e famílias em uma relação sustentável com a natureza (MORENO, 2013, p. 49).

Havendo, deste modo, uma proposta de mudança em que o mercado se organize orientando-se por aquilo que é do interesse da sociedade. Cabendo as mesmas críticas que se faz ao mercado à maneira como tem se dado a atuação dos Estados. Assim, esse enfoque na “sustentabilidade da vida humana”, considera que, para que se tenha bem-estar, existem necessidades que vão além das que podem ser supridas mediante o uso de uma renda monetária e mais: que é insustentável um processo de desenvolvimento que não tenha dimensão da interdependência entre todos os elos da cadeia de sustentação da vida e da consequente necessidade de ser sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental em cada um deles.

Existindo, na maneira como se propõe uma análise econômica baseada na “sustentabilidade da vida”, uma convergência entre esta perspectiva e visões como as dos economistas clássicos (inicialmente), marxistas e perspectivas como as das capacidades de

¹⁷ Mercado e capitalismo não são os mesmos. O primeiro precedeu muitos milênios ao segundo, de modo que existiram e podem existir sociedades diferentes do capitalismo onde os mercados funcionam. (CARRASCO E TELLO, 2013, p. 28, nossa tradução).

Amartya Sen e Martha Nussbaum (PÉREZ, 2006 *apud* MORENO, 2013). A autora Carrasco (2012), no livro: *Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres* relaciona a perspectiva feminista da sustentabilidade da vida humana ou do bem-estar humano com a perspectiva dos “funcionamentos” e “capacidades” desenvolvida por Sen (2010). Para melhor compreensão dos termos, tem-se:

O conceito de “funcionamentos”, que tem raízes distintamente aristotélicas, reflete as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter. Os funcionamentos valorizados podem variar dos elementares, como ser adequadamente nutrido e livre de doenças, a atividades ou estados pessoais muito complexos, como poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio. A “capacidade” [*capability*] de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos) (SEN, 2010, p. 104, 105).

Em continuidade à perspectiva de Sen (2010), Carrasco (2012) complementa que: “A ideia central desse enfoque é que o bem-estar não se consegue por meio da posse de bens, mas através das “capacidades” para conseguir “funcionamentos” valiosos”. Neste sentido: “[...] viver pode ser considerado como um conjunto de “funcionamentos” inter-relacionados: a pessoa deve estar bem alimentada, evitar a mortalidade prematura, participar na vida da comunidade e assim por diante” (CARRASCO, 2012, p.39, aspas da autora).

Segundo a referida autora e esta perspectiva, as condições de vida de uma pessoa são específicas, mesmo ela estando em certo contexto social que congrega certas características sociais e ambientais e modos estabelecidos de como se dão as relações e as interações, havendo, por exemplo, a necessidade de “[...] identificar as diferenças individuais de bem-estar entre mulheres e homens” (CARRASCO, 2012, p. 39). Que podem e geralmente não são as mesmas.

Sob essa perspectiva, entende-se o *bem-estar* ou a *qualidade de vida* como um processo dinâmico de satisfação de necessidades, em contínua adaptação das identidades individuais às relações sociais; como um processo contínuo de expansão do que uma pessoa pode ser ou fazer [...] (CARRASCO, 2012, p. 40).

A perspectiva de Sen (2010) e seus conceitos do que significa ter “bem-estar” e sobre os “padrões de vida” vêm sendo discutidos e ampliados pela perspectiva feminista nos últimos anos e tem como proposta:

[...] uma dimensão dos padrões de vida que inclui aspectos fundamentais para que a vida se desenvolva em termos de humanidade, aspectos pouco considerados nos estudos oficiais: a satisfação de necessidades de cuidado direto – corporal, emocional, afetivo –, que se realiza principalmente no âmbito da casa. (CARRASCO, 2012, p. 40)

Conforme apresentado pelas estatísticas e a partir das discussões do item 5.1., e pela divisão sexual do trabalho, são as mulheres, majoritariamente, as responsáveis pelo trabalho reprodutivo não remunerado capaz de dar conta dos aspectos essenciais para a sustentabilidade ou bem-estar da vida humana. Não obstante, são excluídas dos estudos econômicos tal quais as suas contribuições não monetárias.

Amartya Sen (2010) concebe a ideia de um desenvolvimento que tenha a expansão das liberdades humanas como um fim e como um meio. A liberdade como um fim do desenvolvimento seria aquela que teria um papel constitutivo, chamada de liberdade substantiva, e aquela como um meio do desenvolvimento seria a que teria um papel instrumental, chamada de liberdade instrumental. Sobre o primeiro tipo de papel da liberdade:

O papel constitutivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como por exemplo ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc. (SEN, 2010, p. 55).

As liberdades substantivas têm valor por si só devido ao seu papel na melhora das condições de vida das pessoas ou no enriquecimento de sua vida, portanto, independentemente se influenciam ou não outros aspectos em um processo de desenvolvimento, quando se avalia este processo adotando a visão do desenvolvimento como expansão das liberdades, é preciso levá-las em conta; quanto ao acesso ou privação delas na vida das pessoas. Desse modo: “Mesmo uma pessoa muito rica que seja impedida de se expressar livremente ou de participar de debates e decisões públicas está sendo *privada* de algo que ela tem motivos para valorizar” (SEN, 2010, p. 56, grifos do autor). O autor ainda observa que essa pessoa pode até não querer exercer essa liberdade no momento, mas que mesmo assim é uma privação da liberdade, pois não há o poder de escolha de fazer uso ou não da liberdade de expressão ou da participação política.

Sobre o segundo papel da liberdade como um meio do desenvolvimento, Sen explica que: “O papel instrumental da liberdade concerne ao modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos [*entitlements*] ¹⁸ contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento” (SEN, 2010, p. 56, 57).

Para ele as liberdades instrumentais são eficazes porque se inter-relacionam; um tipo de liberdade contribui na promoção de outros tipos de liberdades e ainda têm influência na

¹⁸ “O *entitlement* de uma pessoa é representado pelo conjunto de pacotes alternativos de bens que podem ser adquiridos mediante o uso dos vários canais legais de aquisição facultados a essa pessoa” (SEN, 2010, p. 57, grifos do autor).

capacidade das pessoas de viverem de forma mais livre. É dada ênfase a cinco tipos de liberdades instrumentais: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora (SEN, 2010). Resumidamente sobre cada uma delas:

As liberdades políticas, amplamente concebidas (incluindo o que se denominam direitos civis), referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios [...] de ter liberdade de expressão e uma imprensa sem censura [...] *As facilidades econômicas* são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca. [...] *Oportunidades sociais* são as disposições que a sociedade estabelece na área da educação, saúde [...] *As garantias de transparência* referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza. [...] *A segurança protetora* é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta [...] (SEN, 2010, p. 58-60).

Para Sen (2010, p. 61): “Essas liberdades instrumentais aumentam diretamente as capacidades das pessoas, mas também suplementam-se mutuamente e podem, além disso, reforçar umas às outras”. E relacionam-se com os meios do desenvolvimento.

Sobre as mulheres no processo de desenvolvimento como expansão das liberdades humanas, Sen (2010), argumenta que, quando as mulheres têm condições de serem agentes livres por meio do acesso a um trabalho remunerado e por meio da educação, além de aumentar a sua autonomia e poder de participação dentro e fora de casa, elas ainda contribuem com a redução da mortalidade infantil e das taxas de fecundidade (SEN, 2010). Assim, para ele: “[...] trabalhar fora de casa e auferir uma renda independente tende a produzir um impacto claro sobre a melhora da posição social da mulher em sua casa e na sociedade” (SEN, 2010, p.249).

E esta melhora na posição da mulher dentro e fora de casa acontece, segundo ele, porque a contribuição para a prosperidade da família fica visível por meio da renda e, assim, a sua voz ativa toma mais importância nas decisões. Além de que o trabalho fora de casa de certa forma educa as mulheres para uma realidade diferente da que ela conhece como dona de casa e, assim, fortalece sua condição de agente. Por outro lado, Sen, pontua de forma consistente que embora elas dediquem muito tempo ao trabalho dentro de casa, este trabalho, por não ser remunerado, é com frequência desconsiderado, quando se computa as contribuições de homens e mulheres para a prosperidade da família em geral¹⁹ (SEN, 2010).

A liberdade para buscar e ter um trabalho remunerado fora de casa contribui para o aumento de outras liberdades na vida das mulheres como para: diminuir privações relativas ou

¹⁹ Ver tópico 4.1 sobre A Divisão Sexual do Trabalho, em que se explicam os porquês da menor valorização dos trabalhos feitos tradicionalmente pelas mulheres.

absolutas, aumentar o poder de participação nas decisões, ter autonomia, não passar fome, prevenir doenças, etc. Esta liberdade, aliada à alfabetização e à educação, fortalece a condição de agente das mulheres e a consequente capacidade de promover mudanças sociais que influenciam os seus bem-estares e o de outras pessoas (SEN, 2010). No entanto, muito dessa liberdade de ter acesso a um emprego ou mesmo à educação, fica limitada, quando se desconsidera todo o peso que a responsabilidade pelo trabalho doméstico e de cuidados tem sobre o tempo das mulheres, principalmente sobre as mulheres mais pobres²⁰.

Conforme os dados disponibilizados pelo IPEA (2017), por exemplo, trabalhar fora de casa, de forma remunerada, não afeta a responsabilidade das mulheres pelo trabalho não remunerado, embora haja uma diminuição de horas dedicadas ao mesmo: “As mulheres ocupadas continuam se responsabilizando pelo trabalho doméstico não remunerado [...]” (IPEA, 2017, p. 4). E essa dupla responsabilidade, concretizada pelo termo “dupla jornada”, é por Sen (2010) denominada de “duplo fardo”. Essa dupla jornada tem consequências sobre a vida das mulheres, conforme comentado no item 5.1. Daí a importância de contemplar o trabalho doméstico e de cuidados nas análises econômicas, defendida pelas economistas feministas e a de problematizar as atuais formas de divisão sexual do trabalho. Em outras palavras:

A Divisão sexual do trabalho é mais uma das formas de agressão contra as potencialidades das mulheres como agentes do desenvolvimento. As diferenças exorbitantes nas condições de trabalho e de salários das mulheres são um obstáculo ao desenvolvimento com justiça social. Abolir as formas de injustiças provenientes da divisão sexual do trabalho é abrir espaço para a mulher como agente de transformações sociais benígnas para a sociedade (PEREIRA, 2012, p. 434).

Sobre a menor participação das mulheres, em alguns países, nas atividades econômicas²¹, Sen (2010) argumenta que esta se dá pela falta de acesso a recursos econômicos como: propriedade de terra, capital e acesso ao crédito, que em países em desenvolvimento é comum ser destinados ao sexo masculino (SEN, 2010). Argumentando também que, quando as mulheres alcançam as oportunidades que costumam ser destinadas aos homens, elas conseguem aproveitar os recursos da mesma maneira que eles. E, mais, a participação econômica das mulheres e consequente fortalecimento de sua condição de agente, é tanto um meio de gerar renda e assim aumentar o seu poder de decisão e diminuir as

²⁰ Ver tópico 5.1 sobre O trabalho Doméstico e de Cuidados Não Remunerado.

²¹ Aqui no Brasil a menor participação das mulheres nas atividades econômicas pode ser evidenciada no modo como a população ocupada (que tinha trabalho) de 15 anos ou mais, segundo a (PNAD, 2015), representava menos da metade entre as mulheres, 48,0% e chegava a 70, 2% do total de homens na mesma faixa.

desigualdades relacionadas a seu sexo: “[...] como uma grande influência para a mudança social em geral” (SEN, 2010, p. 261).

5.2.1 A autonomia econômica das mulheres.

No âmbito dos movimentos feministas, que Sen (2010) destaca terem saído de um enfoque de reivindicações de direitos centrado no bem-estar ou mais precisamente no “mal-estar” das mulheres para um enfoque em reivindicações que contemplam também a questão da condição de agente das mulheres ou de como elas mesmas podem promover a mudança social (SEN, 2010); existe uma definição de autonomia econômica que é uma reivindicação de alguns movimentos feministas brasileiros e que constava até mesmo como objetivo do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), de 2013-2015, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que se assemelha às questões levantadas por ele sobre a relação entre a condição de agente das mulheres e a mudança social:

Autonomia econômica das mulheres se refere à capacidade delas de seres provedoras de seu próprio sustento, assim como das pessoas que delas dependem, e decidir qual a melhor forma de fazê-lo. Autonomia econômica é mais que autonomia financeira. A remuneração não é a única fonte de autonomia; esta depende de nossa formação, do acesso aos bens comuns, ao crédito, à economia solidária e aos serviços públicos (BUTTO *et al*, 2014, p. 103).

Assim, promover a condição de agente livre das mulheres, para Sen (2010), ou a autonomia econômica, para os movimentos feministas, é tanto um ganho para as mulheres em si, no que diz respeito à diminuição das desigualdades econômicas e sociais entre os sexos, como um meio pelo qual elas podem influenciar a mudança social e econômica no processo de desenvolvimento, trazendo bem-estar para si e para os demais. O autor conclui dizendo que: “O grande alcance da condição de agente das mulheres é uma das áreas mais negligenciadas nos estudo sobre o desenvolvimento e requer correção urgente” (SEN, 2010, p. 263). Por isso, “[...] nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres” (SEN, 2010, p. 263).

Para a economia feminista, na perspectiva da sustentabilidade da vida de não somente mostrar as desigualdades, mas, promover mudanças, envolve reconhecer também a importância do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado feito principalmente pelas mulheres na esfera reprodutiva e que faz parte da cadeia de sustentação da vida, pois, para essa corrente de pensamento, existe interdependência entre a esfera produtiva e reprodutiva; e também incluí-lo nas análises econômicas como objeto de estudo, assim como as mulheres

que o realizam Além de considerar um trabalho e reconhecer a contribuição não remunerada do mesmo para a família e para a sociedade é necessário, nesta perspectiva feminista, também discutir e solucionar a desigual divisão sexual do trabalho que prejudica em quantidade e em qualidade a entrada das mulheres nas atividades produtivas que são apontadas como importantes mecanismos de conquista da liberdade e da igualdade das mulheres (CARRASCO, 2008; MELO; SABBATO, 2009; MORENO, 2013; SPECHT, 2009). Assim:

Emancipar a mulher é desenvolver. Compreender que é fundamental pra a sociedade que a mulher tenha condições equitativas de trabalho, renda, educação, saúde, cidadania etc. é essencial para alcançarmos uma sociedade mais justa e com melhores condições de vida (PEREIRA, 2012, p. 435).

Portanto, um processo de desenvolvimento que tenha na expansão das liberdades humanas o seu fim e meio, precisa considerar que aspectos sociais e econômicos aumentam ou diminuem a liberdade das mulheres no que diz respeito às suas capacidades de se tornarem em suas comunidades e famílias indivíduos autônomos e agentes livres com poder de influenciar mudanças socioeconômicas no meio em que vivem. Em outras palavras: “A igualdade de gênero é considerada um elemento importante para o desenvolvimento, pois não é apenas uma questão de justiça social, mas também de efeitos socioeconômicos positivos” (MIRANDA; BARROSO, 2013, p. 296).

Pelo viés da economia feminista, focar no bem-estar das pessoas envolve iluminar todos os elos da cadeia de sustentabilidade da vida humana para que se construa um tipo de sociedade mais sustentável social, econômica e ambientalmente; o que inclui olhar também para o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado demonstrando a sua importância para a manutenção da sociedade e também o custo que tem gerado na vida das mulheres (CARRASCO; TELLO, 2013; MORENO, 2013). Desse modo, enfrentar as questões relacionadas ao trabalho reprodutivo que distanciam ou colocam as mulheres numa situação de desvantagem econômica em uma sociedade, inclui tanto jogar luz sobre suas contribuições não remuneradas para a manutenção da vida quanto repensar as formas de divisão sexual do trabalho que as têm colocado em um papel de dupla subalternidade: ter uma maior carga de trabalho e ao mesmo tempo ser menos valorizadas pela realização do trabalho que mais têm desempenhado gratuitamente para o bem-estar alheio.

No capítulo seguinte discutiremos as principais características sociais e econômicas das mulheres rurais brasileiras com o objetivo de uma primeira aproximação da realidade das mulheres que farão parte desta pesquisa.

6. AS MULHERES RURAIS BRASILEIRAS

6.1 Discussões introdutórias.

O objetivo deste capítulo é traçar um panorama geral sobre a realidade da vida das mulheres rurais brasileiras: suas principais características, lutas, conquistas, reivindicações e contribuições socioeconômicas. Antes de discorrermos sobre as mulheres rurais, faz-se necessário uma circunscrição sobre elas. Para tanto, foi utilizada a epítome da Organização das Nações Unidas (ONU, 2016). O documento define mulheres rurais como:

[...] agricultoras familiares, assalariadas rurais, camponesas, acampadas, assentadas da reforma agrária, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, pescadoras artesanais, extrativistas que se nomeiam mulheres do campo, das águas e da floresta (ONU MULHERES, 2016, p. 74).

Embora no documento citado seja contemplada uma variedade de mulheres rurais, consideraremos a definição apenas como uma base geral por meio da qual possamos vir a discutir também outras categorias ou denominações presentes em movimentos sociais rurais ou na teoria feminista geral sobre essas mulheres.

Falar sobre o cotidiano das mulheres rurais brasileiras, enquanto indivíduos ou enquanto coletivos, nos remete, quase sempre à ideia de dupla desigualdade econômica, de dupla invisibilidade, de dupla discriminação, ou de dupla violência. Ou como consta no site do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), na aba história: “Somos mulheres que lutamos pela igualdade nas relações e pertencemos à classe das trabalhadoras e trabalhadores” (MMC, 2018, on-line). Em relação à dupla violência, por exemplo, existe uma das facetas que diz respeito: “[...] àquela em que homens, mulheres e crianças estão expostos diante da conjuntura social do campo brasileiro” (SANTOS, 2013, p. 110). Conjuntura esta marcada pelos conflitos entre grandes proprietários de terra e camponeses em geral. A outra (ou outras) violência seria pela própria condição de ser mulher. De modo que:

Uma das justificativas de movimentos sociais no campo de gênero está relacionada a pouco, ou nenhuma importância que os movimentos sociais em geral deram as questões ligadas às mulheres e da violência que essas estão mais suscetíveis. Ainda assim, as melhorias nesse campo, ainda são consideradas pequenas ou ineficazes. Não se conseguiu sequer, fazer um levantamento e uma estatística de violência contra a mulher no campo, por exemplo. (SANTOS, 2013, p. 111).

As lutas e reivindicações das mulheres rurais têm se dado por sua condição de camponesa e de mulher. Em tais situações tem sido preciso lutar contra uma multiplicidade de discriminações e desigualdades. Sendo assim, começaremos a falar sobre as características das mulheres que estão sob essa dupla condição.

No ano de 1991, ocorreu em Belo Horizonte (MG) o 2º Encontro Estadual das Trabalhadoras Rurais. O evento promoveu discussões e o desenvolvimento de trabalhos que

culminou na confecção de um material intitulado: *Trabalhadoras Rurais, sua vida, seu trabalho, suas organizações e lutas*; sendo divulgado pela Comissão Estadual das Trabalhadoras Rurais. Neste material, é possível encontrar representações das mulheres rurais, que são as pequenas produtoras, as assalariadas, as Sem-Terra, as posseiras, as acampadas e as assentadas.

O próprio documento traz um paralelo descritivo das mudanças que permearam a vida das mulheres do campo no século XX, constando as divergências e permanências entre a vida da mulher dos anos de 1991, ano em que foi escrito o material, e a vida das mulheres em um tempo anterior ao período de elaboração do documento. Assim segundo este material, a mulher rural de antes de 1991:

[...] tinha que aprender a cozinhar, lavar, costurar e bordar [...] trabalhava na roça mas não tinha colheita [...] cuidava dos irmãos menores [...] não podia brincar de brinquedos de homem: correr, pular, subir em árvores [...] (COMISSÃO ESTADUAL DAS TRABALHADORAS RURAIS, 1994, p. 5).

E não obstante, a mulher de 1991:

[...] vive oprimida pelo marido. [...] as mulheres avançaram pois participam dos movimentos e das reuniões. [...] as responsabilidades maiores continuam sendo das mulheres: cuidar da casa, educar os filhos. [...] as mulheres não têm seu trabalho reconhecido, é preciso muito esforço e luta para serem respeitadas como trabalhadoras (COMISSÃO ESTADUAL DAS TRABALHADORAS RURAIS, 1994, p. 7, 8).

Ao olhar para uma realidade de 1991 e mesmo para antes disso, reconhecemos algumas características na vida das mulheres rurais que perduram até os dias de hoje. Uma das características que vigora é a permanência das mulheres com a maior parte das responsabilidades domésticas e de cuidados não remuneradas²², o ainda modesto reconhecimento delas como trabalhadoras rurais e a invisibilidade de seus trabalhos produtivos e reprodutivos (MELO; SABBATO, 2006; PAULILO, 2013). A invisibilidade ainda operante sobre o trabalho produtivo e reprodutivo que as mulheres rurais desempenham, segundo Gouveia (2003), acontece depois que estes trabalhos são feitos. Ocorre:

[...] quando é negado às mulheres o direito de decidir; quando as estatísticas e análises – produzidas pelo Estado ou pela sociedade civil – não trabalham os dados separados por sexo; quando discursos mantêm a suposta universalidade do masculino (“o agricultor”); quando os projetos políticos, estatais ou da sociedade civil não as consideram como sujeitos de direito. (GOUVEIA, 2003, p. 45).

De modo que segundo a autora supracitada, ao se questionar sobre o lugar da mulher rural, responde que “[...] pode-se dizer que as mulheres estão em todos os lugares e não estão

²² Ver mais no item 5.1.

em lugar nenhum” (GOUVEIA, 2003, p. 45). O “todos os lugares” representa a maior ou menor presença das mulheres nos trabalhos produtivos e reprodutivos e o “lugar nenhum” diz respeito à falha das estatísticas e análises em mensurar a considerável jornada de trabalho dessas mulheres.

A falha ou “subestimação” das estatísticas e análises em relação às contribuições das mulheres no trabalho produtivo nos roçados e nos arredores de casa para o autoconsumo têm acontecido porque este trabalho tem sido considerado, inclusive pelas próprias mulheres, uma “extensão” do trabalho doméstico e; assim, nomeiam todas as atividades que fazem, sejam elas produtivas ou reprodutivas, como uma só: atividades domésticas. E como estas são consideradas geralmente como um não trabalho, o dispendioso tempo que as mulheres gastam com tais atividades ficam de fora das estatísticas mais oficiais (PAULILO, 2013; ONU MULHERES, 2016). A nomenclatura “afazeres domésticos”, estendida também para o trabalho produtivo torna invisíveis as reais contribuições das mulheres, e promove nelas e em outras pessoas, o não reconhecimento como trabalhadoras rurais. Sendo que, historicamente elas têm sido identificadas (até por elas mesmas) muito mais como donas de casa (COMISSÃO ESTADUAL DAS TRABALHADORAS RURAIS, 1994).

De modo que o trabalho produtivo que essas mulheres realizam, seja remunerado ou não, é considerado apenas um trabalho auxiliar ao trabalho dos homens ou um trabalho mais “leve”²³. Em relação ao trabalho assalariado que fazem: elas mesmas não o enxergam como tal, considerando o dinheiro que recebem apenas como um complemento à renda geral da família (PAULILO, 2013). Mas, de fato, quais têm sido as contribuições produtivas das mulheres do campo?

Antes de fazermos menção sobre as contribuições produtivas das mulheres no campo, iniciaremos uma breve incursão sobre o cotidiano e algumas definições que dizem respeito àquelas que possuem a posse da terra ou não.

Tomaremos como ponto de partida o caderno *Com garra e qualidade, mulheres em economias sustentáveis: agricultura e extrativismo*, organizado por Moema Viezzer (1993). O contexto histórico em que este material foi produzido remete ao ano de 1992 quando acontecia no Rio de Janeiro, a Rio 92 ou Eco 92. Paralelo a este grande evento, ocorria o Fórum Global que agregou cerca de 400 eventos da sociedade civil; um desses eventos foi o Planeta Fêmea, que reuniu mulheres de várias nações. Durante este evento, houve uma

²³ Capítulo 4.

oficina²⁴ que foi desenvolvida com a participação de 32 mulheres. A oficina propiciou discussões dos movimentos de mulheres e do movimento ecológico para expor as formas de produção sustentáveis das mulheres agricultoras, extrativistas e das periferias urbanas. Ao falar das contribuições produtivas dessas mulheres, fez-se também um levantamento de suas realidades enquanto mulheres e produtoras, realidade esta que obviamente sofreu mudanças, mas que conserva alguns de seus aspectos até os dias de hoje.

Entre as mulheres extrativistas citadas no caderno estão as: quebradeiras de coco babaçu; as pescadoras; as coletoras, como as que coletam castanhas-do-pará; e as seringueiras. Essas mulheres têm em comum o fato de conciliarem as tarefas domésticas e de cuidados com as tarefas produtivas, e um modo de produção sustentável que garante sustento e renda para si e para suas famílias (VIEZZER, 1993). Porém, quando elas não estão em um processo produtivo que garanta suas autonomias, ficam reféns da exploração de atravessadores que adquirem seus produtos a preços muito baixos (VIEZZER, 1993).

Sobre as seringueiras, quebradeiras de coco e castanheiras, que são extrativistas, o que se constata é que elas: “[...] não têm a propriedade da terra, têm territórios de extração” (VIEZZER, 1993, p. 25). E por não terem essa posse da terra, têm sofrido por causa de projetos de colonização e de expansão da agropecuária.

Sobre as produtoras rurais, existem as agricultoras familiares, as posseiras, as acampadas, as assentadas da reforma agrária e outras. Assim como as extrativistas, essas mulheres também desempenham o trabalho produtivo e reprodutivo que têm passado por um longo processo de desvalorização. Algumas das mulheres que mencionadas trabalham em uma terra sobre a qual elas (ou em geral seus cônjuges) têm a posse definitiva, outras têm apenas a posse provisória e ainda existem aquelas que estão em um de luta para obtê-la.

Tais mulheres têm lutado para serem reconhecidas enquanto trabalhadoras rurais e enquanto mulheres que sofrem desigualdades e além da luta por reconhecimento, buscam também o pelo acesso ou a permanência na terra o que lhes garantiria a reprodução de um modo de vida e de comercialização que têm no próprio uso responsável dos recursos naturais; a principal garantia de sobrevivência (VIEZZER, 1993; COMISSÃO ESTADUAL DAS TRABALHADORAS RURAIS, 1994). Sobre a autonomia econômica das mulheres do campo, Faria (2009) é enfática ao dizer que: “No caso das mulheres camponesas o debate sobre renda e produção para o autoconsumo deve ser visto em relação ao direito à terra e às condições de produção” (FARIA, 2009, p. 23). Pois conforme a referida autora: “Em

²⁴ Oficina: Mulheres em Economias Sustentáveis.

assentamentos nos quais se produz em níveis necessários para o autoconsumo e a comercialização, a necessidade da renda monetária é minorada”.

A conciliação de tarefas tem sido realidade na vida da maior parte das mulheres rurais. Um exemplo é o caso das mulheres produtoras de cacau que “[...] vivem um problema comum a muitas mulheres: a dupla jornada de trabalho. Vão para a roça, mas nem por isso deixam de fazer todo o trabalho doméstico. O que sem dúvida acaba desgastando a sua saúde” (VIEZZER, 1993, p. 17). Além disso, conta-se também sobre a vida de produtoras rurais do Sul do país, que tinham a posse da terra, sendo possível notar o lugar da mulher na casa, em seu entorno e na roça, embora isto ainda não tenha, até os dias de hoje, lhe garantido muita notoriedade enquanto trabalhadora rural: “A mulher ordenha as vacas, vai para a roça, cuida dos animais, responde por todo o trabalho doméstico. Sempre de olho nas crianças” (VIEZZER, 1993, p. 36).

Em análise mais recente, o que se constata, seja na região Norte ou na região Sul do Brasil é a permanência das mulheres rurais com a maior responsabilidade pela execução de trabalho doméstico e de cuidados, embora isto não as exima do trabalho na esfera produtiva (SILVA; SCHNEIDER, 2010; TORRES; RODRIGUES, 2010). Como exemplo, Torres e Rodrigues (2010) citam as “clivagens de gênero” no cotidiano das pessoas que moravam na comunidade de São Francisco do Parauá, em Manacapuru, Amazonas:

[...] é raro o domicílio que possui bomba para puxar a água do rio; é a mulher que carrega a água para a residência. Todo o trabalho de preparação da alimentação da família, lavagem de louça e roupa; a limpeza do quintal e o cuidado com os animais de pequeno porte como galinhas, patos e porcos; coleta das frutas para a comercialização e o cuidado com os filhos menores é de incumbência da mulher (TORRES; RODRIGUES, 2010, p. 238).

Torres e Rodrigues (2010) relataram algumas atividades produtivas das mulheres na comunidade de São Francisco do Parauá. “Além de trabalharem na agricultura, as mulheres cultivam hortaliças, frutas e leguminosas destinadas prioritariamente à subsistência da família” (TORRES; RODRIGUES, 2010, p. 236). Segundo as autoras, dentre os alimentos cultivados nos quintais estão: a pimenta de cheiro, as cebolinhas, a goiaba, o mamão e o feijão; sendo reservados ao autoconsumo, com exceção da goiaba, que é plantada apenas para a venda; os demais alimentos só são vendidos “[...] quando há excedente” (TORRES; RODRIGUES, 2010, p. 236).

Portanto, o que se concebe a respeito das mulheres do campo: extrativistas, pequenas produtoras, sobre aquelas que têm ou não a posse da terra, é que na realidade brasileira, elas têm contribuído produtivamente, de forma remunerada ou não, produzindo ou coletando alimentos seja nos seus quintais para o autoconsumo da família seja no espaço do roçado

aonde a produção muitas vezes destina-se também a comercialização. Não obstante a isso, o trabalho que fazem é geralmente pouco reconhecido tal qual o trabalho doméstico e de cuidados que ainda continuam a fazer muito mais que os homens. Ou seja:

A presença das mulheres rurais na produção agrícola familiar é um fato. Mesmo na invisibilidade, não se pode negar que elas estão ocupando terras, plantando, colhendo, e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. Presentes na casa, no quintal, na roça e na luta pela terra, as mulheres tiveram ainda de lutar pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras. (SALES, 2007, p. 437).

Além da conciliação de tarefas reprodutivas e produtivas, o que essas mulheres rurais têm em comum, é o fato de serem representantes de um modo de produção no campo que geralmente reconhece a dependência que o seu modo de vida tem com a conservação do meio ambiente: terra, água, ar e demais recursos; e por assim produzirem entram em conflitos com aqueles que têm na exploração intensiva da terra e de seus recursos os seus maiores ganhos econômicos, como grandes latifundiários, pecuaristas e demais produtores de grande porte, grileiros. Um pouco mais sobre as reivindicações políticas das mulheres rurais, tanto àquelas que dizem respeito às questões de gênero quanto às que se referem às questões da classe trabalhadora rural é o assunto do próximo tópico.

6.2 Movimentos de mulheres rurais brasileiras.

Sobre os movimentos e lutas rurais e urbanos brasileiros em geral e, sobretudo daqueles ligados às mulheres rurais brasileiras, muitos são os estudos e trabalhos que mencionam o ano de 1980, como o período em que tanto houve: uma retomada de fôlego das reivindicações sociais que já existiam quanto o surgimento e solidificação de novos movimentos e lutas; (FARIA, 2009; MELO; SABBATO, 2009; MIRANDA; FIÚZA, 2017).

Sobre esse momento político e histórico tem-se que:

Depois de 21 anos sob governo ditatorial militar, os brasileiros viram recrudescer, na década de 1980, movimentos sociais de lutas e de contestações, movimentos rurais ou urbanos diferentes, mas com bandeiras e desejos convergentes. Entre as lutas políticas pelas conquistas e garantias dos direitos individuais, lutava-se, sobretudo, por um Brasil menos desigual (PAULILO; SILVA, 2010, p. 38).

As mulheres rurais brasileiras como forma de fortalecer suas reivindicações políticas para a conquista de direitos relacionados à sua classe e ao seu gênero têm se organizado em movimentos de mulheres, movimentos feministas e em movimentos mistos de homens e mulheres, como por exemplo: a Marcha das Margaridas, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco

(MIQCB) e entre os mistos: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Dentre a variedade de movimentos e ações é possível destacar alguns que podem dar um panorama geral sobre os objetivos de luta das mulheres rurais.

A Marcha das Margaridas “[...] é uma ampla ação estratégica das mulheres do campo e da floresta, promovida pela Contag, Federações e Sindicatos” (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2018, ONLINE) que “[...] integra a agenda política do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), de movimentos feministas e de mulheres” (IPEA, 2013, p. 7). A primeira edição da Marcha aconteceu em 2000 e ao longo do tempo tem “revelado grande capacidade de mobilização e organização”. O nome da Marcha homenageia a trabalhadora e líder de sindicato Margarida Maria Alves que foi assassinada em agosto de 1983 “[...] na frente do marido e filho” (SANTOS, 2013, p. 113). E suas edições (2000, 2003, 2007, 2011 e 2015) têm acontecido em Agosto, mês em que Margarida foi morta.

De modo que nesta que é considerada “a maior e mais efetiva ação das mulheres no Brasil” são reunidas mulheres que representam todas as regiões do Brasil (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2018):

Vindas de todas as regiões do país, suas dezenas de milhares de participantes marcham para reivindicar direitos em favor das mulheres do campo e da floresta, denunciar as condições precárias a que estão expostas e fazer valer o reconhecimento de sua condição de sujeitos políticos e de trabalhadoras (IPEA, 2013, p. 7).

Os objetivos da Marcha podem ser encontrados no *site Transformatório das Margaridas* do movimento, sendo alguns deles:

Fortalecer e ampliar a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais; Reafirmar o protagonismo e dar visibilidade à contribuição econômica, política e social das mulheres do campo, da floresta e das águas na construção de um novo processo de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente; Apresentar, através das proposições, uma crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico a partir de uma perspectiva feminista; Atualizar e qualificar a pauta de negociações, propondo e negociando políticas para as mulheres do campo e da floresta e das águas, considerando as suas especificidades [...] (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2018, on-line).

Assim baseando-se nos objetivos mencionados, é possível dizer que, por meio da Marcha das Margaridas, as mulheres têm reivindicado direitos para si e para a sociedade em que vivem enquanto sexo feminino e enquanto classe de trabalhadoras rurais. Neste processo de buscar direitos, como o de serem reconhecidas como trabalhadoras; essas mulheres

também têm proposto em consonância com o feminismo a construção de uma sociedade mais igualitária e menos insustentável do ponto de vista social, econômico e ambiental.

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é fruto de lutas de mulheres rurais desde o período de 1980 que objetivavam: “[...] a libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário maternidade, aposentadoria,...), participação política entre outras” (MMC, 2018, on-line). O Movimento veio ter esse nome em 2003 e uma das justificativas utilizadas para sua existência é segundo as mulheres que organizam o evento: “[...] porque queremos continuar no campo, produzindo alimentos, preservando a vida, as espécies e a natureza [...]” (MMC, 2018, on-line). Além desses objetivos, o Movimento também reivindica a adoção da “agroecologia” como forma de produção agrícola sustentável e clama ainda pela “valorização do trabalho das mulheres camponesas”.

Outra luta atual de mulheres rurais é a que se organiza por meio do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), de forma semelhante aos movimentos já mencionados este movimento tem raízes em lutas que começaram a partir da década de 1980. Neste período, a luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu se iniciaram pela crescente restrição que tinham em acessar os babaçuais e também pela necessidade de buscar a interrupção da derrubada das palmeiras que lhes garantiam o sustento por meio da extração do coco e a sequente produção, consumo e venda de seus derivados como o azeite. Iniciada no Acre, esta luta contou com o apoio de organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e acabou se estendendo a outros estados (ACTIONAID, 2015).

A partir das reivindicações pelo acesso e pela conservação dos babaçuais surgiu o MIQCB em 1990, congregando mulheres dos estados de Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins; o Movimento tem por objetivo: “organizar as quebradeiras de coco babaçu para conhecerem seus direitos, defenderem as palmeiras de babaçu, o meio ambiente e a melhoria das condições de vida nas regiões de extrativismo do babaçu” (MIQCB, s.d. *apud* ACTIONAID, 2015). Por tais objetivos, o movimento é considerado de “extrema importância para a organização da luta das quebradeiras”.

Dentre os movimentos de mulheres rurais aqui mencionados é possível elencar algumas convergências entre os objetivos de luta de cada como: a busca pelo reconhecimento das mulheres rurais como trabalhadoras e pela visibilidade de suas contribuições econômicas; a defesa de um modo de produção sustentável que pode se manter por meio do acesso e permanência das mulheres em suas terras e também pelo acesso e preservação dos recursos que utilizam para sustentar a si e suas famílias, como é o caso do coco babaçu; e a demanda

por políticas públicas específicas que contemplem os variados tipos de mulheres que se intitulam rurais: agricultoras familiares, extrativistas, indígenas e outras. A partir dos objetivos de lutas desses movimentos políticos é possível inferir que as reivindicações por melhores condições de vida têm se dado para as mulheres rurais enquanto gênero feminino e enquanto classe de trabalhadoras. Mais sobre a dualidade desta luta será abordado no tópico seguinte.

6.3 As reivindicações.

A autora Faria (2009), destaca que algumas reivindicações feitas pelas mulheres rurais a partir dos anos de 1980 que acabaram se convertendo em lutas; eram principalmente pela possibilidade de: se sindicalizar nos sindicatos rurais, pelo direito de ter licença-maternidade e de acessar a previdência. Segundo ela, estas e outras lutas, protagonizadas pela mulher do campo, demonstram [...] “a força da reivindicação pelo reconhecimento como trabalhadora e como cidadã”, pois como já discutido era costume ver as mulheres rurais muito mais como apenas donas de casa do que como trabalhadoras; tais lutas, “[...] são centrais para a discussão acerca da divisão sexual do trabalho e da visão de que as mulheres são destinadas apenas ao trabalho reprodutivo” (FARIA, 2009, p. 24). Pois tais visões não retratam a realidade, já que as mulheres há muito tempo têm contribuído produtivamente no meio rural e embora homens e mulheres no geral e censos e estatísticas oficiais não tenham mensurado significativamente tais contribuições, nos movimentos de mulheres muito se discute sobre essas atividades produtivas (FARIA 2009; PAULILO, 2013).

Ainda sobre a natureza das reivindicações, também feministas, das mulheres do campo, Faria (2009) destaca algumas, que aconteceram de forma paralela ou não, revelando a dupla luta dessas mulheres para serem vistas como cidadãs e como trabalhadoras, buscando: acesso à terra e a possibilidade de permanecer na mesma, renda, direito à documentação, poder participar de todas as fases da produção e comercialização de produtos; também representar a família e não somente o homem e acessar políticas públicas e assistência técnica para o campo em seu próprio nome.

Reivindicações como a de acesso à terra, ou de permanência, têm permeado a realidade do campo brasileiro desde tempos atrás até os dias atuais. A ONU Mulheres (2016) ao analisar o avanço das mulheres no mundo baseando-se no relatório: *O Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016*; Trouxe como evidência a respeito das mulheres rurais o

seguinte: “Mudar a realidade econômica da mulher no meio rural brasileiro passa também por mudar a estrutura fundiária extremamente concentrada (ONU MULHERES, 2016, p. 79). No que diz respeito à luta das mulheres, vencer essa concentração de terra não se resume a acessar a terra, mas também poder ter titulação conjunta com seus conjugues; o que novamente mostra a dualidade da luta das mulheres: a de uma classe e a de um gênero, lutas estas que resultam muitas vezes da existência de uma sociedade capitalista e patriarcal. Como é vasta a variedade de mulheres reconhecidas como rurais, além da reforma agrária: “[...] a demarcação e desintrusão de áreas indígenas, quilombolas, comunidades pesqueiras e demais populações tradicionais é chave para assegurar às mulheres rurais o direito de acesso à terra” (ONU MULHERES, 2016, p. 79, 80).

A relação entre o acesso à terra e a garantia de melhor qualidade de vida para agricultoras (os) familiares, posseiras (os), assentadas (os), acampadas (os) da reforma agrária, populações extrativistas, indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais têm sido apontada por movimentos sociais, sociedade civil e mesmo por organismos internacionais como a ONU. No entanto, o que se percebe nas lutas de tais povos, no passado e presente, principalmente após as políticas de modernização da agricultura (1970) no Brasil que têm alavancado o agronegócio; é a persistência de um cenário de violentos conflitos não só pela posse e uso da terra, mas pelo controle e uso de recursos naturais como a água. Na luta desses povos o que se busca além do direito à terra é a própria sobrevivência que se baseia num modo de vida reconhecidamente dependente da preservação do meio ambiente (FARIA, 2009; ACTIONAID, 2015; ACTIONAID, 2017). Não obstante a isso:

Muito já se debateu a respeito de o que é a ofensiva capitalista sobre o campo em sua fase neoliberal e como se articula com um reforço do imperialismo. Trata-se de uma ofensiva marcada pela necessidade de estender o predomínio do mercado para controlar um conjunto de bens comuns, serviços e atividades humanas ainda fora do mercado, como a água e a biodiversidade (FARIA, 2009, p. 23, 24).

Porém, na contramão de tal ofensiva, segundo Faria (2009, p. 23, 24), existe: “[...] um movimento de resistência vigoroso, envolvendo vários setores, que é muito presente em nosso continente, tanto do ponto de vista dos indígenas como dos (das) camponeses (as)”. Segundo a autora, um exemplo dessa resistência no Brasil é o Movimento Sem-Terra. Além disso, dentro do amplo leque de oposição formado por movimentos sociais e organizações de camponeses, indígenas, quilombolas, extrativistas e demais populações tradicionais: “[...] são gestadas propostas alternativas de defesa da economia camponesa que se somam a outras da economia solidária e da economia feminista, que colocam em xeque as normas do pensamento dominante” (FARIA, 2009, p. 24).

Um bom exemplo da contribuição das mulheres rurais para tais “alternativas de defesa” é a produção que realizam nos quintais, como já discutido, às vezes apenas para o autoconsumo, mas também para comercialização; com uma grande variedade de frutas, plantas medicinais, hortaliças e outros produtos, tal produção é considerada importante tanto para a soberania alimentar dos povos quanto para a manutenção da biodiversidade (FARIA, 2009; TORRES; RODRIGUES, 2010). Ou seja: “Essas práticas têm também um papel importante na resistência à agricultura de mercado e sua tentativa de homogeneizar a produção no campo” (FARIA, 2009, p. 24).

Outra questão relacionada ao acesso das mulheres rurais à terra diz respeito às situações em que pela construção de grandes empreendimentos, como por exemplo: hidroelétricas, oriundos de políticas de desenvolvimento, famílias e comunidades inteiras precisam deslocar-se da terra onde moram e onde já têm consolidado um modo de vida que lhes garante a sobrevivência e o usufruto de certa qualidade de vida advinda da proximidade de rios e de terras cultiváveis; e passar a viver em assentamentos ou rurais ou mesmo, na falta de alternativas, dirigir-se às cidades.

No Estado do Tocantins, dois exemplos de tal realidade dizem respeito à construção de duas hidroelétricas no rio Tocantins: a Usina Luís Eduardo Magalhães (2001) e Usina Hidrelétrica de Estreito (2012). Por causa da construção de tais usinas, famílias tiveram que se mudar de seus locais de origem e passaram a viver em reassentamentos rurais onde encontraram dificuldades para viver como a perda que algumas mulheres extrativistas tiveram ao não ter mais acesso ao coco babaçu que lhes garantia autonomia econômica (PARENTE; GUERRERO, 2012; PARENTE, 2015).

Em estudos sobre a vida das mulheres nesses reassentamentos, as autoras citadas constataram que das mulheres estudadas, todas se dedicavam apenas ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado ou a atividades não remuneradas, e que, muitas vezes o tempo que dedicavam a tais atividades impactavam negativamente na forma como as mulheres participavam de atividades políticas ou de atividades remuneradas, ou seja, da esfera pública. No entanto, segundo Parente (2015), além de serem as mulheres e as adolescentes as principais provedoras de água para as casas, foi a partir dessa lida diária das mulheres com as atividades domésticas e de cuidados, que foi percebido que em quatro dos cinco reassentamentos fornecidos pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE) da Usina Hidrelétrica de Estreito, havia um problema com a água disponível, que era imprópria para o consumo e para o uso na limpeza; e, a partir dessa percepção, começou-se a discutir e a pensar em

soluções para o problema. Além disso, a autora constatou que embora sejam as mulheres que lidem mais diretamente e quotidianamente com a água, não é com elas que se fala quando é preciso pensar questões de abastecimento e de acesso à água, mas com os homens.

De modo que, resumidamente, a respeito das lutas sociais das mulheres rurais e dos movimentos mistos ou exclusivos de mulheres, de 1980 em diante eram, sobretudo, relacionadas ao trabalho: ter terra para trabalhar, ser reconhecida como trabalhadora e a partir disso usufruir de direitos como: licença-maternidade e previdência social. Já os movimentos do início do século XXI: “[...] voltam-se de forma crescente para a vida cotidiana, com demandas relativas à Educação, ao uso dos meios de comunicação, bem como às questões relativas à juventude e às desigualdades de gênero” (MIRANDA; FIÚZA, 2017, p. 134).

Os resultados de algumas dessas reivindicações que se converteram em direitos e/ou em políticas públicas é assunto para o tópico seguinte.

6.4 As conquistas.

No processo de luta das mulheres rurais e dos movimentos dos quais têm feito parte, muitas das reivindicações acabaram se transformando em conquistas que têm aproximado as mulheres de um maior reconhecimento como trabalhadora e como cidadã. Sales (2007) aponta um dos primeiros e mais importantes passos nesse sentido por meio da Constituição de 1988:

[...] quando no artigo 226, §5º, foi reconhecida a igualdade entre homens e mulheres na família, e no artigo 189, parágrafo único, estabelecida a igualdade de direitos entre homens e mulheres na obtenção de título de domínio ou de concessão de uso de terras para fins de reforma agrária (SALES, 2007, p. 441).

Sendo um marco importante para a cidadania das mulheres, não era obrigatória²⁵ ainda a titulação conjunta entre homens e mulheres casados ou em união estável e só passou a ser em outubro de 2003 por meio da Portaria nº 981 (ONU MULHERES, 2016). Outra importante reivindicação para a cidadania das mulheres, como abordado no tópico anterior, era a questão da documentação. E embora segundo Sales (2007, p. 439) o ano de 1997 tenha sido: “[...] marcado pela Campanha de Documentação *Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documento*, lançada pela Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

²⁵ Embora assegurada na Constituição de 1988, a titulação conjunta não tinha caráter obrigatório. Mas foi somente por meio da Portaria nº 981, de outubro de 2003, que a titulação conjunta se tornou obrigatória. [...] E a Instrução Normativa nº38, de março de 2007, reconheceu e priorizou mulheres chefes de família como beneficiárias potenciais da reforma agrária, alterando os critérios de classificação dos candidatos. Com tais medidas, as mulheres titulares registradas passaram de 24%, em 2003, para 72%, em 2013. No mesmo período, as mulheres chefes de família passaram de 13% do público beneficiário para 23%. (ONU MULHERES, 2016, p. 79).

(ANMTR)”, o que, segundo a autora, era reflexo de uma tomada de consciência das mulheres de que não era suficiente ser trabalhadora ou produtora, mas sim, também, ser vista oficialmente como tal; para a ONU Mulheres (2016):

Muitas mulheres brasileiras, trabalhadora cidadãs do mundo rural, vieram a ter assegurado seu acesso a um direito básico somente após o ano de 2004, por meio do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), pois até então, não possuíam documentação (ONU MULHERES, 2016, P. 77).

Tendo sido criado em 2004 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e emitindo documentos como: carteira de identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF) e carteira de trabalho; segundo a ONU Mulheres (2016, p. 77, 78), o programa no período de 2004 a 2015 emitiu 2.985.000 documentos civis e trabalhistas: “[...] beneficiando 1.461.043 mulheres rurais, em 7.386 mutirões realizados”. Não obstante: “Sobretudo em áreas remotas, ainda existem mulheres rurais sem documentos, o que sinaliza um desafio significativo para o aperfeiçoamento do programa [...]” (ONU MULHERES, 2016, P. 79).

Embora a documentação seja crucial para a cidadania das mulheres, em consequência da divisão sexual do trabalho que tem destinado as mulheres muito mais ao espaço privado, as mulheres rurais ainda têm dificuldades de lidar com o espaço público ou dizendo de outro modo:

A dificuldade de lidar com atividades do mundo público, como abrir conta bancária, por exemplo, é reforçada pelas práticas e costumes sexistas, que colaboram com a perpetuação da subordinação das mulheres rurais (SALES, 2007, P. 441).

A respeito das demandas por acesso à terra, um exemplo de conquista é o das mulheres quebradeiras de coco do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará por meio do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Tais mulheres extrativistas que usam o coco babaçu para fazer óleo, leite e sabão, aproveitando até mesmo as cascas para fazer fogo e assim cozinhar, historicamente estiveram envolvidas em conflitos pela posse e uso da terra decorrentes da expansão das atividades agropecuárias na região (ACTIONAID, 2015; ONU MULHERES, 2016).

Mais de 300 mil mulheres agroextrativistas exercem a atividade de extrativismo do coco babaçu, mas esta atividade é constantemente ameaçada, seja pelos fazendeiros que tentam impedir o acesso dessas mulheres aos babaçuais, pela expansão do agronegócio na região de predominância dos babaçuais, pela dificuldade da comercialização dos produtos oriundos do babaçu, ou pela dificuldade de acesso à terra e aos babaçuais, que garantem às quebradeiras a continuidade do seu modo de vida (ACTIONAID, 2015, P. 3).

A extração do coco babaçu das quebradeiras de coco que inclui: “A atividade de coleta, quebra e beneficiamento do coco babaçu é passada de uma geração a outra e realizada predominantemente por mulheres”, tal atividade: “É um importante complemento de renda

para suas famílias, principalmente durante o período de entressafra da produção de alimentos e também garante autonomia econômica às mulheres” (ACTIONAID, 2015, P. 8). Para combater as ameaças ao seu modo de vida e aos territórios de extração do coco babaçu, pois a extração do coco babaçu lhes garante renda e uso e consumo de seus derivados; essas mulheres organizaram-se coletivamente e lutaram tanto para terem o controle do processo produtivo e diminuïrem a exploração que sofriam daqueles que comprava seus produtos a preços injustos quanto para acessar livremente os babaçuais, sem sofrer ameaças ou restrições (ACTIONAID, 2015).

Por meio de movimentos como o MIQCB, as quebradeiras de coco, com apoio de outras organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Tocantins, têm conseguido aprovar leis de livre acesso aos babaçuais em níveis municipais e estaduais em Maranhão, Tocantins e Pará: “A primeira lei municipal do babaçu livre aprovada foi a nº 005/1997, em Lago do Junco. A partir da incidência política do movimento em municípios nos quais atua, já foram aprovadas pelo menos 14 leis municipais” (ACTIONAID, 2015, P. 18). No estado do Tocantins, leis municipais foram aprovadas nos municípios de: Buriti do Tocantins, Axixá do Tocantins, Praia Norte e São Miguel do Tocantins; e em nível estadual:

[...] já foram aprovadas uma em Tocantins (nº 1.059, de 14 de agosto de 2008), que “dispõe sobre a proibição da queima, derrubada e do uso predatório das palmeiras do coco de babaçu e adota outras providências”, e uma no Maranhão (nº 9.428, de 2 de agosto de 2011), que cria o Dia Estadual das Quebradeiras de Coco e reconhece a autoatribuição como critério válido para o reconhecimento das quebradeiras como povo tradicional (ACTIONAID, 2015, P. 18).

Embora a conquista de tais leis representem um avanço na luta das mulheres pelo acesso ao coco babaçu: “[...] sua implementação e fiscalização ainda apresentam desafios para que haja um real acesso livre das quebradeiras aos babaçuais [...]” (ACTIONAID, 2015, P. 19). Por causa disso tem sido necessário mobilizações, cobranças e ações, por parte das mulheres do MIQCB, no sentido de zelar pelo cumprimento de tais leis.

Embora as conquistas das mulheres rurais não se restrinjam às mencionadas neste tópico, a obtenção de documentação pessoal, o direito de ter título conjunto da posse da terra (quando em situação de matrimônio) e mesmo o acesso e preservação dos babaçuais garantidos em alguns casos por força de lei; são exemplos de lutas que acabaram se convertendo em direitos que contribuem para a autonomia econômica e social das mulheres rurais enquanto cidadãs do sexo feminino e enquanto classe trabalhadora.

Em suma, a realidade da vida das mulheres rurais brasileiras vem sendo marcada pela dualidade de sua existência enquanto mulher e trabalhadora que sofrem discriminações características de uma sociedade ainda patriarcal e capitalista. Apesar do pouco

reconhecimento e da pouca valorização do seu trabalho as mulheres rurais têm feito importantes contribuições socioeconômicas para a produção e reprodução no campo em geral: dedicam-se ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, plantam e criam em seus quintais de forma gratuita ajudando no sustento da família, produzem e vendem alimentos e também trabalham de forma assalariada. Não obstante, o trabalho que realizam quase sempre é visto como menos importante e mais fácil de executar.

Para enfrentar discriminações como estas que advém de uma injusta divisão sexual do trabalho e também para conquistar direitos que lhes garanta a igualdade como cidadã e a sobrevivência enquanto classe, as mulheres têm-se organizado em movimentos que demandam: igualdade de gênero, reconhecimento da contribuição econômica monetária ou não monetária das mulheres, acesso aos recursos naturais que precisam para se manter, acesso à terra e à documentação, entre outras coisas. Estejam organizadas em movimentos sociais ou não, importantes conquistas têm sido alcançadas pelas camponesas como, por exemplo: políticas públicas para garantir a documentação das mulheres que não têm e leis para defender os seus modos de vida, como é o caso das mulheres que extraem o coco babaçu.

No próximo capítulo serão abordados resultados da pesquisa referentes aos aspectos sociais e econômicos do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado das mulheres que vivem no MONAF.

7. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Embora as informações gerais sobre o município de Filadélfia-TO contribuam para o conhecimento do lugar em que se desenvolveu a pesquisa, tornou-se necessário adicionar informações sobre a Unidade de Conservação (UC), por priorizar características específicas do local e da população que nela reside. Para isso, foi necessário consultar o Plano de Manejo da UC (PLANO DE MANEJO DO MONAF, 2005). O Plano de Manejo está organizado em quatro encartes e disponível *on-line* no Sistema Estadual de Gestão de Unidades de Conservação do Tocantins (GESTO-TO).

Observações feitas no campo sobre a constituição física do local onde as entrevistadas residem, acrescidas de imagens digitais e leitura do Plano de Manejo, foram importantes para a construção do primeiro tópico que compõe os resultados. Assim foi feita uma breve caracterização do tipo de U.C. e da população aonde as mulheres participantes dessa pesquisa vivem.

Os tópicos seguintes apresentam e discutem teoricamente os resultados decorrentes dos mecanismos de coleta aplicados às mulheres residentes no MONAF, com o intuito de alcançar os objetivos apresentados no projeto, quais sejam: a busca pelos aspectos sociais e econômicos do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado realizado pelas mulheres que moram no MONAF. Considerando os aspectos como sinônimo de um conjunto de características, foram levantadas informações do trabalho em si mesmo e de quem mais o faz acontecer: as mulheres.

Para fins de elucidação o trabalho doméstico e de cuidados é constituído por atividades reprodutivas como: preparação de alimentos, limpeza total ou parcial da casa e de seus arredores; cuidado para com filhos menores, doentes, idosos ou incapacitados; lavagem de roupas e louças, etc. (CARRASCO; TELLO, 2013; PNAD, 2016; BARBOSA; COSTA 2017).

Os resultados referentes ao trabalho reprodutivo estão organizados em duas grandes partes: uma primeira que trata de informações socioeconômicas das mulheres que fazem o trabalho reprodutivo não remunerado no MONAF e a segunda que fala tanto sobre as características específicas do trabalho doméstico e de cuidados quanto a respeito das percepções que as mulheres que o fazem têm sobre ele.

7.1. Onde elas vivem: o Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (MONAF)

7.1.1. Histórico de criação e localização do MONAF

A definição do que legalmente é uma unidade de conservação e quais as suas categorias, estão estabelecidas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC); criado pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Conforme a referida Lei, uma unidade de conservação consiste no: “[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (ART. 2º, II, 2000).” em seu art. 3º diz: “O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, de acordo com o disposto nesta Lei”.

As unidades de conservação que fazem parte do SNUC estão divididas em dois grupos: as unidades de proteção integral e as unidades de uso sustentável; sendo que estes grupos são compostos por categorias de unidades de conservação, conforme a **figura 4**.

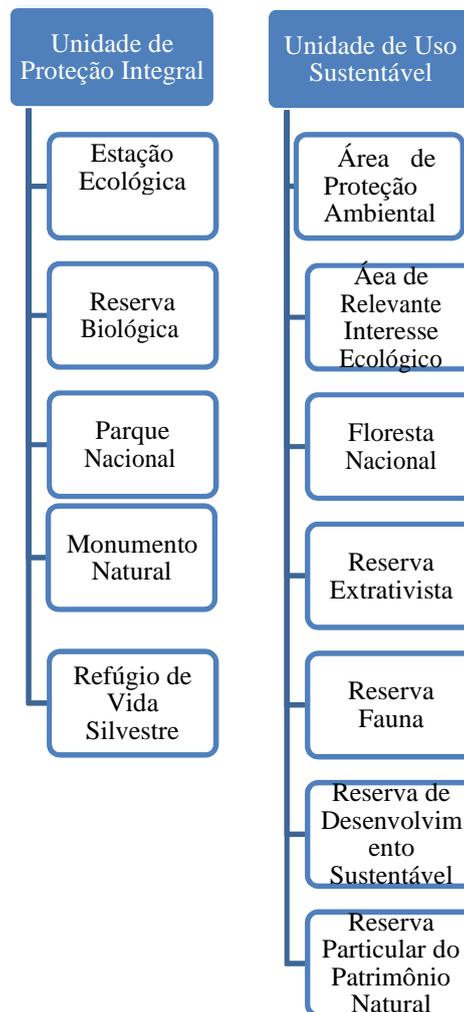
Dentre as categorias propostas, a de interesse para esta pesquisa é o Monumento Natural que conforme a Lei Federal nº 9.985/2000 em seu art. 12º: “tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica” e mais:

§ 1º O Monumento Natural pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

§ 2º Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Monumento Natural com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3º A visitação pública está sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento (LEI FEDERAL Nº 9.985, ART. 12, §1º, §2º, §3º, 2000).

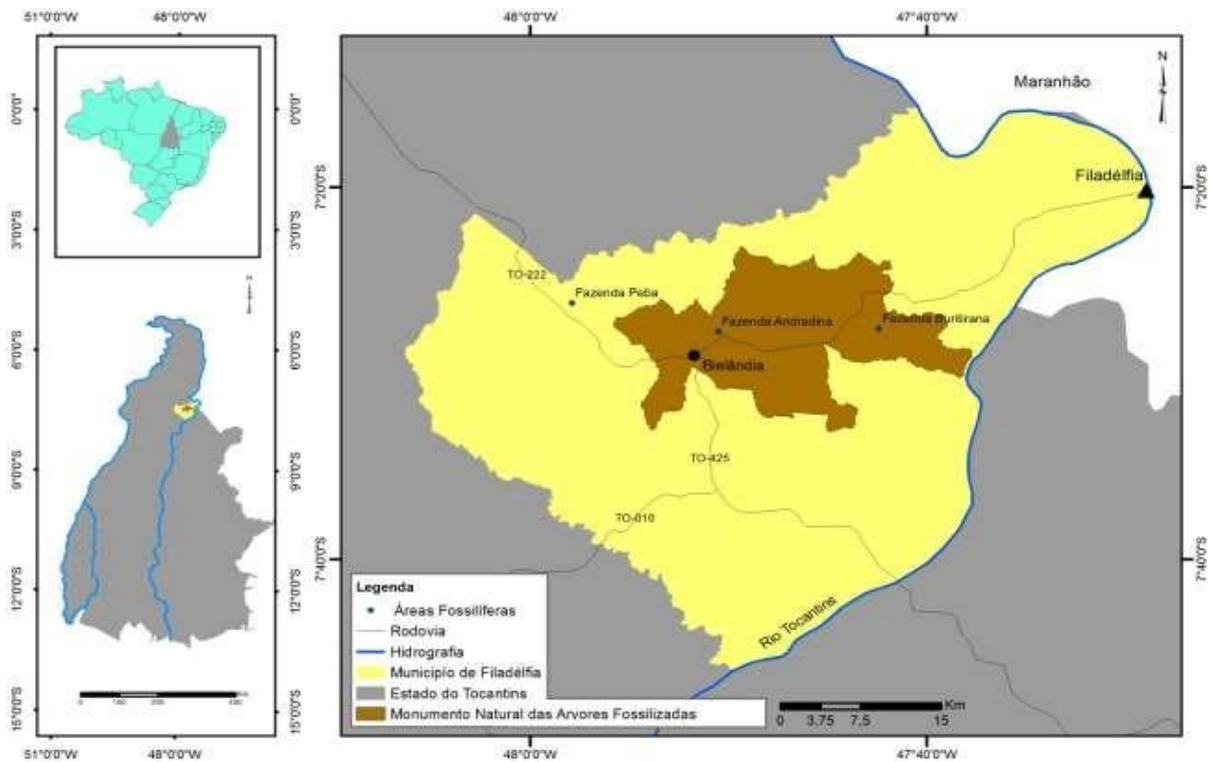
Figura 4 - Categorias de Unidades de Conservação conforme a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.



Fonte: Elaborada pela autora.

A área onde irá ocorrer o desenvolvimento da pesquisa é o Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Estado do Tocantins (MONAF), que está localizado no município de Filadélfia, Estado do Tocantins. A unidade foi criada pela Lei Estadual nº 1.179 em 4 de outubro de 2000, “[...] e tem como objetivo proteger e conservar as diversidades biológicas e paleontológicas existentes no local” (PLANO DE MANEJO DO MONAF, 2005). A sua localização geográfica e área de abrangência encontram-se representadas na **figura 5**.

Figura 5. - Mapa de localização da Unidade de Conservação Integral Monumento das Árvores Fossilizadas do Tocantins.



Fonte: cedido pela Naturatins.

De acordo o Plano de Manejo (SEPLAN, 2005) o MONAF foi criado pelo governo do Estado com “a finalidade de combater a exploração ilegal e proteger os fósseis [...] primeiro por meio da Medida Provisória n° 370 de 11 de setembro de 2000 e regulamentado pela da Lei n° 1.179 em 04 de outubro de 2000, que criou o Monumento Natural” com o objetivo de: “proteger e conservar as diversidades biológicas e paleontológicas existentes no local” e que:

O Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Estado do Tocantins tem este nome em função da existência de sítios paleontológicos e arqueológicos onde são encontrados os fósseis de árvores como pteridófitas, esfenófitas, coníferas e cicadáceas. Ele também é conhecido como Parque das Árvores Petrificadas, cujos fósseis são chamados de pedras de pau pela população local (PLANO DE MANEJO DO MONAF, 2005, encarte 1).

A criação do MONAF também está relacionada às suas características incomuns e seu valor científico, pois:

[...] abriga a mais completa floresta fossilizada do mundo. Esta floresta viveu no Período Permiano da Era Paleozóica, entre 250 e 295 milhões de anos. No final deste período, nosso planeta assistiu à maior extinção em massa da fauna e flora jamais ocorrida (JORGE PÁDUA, 2004 *apud* PLANO DE MANEJO, 2005, encarte 1).

A autora ressalta que:

A flora Permiana do Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins era muito distinta da atual, com predominância de pteridófitas (samambaias), coníferas e cicadáceas (cicas). Não existiam plantas com flores, que só apareceriam muitos milhões de anos depois. Há uma outra importante floresta petrificada no Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul, porém é mais recente, no período entre 203 a 250 milhões de anos. Assim, a de Tocantins é muito mais importante e especial por ser mais antiga e por conter uma flora variada, tendo, portanto, um imenso valor científico e cultural (JORGE PÁDUA, 2004 *apud* PLANO DE MANEJO, 2005, encarte 1).

Entre as atividades desenvolvidas dentro do MONAF, segundo o Plano de Manejo (2005): “destaca-se a Educação Ambiental que teve seu início a partir de trabalhos realizados nas escolas públicas municipais e estaduais do ensino fundamental e médio no município de Filadélfia” e desde a criação da sede do Monumento em junho de 2015, esta atividade passou a possibilitar o emprego de atividades lúdicas: “Além da palestra e visita ao campo, estudantes do ensino médio de Araguaína desfrutaram do novo espaço para a confecção de moldes de vegetais fósseis, tornando o processo ensino-aprendizagem mais prazeroso” (CARVALHO: TAVARES, 2015 *apud* TAVARES *et al*, 2016).

Conforme o Plano de Manejo (2005), o MONAF está dividido em áreas de zoneamento, a saber: zona histórico-cultural, zona de preservação de vida silvestre, zona de uso sustentável, zona de expansão urbana, zona de uso especial e zona de amortecimento. As mulheres entrevistadas residem nas zonas de expansão urbana e de uso sustentável.

7.1.2. Informações socioeconômicas da população da unidade de conservação

Até o presente momento, as informações socioeconômicas encontradas especificamente sobre a população do município de Filadélfia (TO) que reside na área do MONAF estão apenas no Plano de Manejo, dividido em quatro encartes e que foi confeccionado em 2005, ou seja, há 13 anos. Assim, existe uma necessidade de sua atualização no que diz respeito à situação em que estão na atualidade, tanto o monumento quanto sua população (TAVARES *et al.*, 2016).

Um dos encartes (3) faz menção ao levantamento socioeconômico da população que reside no MONAF: a identificação da área, das características das propriedades, características das condições dos moradores na propriedade, da infraestrutura, do lazer e

turismo, etc. Tal levantamento, realizado para a construção do Plano de Manejo, fez uso da aplicação de entrevistas²⁶ aos moradores da Unidade de Conservação.

As mulheres participantes da presente pesquisa residem em duas zonas, na zona de expansão urbana (ZEU) e na zona de uso sustentável (ZUS). Desta forma, para a descrição física da área onde moram as entrevistadas, a pesquisadora fez o uso das informações contidas no Plano de Manejo e acrescentou observações e fotografias atuais obtidas nos campos, e que estão apresentadas nos subtópicos subsequentes.

7.1.3. Zona de Expansão Urbana (ZEU)

Caracterizada pelo distrito de Bielândia, a zona de expansão urbana congrega:

[...] áreas totalmente descaracterizadas do ponto de vista de paisagem natural, abrigando ambientes urbanos e periferias. São locais que historicamente estão sendo utilizados pela comunidade em geral para moradia, trabalho e recreação, devendo oferecer facilidades e serviços para os habitantes, visitantes e usuários em geral (PLANO DE MANEJO DO MANAFTO, 2005, p. 22, encarte 4).

Historicamente, o distrito de Bielândia foi criado por um fazendeiro conhecido como Zé Biel de onde se empresta o nome do lugar. Pelas entrevistas²⁷ não foi detectado problemas com violência; e na infraestrutura do lugar havia um posto policial, comércios de secos e molhados, vários açougues e para se comunicar as pessoas faziam uso de dois orelhões, não havendo sinal de celular. As casas, em sua maioria, eram de alvenaria; a água fornecida pela empresa SANEATINS; não havendo sistema de esgoto o que fazia com que a maioria das pessoas entrevistadas despejasse a água usada nas residências em fossas negras, céu aberto ou as duas coisas. A coleta de lixo era feita por um caminhão da prefeitura e remanejado a um lixão dentro da área do MONAF. Para os cuidados da saúde os municípios mais procurados eram principalmente Araguaína e Filadélfia. Existia um posto de saúde que havia sido reativado há pouco tempo antes das entrevistas (PLANO DE MANEJO DO MONAF, 2005, s.p.).

Questionados sobre os principais problemas enfrentados no município e região foi respondido: “[...] carência de serviços médicos, dificuldade para conseguir emprego,

²⁶ A entrevista aplicada, para a confecção do Plano de Manejo (2005), aos moradores do MONAF teve por objetivo o levantamento de informações socioeconômicas, sobre a ocupação e uso do solo e sobre a relação dos residentes com “[...]o patrimônio cultural, histórico e científico das árvores fossilizadas”. Com perguntas abertas e fechadas, a entrevista foi realizada em 14 residências do distrito de Bielândia e em 45 fazendas na área do MONAF (PLANO DE MANEJO DO MONAF, 2005, p. 147, 148, encarte 3).

²⁷ Realizadas pelo/para o Plano de Manejo (2005).

deterioração das estradas vicinais em épocas de chuva e problemas com o fornecimento de energia elétrica” (PLANO DE MANEJO DO MONAF, 2005, p. 149) e mais:

Da água e da energia, reclamam da falta em determinadas épocas do ano. No caso da água, a falta ocorre principalmente na época de seca. As estradas, sobretudo aquelas que levam as fazendas são consideradas muito ruins e os moradores têm reivindicado manutenções mais periódica, ou seja, acaschamento. Consideram ainda como problemas os baixos salários, a falta de infra-estrutura, educação de melhor qualidade, o transporte ruim (PLANO DE MANEJO DO MONAF, 2005, p. 149, encarte 3).

Na figura 6 é possível ver a principal avenida (Av. Goiatins) da zona de expansão urbana que concentra os comércios de secos e molhados, e açougues, residências e a Escola Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que estão identificados no Plano de Manejo. Abaixo seguem alguns registros fotográficos atuais da ZEU (Fig. 6):

Figura 6. Avenida principal da Zona de Expansão Urbana no MONAF.



Fonte: registrado pela autora em 13/07/18.

As figuras 7 e 8 exibem uma parte da infraestrutura no que se refere às ruas sem asfalto que predominam no lugar, além das casas de tijolos e de telhas de barro. A avenida principal é asfaltada, mas as ruas paralelas e perpendiculares não são pavimentadas.

Figura 7. Rua sem asfalto na zona de expansão urbana e residências.



Fonte: registrado pela autora em 13/07/18.

Figura 8. Rua e casas na Zona de Expansão Urbana.



Fonte: registrado pela autora em 13/07/18.

Existia uma escola no povoado que atendia do ensino fundamental ao médio. As pessoas que residiam no povoado e tinham emprego, segundo as entrevistas, trabalhavam ou na prefeitura ou no comércio; os demais estavam envolvidos direta ou indiretamente com o campo. No aspecto cultural e de lazer, foi percebido que participavam de festas populares como: as festas juninas, festejos e cavalgadas. Havendo um tradicional forró em Bielândia que é famoso e conhecido e na região como Forró da Barraria (PLANO DE MANEJO DO MONAF, 2005). Foi requerido se havia a existência de produção artesanal ou outro tipo de atividade rentável feita de forma autônoma e foi observado que:

A grande maioria afirmou que não produziam nada de artefatos artesanais ou mesmo alimentos, entre outros. Alguns afirmaram produzirem em suas casas os derivados do leite (queijo, coalhada), e ainda um pequeno número declarou fabricarem doces e outros bordados bem como o tricô e crochê para uso e consumo próprio (PLANO DE MANEJO DO MONAF, 2005, p.150, encarte 3).

Existia a participação em associações como a dos pequenos produtores de leite, das pastorais da Igreja Católica e em grupos de igrejas. Ressaltando que uma parte considerável

da população de Bielândia tinha uma forte conexão com as propriedades rurais seja por ter propriedade ou por trabalhar nelas e que moradores da cidade de Filadélfia também tinham propriedades ou trabalhavam nas fazendas dentro da área do MONAF (PLANO DE MANEJO DO MONAF, 2005).

No MONAF existem duas escolas que atendem os residentes, a Escola Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e a Escola Estadual Professor José Francisco dos Montes e um posto de saúde, que atende de segunda-feira à sexta-feira, com as seguintes especialidades: pediatria, fisioterapia, nutricionista e odontologia. O posto não tem atendimento 24 horas e Filadélfia não possui hospital.

O Posto de saúde está próximo da sede do Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins. A sede foi inaugurada em junho de 2015. Abaixo seguem registros fotográficos atuais da escola municipal e da igreja católica (Figs. 9-10).

Figura 9. Escola municipal na Zona de Expansão Urbana.



Fonte: registrado pela autora em 14/07/18.

Figura 10. Igreja Católica na Zona de Expansão Urbana.



Fonte: registrado pela autora em 14/07/18.

7.1.4. Zona de uso sustentável (ZUS)

Sobre as propriedades rurais, nos aspectos que dizem respeito às condições das moradias, foi identificado que das 45 pessoas entrevistadas, 33 delas tinham casa de alvenaria, 7 de adobe, 2 de madeira e o restante de outros materiais. A água utilizada pra consumo e uso (beber, lavar, cozinhar) em 29 propriedades era procedente de uma nascente ou córrego, em 15 propriedades havia cisterna ou poço e em outra havia água originada de outro tipo não especificado no levantamento (PLANO DE MANEJO DO MONAF, 2005). Abaixo segue o registro de uma das fazendas visitadas na ida ao campo (Fig. 11).

Figura 11. Uma das fazendas visitadas no trabalho de campo.



Fonte: registrado pela autora em 12/07/18.

Em Bielândia e região, pelo clima ser caracterizado como seco ou chuvoso, é comum a população atribuir ao tempo das chuvas (que ocorre no verão) como inverno e o tempo seco (que ocorre no inverno) como verão. Assim, na pesquisa feita para o Plano de Manejo, foi relatado pelos entrevistados que no verão (tempo seco) há falta de água potável, pois os córregos secam e até a água retirada do solo fica salobra o que faz com que muitos vão buscar água em Bielândia. Não existe telefonia fixa nas fazendas e dos 45 entrevistados, apenas nove utilizavam telefone celulares que para funcionar careciam de uma antena de seis metros (PLANO DE MANEJO DO MONAF, 2005).

Inexistia coleta de esgoto e o lixo que era gerado nas propriedades era queimado em 39 das propriedades. Com relação ao transporte, era comum quem morava na fazenda se locomover a pé, a cavalo ou a bicicleta até a rodovia e então pegar algum meio de transporte. Sobre a saúde, 19 agentes de saúde visitavam as fazendas uma vez por mês para pesar crianças, recomendando acerca dos cuidados com a saúde, medicando e checando casos de desnutrição; era raro o atendimento médico domiciliar e em casos mais graves, as pessoas se dirigiam para Filadélfia, Araguaína e outros municípios, pois ainda era recente o saber da reativação do posto médico em Bielândia (PLANO DE MANEJO DO MONAF, 2005).

Sobre a alimentação, pelas entrevistas, a população afirmava consumir mais alimentos industrializados, mesmo havendo plantação de arroz e feijão. Sendo comum que os produtos industrializados fossem comprados em Araguaína ou Filadélfia uma vez por mês ou em Bielândia em caso de necessidade maior (PLANO DE MANEJO DO MONAF, 2005).

Informações sobre a educação também foram registradas:

Grande parte dos estudantes das residências entrevistadas cursam da 1ª a 4ª series do ensino fundamental, um total de 17 residências. Uma quantidade de nove estudantes estão cursando de 5ª a 8ª e 07 estão na pré-escola. Existem ainda, em pequena quantidade de adultos que estão fazendo o curso superior em Filadélfia, três no total. Dos entrevistados, a maioria tinham cursado apenas algumas das séries do primeiro grau (21), oito cursaram da 5ª a 8ª e seis tinham o ensino médio (PLANO DE MANEJO DO MONAF, 2005, p. 152, encarte 3).

Acerca de trabalho e atividades, tinha-se que a maioria das pessoas fazia atividades relacionadas ao campo; que a renda era semelhante a das pessoas de Bielândia, de 1 a 3 salários mínimos (2005); quase em todas as propriedades existia criação de gado o que confirmava a pecuária como a atividade predominante no município de Filadélfia, grande parte do leite produzido na área do Monumento abastecia Araguaína, município vizinho. Além do gado, havia a criação de galináceos e porcos, não necessariamente para vender e a agricultura destinada ao cultivo de: frutas, mandioca, milho, arroz, hortaliças e feijão (PLANO DE MANEJO DO MONAF, 2005). Abaixo se encontram os registros fotográficos de algumas das plantações e criações encontradas nas fazendas visitadas durante esta pesquisa (Figs. 12-14).

Figura 12. Pé de laranja em fazenda visitada.



Fonte: registrado pela autora em 12/07/18.

Figura 13. Criação de animais para consumo próprio ou venda. Porcos, galinhas, patos e galinha d'angola.



Fonte: registrado pela autora em 12/07/18.

Figura 14. Canteiro de cebola, coentro e pimenta.

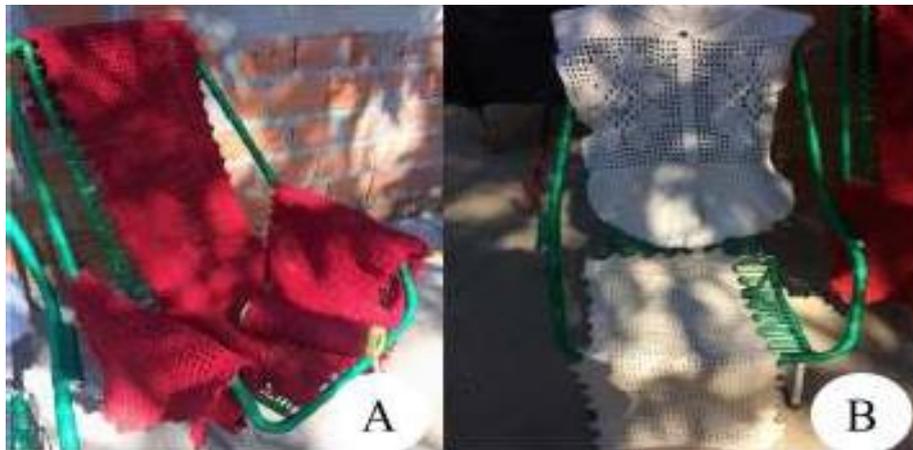


Fonte: registrado pela autora em 11/07/18.

As donas de casa também produziam artesanato tradicional, mas não em quantidade suficiente para comercializar, sendo os crochês, bordados, tricôs, renda, móveis e cestos feitos de palha chamados de jacá que servem pra carregar mandioca (PLANO DE MANEJO DO MONAF, 2005) (Fig. 15).

Na cidade de Goiatins, limítrofe com o município de Filadélfia ao sul, foi identificado em trabalho de conclusão de curso em 2016, atividades semelhantes a estas das donas de casa das propriedades rurais da área do MONAF, que eram feitas pelas mulheres de forma não remunerada apenas com o fim de uso ou consumo de objetos ou produtos, como: produção de artesanato, coleta de frutos, plantação e criação de animais (BRITO, 2016).

Figura 15. A-B. Artesanato de crochê produzido por mulher residente no MONAF.



Fonte: registrado pela autora em 15/07/18.

Na intenção de ilustrar uma parte da produção das donas de casa na atualidade, foram registradas por meio de fotografia digital algumas das atividades citadas no Plano de Manejo (2005) feitas nas zonas de expansão urbana e uso sustentável. Tais produções também foram identificadas em Goiatins-TO no trabalho de Brito (2016) (Figs. 16-17).

Figura 16. Horta de mulher residente na Zona de Expansão Urbana.



Fonte: registrado pela autora em 15/07/18.

Figura 17. Canteiro de cebolinha e pimenta.



Fonte: registrado pela autora em 14/07/18.

Os entrevistados foram questionados sobre o uso dos recursos naturais, sendo que nenhum dos proprietários admitiu fazer uso deles, embora utilizassem água proveniente dos rios, córregos, madeira para melhoramento nas casas e para lenha, uma vez que a maioria usava fogão à lenha. Também na pesquisa foi observada que, mesmo sem confessar a prática de caçar animais silvestres, isto parecia ser prática comum (PLANO DE MANEJO DO MONAF, 2005).

Segundo a Lei Federal nº 9.985/2000, Art. 12, na categoria Monumento Natural, pode haver propriedades privadas dentro da área do monumento desde que sejam compatíveis os objetivos da unidade com o uso dos recursos naturais por parte dos proprietários, no caso de incompatibilidade, segundo a lei, a área deverá ser desapropriada. No caso do MONAF em

específico, a unidade: “[...] tem como objetivo proteger e conservar as diversidades biológicas e paleontológicas existentes no local” (PLANO DE MANEJO DO MONAF, 2005).

Conforme as informações apresentadas sobre as zonas de expansão urbana e de uso sustentável, admite-se que as mulheres entrevistadas e residentes no MONAF podem usufruir de alguns serviços básicos como: educação e saúde. Permanecem ainda as dificuldades para acessar as fazendas. É na ZEU onde são encontrados, predominantemente, alimentos industrializados e medicamentos. Porém, em alguns lares são produzidas uma complementação alimentar por meio do plantio de hortas ou cultivo no roçado e a criação de animais. O artesanato é uma atividade que persiste no UC. Nas duas zonas são encontradas mulheres que se dedicam ao trabalho remunerado e não remunerado. Nos tópicos subsequentes são apresentados detalhes do trabalho reprodutivo que elas executam.

7.2. Informações socioeconômicas das mulheres do MONAF que executam o trabalho doméstico e ou de cuidados não remunerado.

7.2.1. Perfil social e econômico.

7.2.2. Idade e Estado Civil das Mulheres do MONAF.

Por meio da entrevista semiestruturada, 35 mulheres foram interrogadas. Tais mulheres são residentes na zona de expansão urbana e na zona de uso sustentável (fazendas). Essas mulheres possuem uma idade média de 39 anos, sendo que a mais nova delas tem 18 anos (idade mínima para participar da pesquisa) e a mais velha possui 65 anos de idade. O nome das mulheres mencionados ao longo dos resultados é fictício e suas idades correspondentes constam no APÊNDICE 3.

O quantitativo de mulheres e sua correspondência ao estado civil estão disponíveis na **Tabela 2.**

Tabela 2. Estado civil das mulheres residentes no MONAF.

ESTADO CIVIL	QUANTIDADE	(%)
<i>Casada</i>	12	34%
Solteira	10	29%
Morando Junto	7	20%
União Estável	2	6%
Viúva	2	6%
Divorciada	1	3%
Casada no Padre	1	3%
TOTAL	35	100%

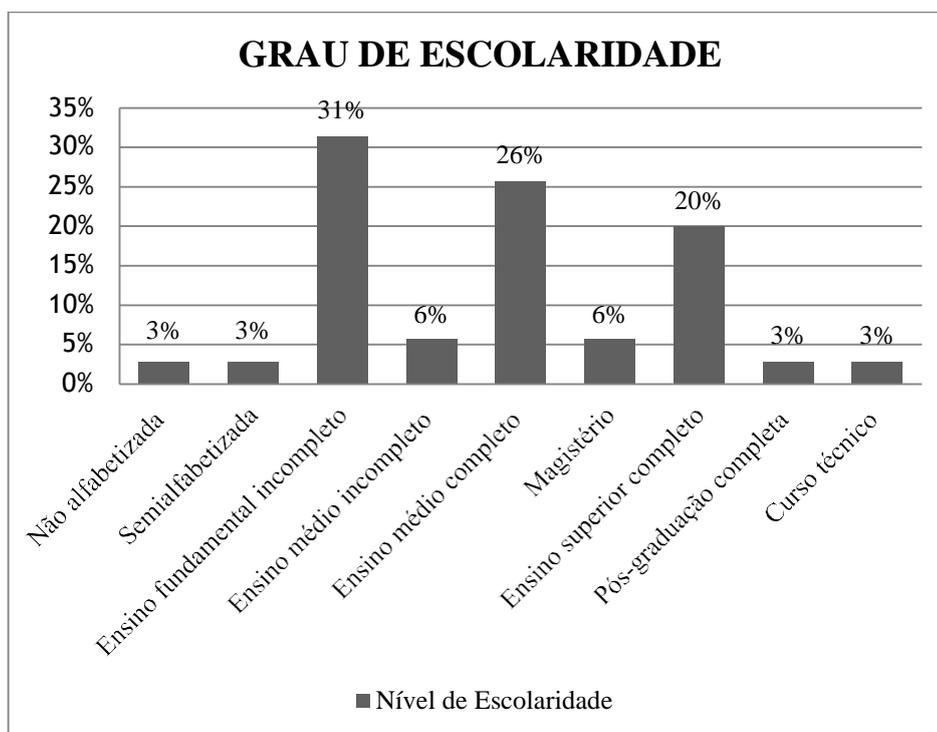
Fonte: elaborada pela autora baseada nos dados da pesquisa.

Cabe salientar que as informações sobre o estado civil, idade, escolaridade etc., não foram obtidas por meio de documentos oficiais, mas obedecendo as respostas orais fornecidas pelas participantes da pesquisa.

7.2.3. Educação e Trabalho.

Foi identificado que o grau de escolaridade das 35 mulheres entrevistadas varia do nível de não alfabetizada ao nível de pós-graduada, conforme apresentado no **gráfico 1**.

Gráfico 1. Grau de escolaridade das mulheres do MONAF.



Fonte: elaborado pela autora baseado nos dados da pesquisa.

Conforme disponível no **gráfico 1**, predomina o **ensino fundamental incompleto** para as mulheres, mas chama a atenção o número de mulheres com ensino superior completo. Provavelmente, as mulheres com ensino superior foram favorecidas pela disponibilidade de instituições de ensino superior público ou privado localizado na cidade de Araguaína ou cursos à distância. Além da identificação do grau de escolaridade, foi solicitado àquelas que possuíam ensino superior completo, curso técnico e pós-graduação quais os nomes dos cursos que tinham sido realizados por elas. (**Tabela 3**).

Tabela 3. Relação dos cursos realizados pelas mulheres do MONAF. Qt. = quantidade.

CURSOS REALIZADOS PELAS MULHERES					
GRADUAÇÃO	Qt.	PÓS-GRADUAÇÃO	Qt.	TÉCNICO	Qt.
Pedagogia	3				
Biologia	1			Magistério	2
		Educação infantil	1		
Química	1				
Gestão ambiental	1			Enfermagem	1
Letras	1				
TOTAL	7	TOTAL	1	TOTAL	3

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

Além de identificar as graduações, os cursos técnicos e as pós-graduações, foi questionado às entrevistadas se elas exerciam a profissão em que tinham se formado. Cinco mulheres responderam afirmativamente e seis mulheres responderam não exercer a profissão em que tinham se formado. A estas, foi solicitado o motivo de não execução da profissão. O resultado está apresentado na **tabela 4**.

Tabela 4. Motivos das mulheres para não exercerem a profissão em que se formaram.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	FALAS REPRESENTATIVAS	Nº DE MULHERES
	Depressão	“Por causa de uma depressão que eu dei onde tava trabalhando [...] Trauma e depressão, aí eu não consegui ficar”.	2
RAZÕES PARA NÃO EXERCER A PROFISSÃO EM QUE SE FORMOU.	Não conseguir o trabalho	“Porque não consegui mesmo a vaga”!	3

Não gosta da profissão “Porque eu não gosto mesmo”. 1

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

Conforme exposto na **tabela 4**, o motivo predominante apontado pelas mulheres que não exercem a profissão em que se formaram é não ter conseguido um trabalho na área. Na **tabela 5** são apresentadas as ocupações das mulheres do MONAF, tanto aquelas relacionadas ao trabalho remunerado quanto ao trabalho não remunerado:

Tabela 5. Ocupação das mulheres residentes no MONAF.

OCUPAÇÃO	QUANTIDADE	(%)
<i>Dona de Casa</i>	18	51%
Professora	4	11%
Atendente	2	6%
Salgadeira	2	6%
A.S.G. ²⁸	1	3%
Diarista	1	3%
Doméstica	1	3%
Comerciante	1	3%
Pedagoga	1	3%
Proprietária de bar	1	3%
Artesã	1	3%
Produtora de Horta	1	3%
Merendeira	1	3%
TOTAL	35	100%

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

A definição das ocupações obedece às respostas fornecidas pelas mulheres quando questionadas em que trabalhavam ou qual era a sua ocupação. Conforme disponível na **tabela**

²⁸ Auxiliar de Serviços Gerais.

5., pouco mais da metade das mulheres entrevistadas se identifica como **donas de casa (51%)**. Esta informação corrobora com os levantamentos de órgãos como o IPEA (2017), que afirma que cerca de 90% das mulheres afirmam dedicar-se principalmente às atividades domésticas. Além disso, por meio da PNAD (2015) é também possível constatar que apenas 48,0%, das mulheres de 15 anos ou mais se encontram ocupadas economicamente, ou seja, menos da metade das mulheres possuem um trabalho remunerado. Na UC de Filadélfia-TO, por meio dos resultados obtidos é possível inferir que a ocupação predominante das mulheres é aquela que não lhes garante renda monetária.

Além das informações referentes a esses órgãos de pesquisa, a teoria feminista, também vem discutindo que ainda predomina a divisão sexual do trabalho que destina as mulheres mais para as funções reprodutivas. E como consequência de o sexo feminino ainda ser o maior encarregado pelo trabalho doméstico e de cuidados não remunerado é ele que ainda está mais distante das funções produtivas, até mesmo pela dificuldade de conciliar tempo para as duas funções. Havendo ainda uma pressão social de que no caso de ser preciso escolher entre a vida produtiva ou reprodutiva, a mulher opte pela família e a casa (HIRATA *et al.*, 2009; ENRIQUEZ, 2012; SOUSA: GUEDES, 2016).

A segunda maior ocupação das mulheres é a de **professora (11%)** o que corresponde a um trabalho remunerado. Embora as 12 ocupações sejam remuneradas, excetuando-se a ocupação de comerciante e dona de bar, todas as outras são reconhecidas como profissões femininas. O que se pode notar é que há uma tendência de haver maior concentração de mulheres em profissões que requerem o mesmo tipo de habilidade que elas têm com o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, o que acaba por reforçar o papel da mulher, mesmo fora de casa, como aquela que é naturalmente mais propensa a todos os tipos de cuidados; nas palavras de GUÉRIN (2005, p. 40) as mulheres: “[...] ocupam maciçamente profissões que reproduzem, no universo profissional, as tarefas do serviço que assumem na família: cuidam de crianças, são auxiliares de enfermagem, enfermeiras, empregadas domésticas, faxineiras [...]”. Revelando mais uma vez a permanência de uma divisão sexual que destina homens e mulheres a papéis diferentes tanto na esfera reprodutiva quanto na esfera produtiva.

7.2.4. A vida das mulheres na U.C.

Para além das informações referentes à idade, escolaridade, profissão, trabalho e renda, as mulheres residentes no MONAF e participantes da pesquisa foram questionadas

sobre quais opiniões tinham a respeito da vida (em termos de qualidade e bem-estar) e sobre o lugar em que viviam, estivessem morando na zona de expansão urbana ou zona de uso sustentável. A maior parte das mulheres afirmou considerar ter uma boa vida ou bem estar morando na U.C.; compondo assim um total de **27** mulheres que elencaram mais os **Aspectos positivos** e, de sete mulheres que falaram mais sobre os **Aspectos negativos** de viver no MONAF. Uma mulher não quis responder. Segue a **Tabela 6**:

Tabela 6. Viver no MONAF.

O OLHAR DAS MULHERES SOBRE SUAS VIDAS NA ÁREA DO MONUMENTO				
CATEGORIA	SUBCATEGORIA	Q.T.	SUBCATEGORIA	Q.T.
	1		2	
A VIDA DAS MULHERES NA U.C.	<i>ASPECTOS POSITIVOS</i>	27	<i>ASPECTOS NEGATIVOS</i>	7
	<i>TRANQUILIDADE</i>	17	<i>AUSÊNCIA DE</i>	4
	<i>PROXIMIDADE</i>		<i>SERVIÇOS BÁSICOS</i>	
	<i>ESSENCIALIDADE</i>	10	<i>FALTA DE RENDA</i>	3
TOTAL DE MULHERES				34

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

A **Tranquilidade e a Proximidade** compuseram os temas da maior parte das respostas das mulheres. Dezesete delas, disseram considerar ter uma boa vida ou bem-estar onde vivem; sendo muitas vezes a **tranquilidade** relacionada com o pouco barulho, rotina pouco estressante e com um nível satisfatório de segurança. Quando questionada, Renata (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018) respondeu nesse sentido que: “Aqui é bom. Aqui não precisa correria..., vive tipo uma fazenda. Em Araguaína todo mundo é trancado, aqui é liberto. Acho bom”.

Já a **proximidade** guardou relação com o trabalho, os amigos e a família estarem espacialmente perto e também pela convivência próxima com todas as demais pessoas. Ao justificar o porquê de achar que tem uma boa vida, Jandira (entrevista semiestruturada, 2018), resumiu bem os significados de **tranquilidade e proximidade**: “Não é muito perigoso, pode andar até mais tarde... o trabalho é perto de casa. E todo mundo conhece todo mundo”.

A **Essencialidade**, apontada por 10 mulheres reuniu as demais respostas das mulheres, trazendo um grupo de respostas que apontavam para os aspectos positivos de se ter aquilo que é considerado (no caso pelas mulheres) necessário para uma vida com bem-estar. Nas

palavras de Taís (entrevista semiestruturada, 2018): “Olha, pois é aqui que tem minha casa, é aqui que eu cuido dos meus filhos, tem meu trabalho... tem tudo o que eu preciso para viver”.

Para as 7 mulheres que não consideraram ter uma boa vida ou bem-estar, a **Ausência de serviços básicos (4)** e a **Falta de renda (3)** foram os principais aspectos negativos levantados em suas respostas. No primeiro caso, a falta de serviços públicos e privados de saúde, educação e de acesso a tecnologias de comunicação (como de sinal de celular) pesaram negativamente: “Acho que teria que ter muita coisa pra ser 100%. Não tem sinal de celular, não tem médico 24 horas, não tem policial, não tem segurança” (JOANA, 43 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018). Dalvina (30 anos, entrevista semiestruturada, 2018), também justifica sua resposta negativa sobre o lugar em que vive: “É um lugar assim quieto, parado... tem nada pra fazer, nem um curso nem nada... tem que ir pra outro lugar pra fazer”. Além daquilo que afeta o presente, como a falta de lazer e de cursos acadêmicos e profissionais, Juciléia (22 anos, entrevista semiestruturada, 2018), pensa também sobre o futuro: “Assim, pra mim até que é bom, mas pro meu filho daqui uns dias, não vai ser... os cursos é fraco... Eu é porque peguei esse ritmo”.

No segundo grupo de respostas relacionado à **Renda**, houve desde explicações sobre sua insuficiência quanto sobre sua ausência. Embora considerada pelo IBGE (2010) como zona rural, a zona de expansão urbana reúne elementos urbanos e por isso, uma das respostas das mulheres foi no sentido contrário das que possuíam fazenda, e assim tinham onde plantar e criar animais. As mulheres que residem em fazendas (na ZUS) tem a opção de fazer plantio de roça e/ou horta e criar animais para consumo próprio. Esta situação é menos comum na zona de expansão urbana. Deste modo uma das entrevistadas relatou que: “Porque eu tô sem trabalho aí fica ruim... morar em cidade, tudo tem que comprar, não tem onde plantar...” (FERNANDA, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018).

Na perspectiva desse trabalho de não somente buscar demonstrar a importância do trabalho reprodutivo como também tentar ouvir quem tradicionalmente se ocupa desse tipo de função costumeiramente invisibilizados; procurar saber o que as mulheres pensam sobre as vidas que levam, contribui no cumprimento dos objetivos. Assim, nos filiando às noções presentes na teoria feminista e na obra de Sen (2010), procuramos saber sobre o bem-estar das mulheres do MONAF; sendo esse bem estar aqui relacionado tanto à ideia de que as pessoas têm necessidades para além do que se pode comprar ou vender no mercado quanto com a noção de que além da necessidade de renda, as pessoas também precisam ter “liberdade” (SEN, 2010; CARRASCO, 2012).

A partir dos dados apresentados, com base nas falas das mulheres entrevistadas, é possível dizer que a maior parte das mulheres considera ter certo “bem-estar” e “qualidade de vida” morando no MONAF (na zona de expansão urbana ou na zona de uso sustentável). Tendo em conta que o bem-estar para uma pessoa ou para uma comunidade não necessariamente é o mesmo que para outra, o bem-estar das mulheres do MONAF relaciona-se, sobretudo, com as características próprias do lugar e com aquilo que elas enquanto comunidade e enquanto indivíduos consideram como “valiosos²⁹” para as suas vidas (SEN 2010).

O bem estar para as mulheres do MONAF está representado na tranquilidade existente na UC que está relacionada com o silêncio, com uma vida diária mais calma e com pouca violência; o que permite que tenham uma rotina que apreciam como poder sair certas horas da noite na rua, mexer em eletrônicos, como o celular, na porta de casa, etc.; a proximidade espacial que as permitem estarem perto da família, dos amigos e do trabalho, sem precisar escolher entre um e outro; e, além disso, ter as coisas que consideram essenciais, como ter uma casa, uma terra, conhecer as pessoas da comunidade, ter trabalho ou simplesmente gostar de viver em um lugar aonde ainda predomina as características rurais.

Embora os aspectos positivos tenham predominado na fala da maioria das mulheres, houve quem considerasse não ter bem-estar. Para essas mulheres do MONAF, a falta de bem-estar, guarda relação com a falta de serviços básicos que impactam negativamente na saúde, educação e segurança, havendo muitas vezes a necessidade de se recorrer às cidades vizinhas ou à sede do município; e as dificuldades de obtenção de renda. Esses aspectos negativos, informados pelas mulheres, estão inclusos nos elementos apontados por Sen (2010) como aqueles que diminuem as “liberdades substantivas e instrumentais” das pessoas e também fazem parte dos elementos que impactam de forma negativa na autonomia econômica das mulheres, como, por exemplo, o caso da dificuldade de obtenção de renda que impossibilita as mulheres de sustentarem a si e seus dependentes (BUTTO *et al*, 2014).

Sobre as dificuldades de se obter renda, faz-se uma ressalva, por estar se falando de mulheres caracterizadas como rurais, e isso porque, para estudiosos do tema como Faria (2009) há que se problematizar a questão do acesso a terra. Pois quando há acesso a terra e existe a possibilidade de se produzir alimentos para o autoconsumo e no caso de excedentes, vender; a precisão de uma renda na forma de dinheiro é diminuída. Esta situação é clara nos dizeres de Fernanda (entrevista semiestruturada, 2018), quando ela relata que ao morar na

²⁹ Ver o conceito de “Funcionamentos” de Sen (2010, p. 104, 105).

cidade há necessidade de comprar tudo, e que isso seria diferente se ela tivesse um local para plantar.

Assim, além das visões gerais que as mulheres têm sobre a vida que levam no MONAF e que para a maioria delas é considerada como uma boa vida; discutiremos nos próximos subtópicos, especificamente sobre o trabalho reprodutivo doméstico e de cuidados que executam, levantando tanto as suas características específicas enquanto trabalho como a percepção que as mulheres que o fazem têm sobre ele.

7.3. Aspectos do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado realizado pelas mulheres do MONAF.

7.3.1. O tempo gasto pela dona de casa na execução do trabalho doméstico e de cuidados no MONAF: “Moça, quanto tempo gasta?! A vida toda. É um tempo integral”.

7.3.1.1. O tempo do trabalho doméstico.

Todas as 35 mulheres entrevistadas realizavam o trabalho doméstico o que consequentemente significa que em maior ou menor grau dedicavam tempo a esta atividade gratuita. Quando questionadas sobre o tempo diário que dedicavam às atividades domésticas em suas casas, as mulheres tiveram dificuldades em mensurá-lo. Tal dificuldade pode estar atrelada à falta de costume de refletir o tempo em horas que elas gastam com este trabalho e/ou à prática de fazer as tarefas domésticas, às vezes, de forma simultânea ou com intervalos de tempo entre uma atividade e outra. Na **tabela 7** está exposto o quadro de horas informado pelas mulheres entrevistadas.

Tabela 7. Horas dedicadas ao trabalho doméstico pelas mulheres residentes no MONAF.

QUADRO DE HORAS ESTIMADAS PELAS MULHERES COM O TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO		
HORAS (h) /dia	QUANTIDADE DE MULHERES	(%)
(-) 1 hora	3	9%
1 a 3h	11	31%
4 a 6h	14	40%
7 a 9h	6	17%
10h ou mais	1	3%
TOTAL	35	100%

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

Conforme a **tabela 7**, a maior parte das mulheres do MONAF dedica de 4 a 6 horas por dia ao trabalho doméstico; o segundo montante mais expressivo é o das mulheres que dedicam de 1 a 3 horas por dia e o terceiro é o de mulheres que se dedicam de 7 a 9 horas por dia ao trabalho doméstico. Para autores como Fontoura e Gonzales (2009) a execução do trabalho doméstico requer a dedicação de uma considerável parcela de tempo, o que é possível de mensurar nas respostas que mais predominam entre as entrevistadas.

Além de se evidenciar que as mulheres do MONAF, em sua maioria, têm dedicado um tempo considerável ao trabalho doméstico gratuito, é possível também chamar atenção para o fato de que a maior dedicação das mulheres ao trabalho doméstico é um dos fatores apontados como causa das desigualdades econômicas entre homens e mulheres, pois quanto menor é a possibilidade de abrir mão desse tipo de responsabilidade, maior é a dificuldade que enfrentam para entrar e/ou permanecer no mercado de trabalho que ainda tem seu modo de organização voltado para quem menos se ocupa com o trabalho doméstico. De modo que por essa dificuldade a mais que as mulheres têm no mercado de trabalho, para elas a obtenção de uma renda ou de bons salários é também mais difícil do que para os homens (SEN, 2010; MORENO, 2013; IPEA, 2017).

Com relação às mulheres do MONAF, embora não seja possível afirmar esse tipo de relação entre o maior tempo de dedicação ao trabalho doméstico e menores possibilidades de realizar um trabalho remunerado em boas condições de trabalho; existe motivo para refletir sobre o fato de mais da metade das participantes se dizerem apenas donas de casa (18 mulheres) e mesmo as que ocupam um trabalho remunerado estarem concentradas em trabalhos que exigem esforço e habilidades semelhantes às exigidas pelo trabalho doméstico.

Não obstante, o tempo em horas informado pelas mulheres com maior ou menor dificuldade, na **tabela 8.**, 11 mulheres acrescentaram a esta estimativa algumas expressões de medição do tempo que podem contribuir tanto para entender como o tempo é mensurado por elas quanto para entender as características de execução das atividades domésticas (**Tabela 8**).

Tabela 8. Mecanismos de análise de estimativa de tempo usado pelas mulheres no trabalho doméstico. *FREQ.*= frequência.

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	FREQ.
		5
	<i>É UM TRABALHO FEITO O DIA TODO</i>	

O TEMPO DAS MULHERES NA EXECUÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO	O PERÍODO DE MAIOR INTENSIDADE É PELA MANHÃ	3
	O TEMPO DE EXECUÇÃO DÁ-SE COM INTERRUPÇÕES	2
	AS TAREFAS PRECISAM SER REFEITAS	1
TOTAL DE MULHERES		11

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

Assim, por meio da **tabela 8** é possível tomar conhecimento de que para as mulheres do MONAF, o tempo vai além das horas. Das 11 mulheres que acrescentaram expressões de tempo para além das horas, cinco delas relacionam o trabalho doméstico a um trabalho feito o dia todo ou como diz a entrevistada Lígia³⁰: “É o dia todo, porque mulher trabalha o dia todinho” (LÍGIA, 59 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018). Sendo apenas uma das respostas, a fala dessa entrevistada revela a dinâmica de uma atividade doméstica gratuita que é executada ao longo do dia ou sempre que haja necessidade de: comida feita, casa limpa, roupa lavada, etc., além disso, para Lígia essa modalidade de trabalho guarda relação com o sexo feminino.

As outras respostas são recorrentes e caracterizam o tempo de realização do trabalho doméstico em diferentes magnitudes: o período de maior intensidade é pela manhã, sendo esta a resposta de três mulheres, ou como diz a entrevistada Fernanda: “De manhã pra meio-dia que é quando mais a gente mexe com essas coisas assim...” (FERNANDA, 23 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018). Não por acaso, é do período da manhã até o meio-dia que existe uma demanda por café-da-manhã seguida da principal refeição do dia que é o almoço, que entre outras coisas, depende de louças e panelas limpas para ser preparado e consumido.

A terceira categoria de respostas das mulheres remete ao tempo de execução, e que ele ocorre com interrupções, conforme resposta fornecida por duas mulheres, pois embora algumas digam que o trabalho seja feito ao longo do dia, isto não se dá de forma ininterrupta: “Tem vez que a gente ta fazendo uma coisa e tem que largar pra cuidar do filho, né?”

³⁰ Os nomes utilizados neste trabalho são fictícios e utilizados para ocultar a real identidade das mulheres participantes na pesquisa.

(JUCILÉIA, 22 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018). Assim, tanto no que diz respeito ao tempo quanto às características de execução do trabalho doméstico é possível identificar peculiaridades como essa que é a de ser um trabalho que não se faz sem interrupções, seja pela necessidade de dedicar cuidados à família, seja para descansar ou para dedicar-se a outra atividade.

7.3.1.2. O tempo do trabalho de cuidados.

Nem todas as mulheres entrevistadas realizam de forma simultânea o trabalho doméstico e o de cuidados não remunerado. Das 35 mulheres, apenas 15 realizavam também o trabalho de cuidados de alguma pessoa. Em relação ao tempo que dedicavam aos cuidados, apenas quatro mulheres conseguiram estimar o tempo em horas, e informaram ser de 4 horas de dedicação a 12 horas/dia. Duas mulheres não conseguiram estimar o tempo. As outras nove mulheres classificaram seu tempo de execução de cuidados para além das horas, como é possível verificar na **tabela 9**.

Tabela. 9. O tempo de cuidados executados pelas mulheres residentes no MONAF para além das horas. FREQ.= frequência.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	FREQ.
O TEMPO DAS MULHERES NA EXECUÇÃO DO TRABALHO DE CUIDADOS	INTEGRAL	9
	TOTAL DE MULHERES	9

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa

A subcategoria tempo de cuidados integral teve unanimidade entre todas as mulheres que mensuram seu tempo de forma subjetiva. Essa característica do tempo dedicado aos cuidados pode ser bem explicitada na fala de Marilene (29 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018) de 29 anos: “Ah meu Deus, é o tempo todo. A hora que descansa um pouco é só quando tão dormindo, na hora que acorda...”.

Carrasco (2012, p. 107) em sua proposta econômico-feminista de construção de indicadores socioeconômicos não androcêntricos argumenta sobre o tempo que: “Não levar em conta os vários sentidos do tempo e destacar somente sua dimensão quantificável seria,

quase por definição, uma manifestação a mais da desigualdade entre mulheres e homens”. Isto porque segundo a autora supracitada, o tempo do trabalho reprodutivo se dá de forma diferente do trabalho remunerado/mercantil. O trabalho mercantil pode ser facilmente medido em horas porque se relaciona aos ganhos em dinheiro ou “tempo-dinheiro” o que corresponde a uma “lógica organizativa produtivista e masculina” e isso difere do modo como se dá o tempo do trabalho reprodutivo que com seus aspectos subjetivos guarda relação com a vida das mulheres que se liga por sua vez ao “ciclo da vida e ao correspondente cuidado das pessoas” (CARRASCO, 2012, p. 107). Daí a necessidade de também mostrar o entendimento além das horas que as mulheres fazem de seu tempo de trabalho doméstico e de cuidados não remunerado.

Reunindo as informações disponíveis referentes ao tempo que as mulheres dedicam ao trabalho doméstico e ao trabalho de cuidados não remunerado, o que se tem, seja por meio da estimativa de hora seja na forma do entendimento que têm do tempo que não se mede em horas, é que as mulheres do MONAF participantes desse trabalho afirmam gastar muito tempo à lida diária. Refletindo o que já se tem discutido na teoria feminista e por meio de dados de instituições como o IPEA e PNAD, o que se percebe na realidade das mulheres do MONAF é um fato que há muito vem sendo discutido: as mulheres no geral têm um grande dispêndio de tempo no trabalho reprodutivo.

Mais do que a simples constatação desse tempo gasto é preciso discutir sobre os tipos de impacto que ele tem na vida pessoal, social e econômica das mulheres, pois se por um lado a dedicação ao trabalho doméstico se dá de forma gratuita, as consequências que se tem dessa dedicação (quando em larga escala) não o são. Uma das consequências negativas desse muito tempo que é gasto é na “quantidade e qualidade” das funções das mulheres no mundo público, seja para a realização de um trabalho remunerado, seja para a execução de outras atividades como: as educativas, as de lazer, as de formação profissional, etc. (FONTOURA; GONZALES, 2009; MORENO, 2013).

7.3.1.3. A “ajuda” que as mulheres do MONAF recebem na execução do trabalho doméstico e de cuidados.

Foi perguntado às mulheres participantes da pesquisa, que se dedicam ao trabalho reprodutivo no MONAF sobre a existência de outras pessoas que também se dedicavam a este trabalho (de forma remunerada ou não), o tipo de ligação (familiar ou não) tinha consigo e,

além disso, se achavam que estas pessoas trabalhavam mais, igual ou menos do que as entrevistadas. Havendo aqui o objetivo de verificar quais as formas de divisão sexual do trabalho que existem no cotidiano das mulheres do MONAF.

Nas tabelas abaixo é possível identificar os graus de parentesco, profissionalismo ou afinidade das pessoas que também realizam atividades domésticas ou de cuidados, bem como a quantidade de mulheres que contam com elas. Foi feito também o levantamento do volume de trabalho que esses indivíduos costumam dispensar no ambiente familiar.

7.3.1.3.1. Outras pessoas que se dedicam ao trabalho doméstico:

Das 35 mulheres que participaram da pesquisa, 19 delas afirmaram fazer as atividades de forma compartilhada com outras pessoas e que segundo as mulheres, costumam trabalhar mais, igual ou menos do que elas. Enquanto que 16 das 35 mulheres, afirmaram executar as atividades domésticas sozinhas. Assim a **tabela 10** vem demonstrar os graus de relação das pessoas que também participam das atividades domésticas na casa das 19 mulheres que nos disseram contar com o apoio de outras pessoas para executá-las:

Tabela 10. O compartilhamento das responsabilidades domésticas com outras pessoas.

QUEM ³¹ “AJUDA” AS MULHERES NO TRABALHO DOMÉSTICO	
GRAU/LIGAÇÃO	Q.T. ³²
<i>Filha</i>	8
Marido	4
Mãe	3
Filhos	1
Filho	1
Neta	1
Pessoa de fora da família	2
Empregada	2

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa

³¹ Algumas mulheres recebem auxílio de mais de um tipo de pessoa, exemplo: marido e filho.

³² A (Q.T.) quantidade não representa o total de indivíduos que também executam atividades domésticas, representa o total de mulheres entrevistadas que afirmaram receber auxílio de outros familiares/amigos no ambiente doméstico.

Conforme a **tabela 10**, o tipo de pessoa que mais compartilha as responsabilidades domésticas com as mulheres do MONAF que participaram desse estudo é a **Filha**. Oito mulheres responderam que era a filha. A segunda pessoa que mais foi mencionada como quem também contribui nas funções domésticas é o **Marido**, sendo o terceiro lugar ocupado pela **Mãe** da dona de casa.

Além das pessoas que compartilham gratuitamente as responsabilidades com as donas de casas do MONAF (de forma mais, igual ou menos intensamente), existem, aquelas que recebem dinheiro para assumir as atividades domésticas, pois duas das mulheres entrevistadas informaram dividir esse tipo de tarefa com uma **empregada**.

Perguntamos para as mulheres que informaram obter ajuda o quanto achavam que essas pessoas trabalhavam. As respostas a esta pergunta constam na **tabela 11**:

Tabela 11. A quantidade de “ajuda” das outras pessoas.

VOLUME DE TRABALHO DOMÉSTICO DAS PESSOAS ³³ QUE “AJUDAM” AS MULHERES			
TRABALHAM MAIS	TRABALHAM IGUAL	TRABALHAM MENOS	NÃO RESPONDEU
4	1	13	1

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa

Conforme os dados da **tabela 11.**, as pessoas que também assumem responsabilidades domésticas na casa das mulheres do MONAF **Trabalham Menos** do que as entrevistadas, sendo esta a resposta de **(13)** das 19 mulheres que disseram receber ajuda de outros. Havendo ainda quatro mulheres que afirmaram serem as outras pessoas que **Trabalham Mais**.

7.3.1.3.2. Outras pessoas que se dedicam ao trabalho de cuidados:

No caso do trabalho de cuidados, das 15 mulheres que o fazem, 10 mulheres contaram compartilhar a responsabilidade por sua execução com outras pessoas, que de acordo com elas, trabalham mais, igual ou menos do que elas. No entanto, cinco mulheres afirmaram se responsabilizar sozinhas pelo trabalho de cuidados. A **tabela 12.**, demonstra os principais graus ou ligações das pessoas que ajudam as mulheres do MONAF a fazerem atividades de cuidados para com outros:

³³ A quantidade não se refere ao total de pessoas que também trabalham e sim ao total de mulheres que contam com auxílio de outras (os).

Tabela 12. O compartilhamento das responsabilidades de cuidados com outras pessoas.

QUEM ³⁴ “AJUDA” AS MULHERES NO TRABALHO DE CUIDADOS	
GRAU/LIGAÇÃO	Q.T.
<i>Filha</i>	5
Marido	2
Neta	2
Mãe	2
Filhos	1
Prima	1
Babá	1
Sogra	1

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa

Por meio da **tabela 12.**, é possível identificar que de forma coincidente ao trabalho doméstico, a pessoa que mais foi mencionada como quem também realiza atividades de cuidados (além das donas de casa entrevistadas) é a **Filha**, que foi lembrada por cinco das 10 mulheres que afirmaram dividir suas responsabilidades de cuidados com outras pessoas. Além dos que dividem gratuitamente a responsabilidade com o trabalho de cuidados, foi percebido a existência de uma mulher que recorre ao trabalho pago de uma **Babá** que a auxilia na execução de suas atividades.

Depois de questionar o quanto as pessoas acima auxiliavam na execução das atividades de cuidados, foi possível construir a **tabela 13.**, que detalha a quantidade de trabalho que, segundo as entrevistadas, as pessoas que costumam desempenhar:

³⁴ Algumas pessoas recebem auxílio de mais de um tipo de pessoa, exemplo: marido e filho.

Tabela 13. A quantidade de “ajuda” das outras pessoas com o trabalho de cuidados.

VOLUME ³⁵ DE TRABALHO DE CUIDADOS DAS PESSOAS QUE “AJUDAM” AS MULHERES.			
TRABALHAM MAIS	TRABALHAM IGUAL	TRABALHAM MENOS	NÃO SABE
0	3	6	1

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa

De modo que tendo por base a **Tabela 13.**, há a possibilidade de inferir que a maior parte dos ajudantes **Trabalham Menos** do que as mulheres do MONAF que participaram dessa pesquisa, sendo isto afirmado por seis das 10 mulheres que nos disseram fazer as atividades de cuidados de forma compartilhada. Embora três dessas mulheres afirmem que seus familiares ou amigos **Trabalham Igual**, nenhuma mulher chegou a dizer que alguém trabalhava **Mais** do que elas mesmas.

Situações semelhantes foram encontradas no caso das mulheres (35) que realizam o trabalho doméstico e na situação das mulheres que se dedicam aos cuidados (15). Primeiro: embora o número de mulheres que afirmaram contar com algum auxílio na realização do trabalho reprodutivo tenha se sobreposto, o número das donas de casa sozinhas que realizam este trabalho foi considerável. Segundo: em ambas as situações, foram as **filhas** que mais foram apontadas como a pessoa que ajuda em casa. E em terceiro lugar: no que condiz ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, a maior parte das mulheres disse que trabalhava mais do que as outras pessoas que também ajudavam em casa.

A partir de tais constatações é possível afirmar que para as mulheres do MONAF, o tipo de divisão sexual do trabalho que ainda predomina é a forma mais tradicional, ou seja, que o trabalho reprodutivo fica de forma majoritária a cargo das mulheres da família por ser considerado uma atividade tipicamente feminina. E embora haja contornos de novas formas de divisão sexual do trabalho, como por exemplo, a “corresponsabilidade” que é caracterizada pelo compartilhamento das responsabilidades domésticas com a família e que foi mencionada pelas mulheres, ainda é tênue o seu surgimento. E isso porque embora outros membros tenham sido citados na partilha das funções reprodutivas, como os filhos, o marido, netos e outros, há a ressalva de que o compartilhamento dessas tarefas tem se dado travestido de

³⁵ A quantidade não se refere ao total de pessoas que também trabalham e sim ao total de mulheres que contam com auxílio de outros.

ajuda, pois ainda é a dona da casa a arcar com a responsabilidade maior, não havendo uma divisão igualitária³⁶ (HIRATA *et al.*, 2009; MORENO, 2013; SOUSA:GUEDES, 2016).

Não obstante ter sido pouco expressivo a quantidade de mulheres a recorrerem a “delegação” das responsabilidades domésticas e de cuidados: duas mulheres disseram contar com empregadas domésticas e uma com uma babá; é necessário comentar esse tipo de prática já abordada na teoria feminista (HIRATA: KERGOAT, 2007; MORENO 2013). Tal necessidade de discussão advém de que se por um lado a maior responsabilidade das mulheres com o trabalho reprodutivo é uma indutora das desigualdades econômicas entre homens e mulheres, por outro lado, nesse tipo de divisão sexual do trabalho em que se paga alguém para assumir tais responsabilidades, há a possibilidade de haver desigualdades econômicas entre as próprias mulheres.

Assim, as desigualdades econômicas geradas entre as mulheres nessa forma paga de compartilhamento das atividades domésticas e de cuidados acontecem porque quem assume esse tipo de profissão geralmente é uma mulher. E de forma semelhante ao que acontece com o trabalho reprodutivo gratuito, no caso do emprego doméstico (pago) também existe uma desvalorização típica dos chamados, empregos femininos; refletindo em: salários baixos, altas taxas de informalidade, concentração de mulheres negras, etc. (GUÉRIN, 2005; PNAD, 2013; IPEA, 2017).

Conforme observado na lida das mulheres do MONAF, existe uma exaustiva dedicação gratuita ao trabalho doméstico e que por meio da contratação de uma profissional esse tempo gasto poderia ser diminuído, possibilitando às mulheres dedicar-se a outras atividades, há que se questionar também sobre as condições em que o emprego doméstico tem se estabelecido no Brasil. Emprego aonde as mulheres, principalmente as negras predominam, e que pelo baixo retorno da profissão e a ausência de serviços públicos como creches, muitas vezes têm como única opção delegar as suas próprias responsabilidades domésticas com outras mulheres da família que as assume de forma não remunerada ou precariamente pagas (HIRATA: KERGOAT, 2007). Formando assim um grande ciclo de desigualdades fomentado por uma injusta divisão sexual do trabalho.

7.3.2. Por que as mulheres fazem o trabalho doméstico e de cuidados: “Porque assim, é uma obrigação de uma mulher fazer isso... levantar cedo, fazer o café pro marido... às vezes o marido sai cedo, fazer o almoço...”.

³⁶ Excetuando o caso de 1 mulher que realiza o trabalho doméstico e afirmou dividir as responsabilidades em sua casa de forma igual e 3 mulheres dedicadas ao trabalho de cuidados que afirmaram o mesmo.

Por meio da literatura teórica feminista é possível inferir alguns dos motivos gerais para a maior responsabilidade das mulheres com o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. Na maioria das vezes, a maior responsabilidade guarda relação com a divisão sexual do trabalho e as consequentes atribuições de funções baseadas no sexo biológico de homens e mulheres, sendo que destas espera-se que sejam mais dedicadas ao lar e à família. E no cotidiano das mulheres do MONAF? Os motivos têm relação com o que diz a teoria feminista?

7.3.2.1. Motivos para realizar o trabalho doméstico:

Na tentativa de responder o questionamento acima foi perguntado às 35 mulheres entrevistadas sobre os motivos que as levavam a realizarem o trabalho doméstico (**Tabela 14**).

Tabela 14. Os motivos das mulheres para a realização do trabalho doméstico. *FREQ.*= frequência.

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	FREQ.
EM NOME DO QUÊ AS MULHERES FAZEM O TRABALHO DOMÉSTICO	<i>POR OBRIGAÇÃO</i>	19
	NÃO TER OUTRA PESSOA PARA FAZER	6
	NÃO PODER PAGAR PRA FAZER	4
	AJUDAR OUTRA PESSOA	4
	GOSTAR DE FAZER	2
	TOTAL DE MULHERES	35

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

O motivo mais apontado pelas mulheres conforme apresentado na **Tabela 14** é o de ser **por obrigação**. Essa obrigação de fazer o trabalho doméstico é muitas vezes naturalizada pelas próprias mulheres como sendo algo próprio da mulher. Esse tipo de concepção pode ser identificada na fala de Taís (36 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018), ao ser indagada sobre suas razões para executar as tarefas domésticas: “Acho que porque tenho que cuidar da minha casa, dos filhos... sou uma dona de casa e acho que essa é a função de uma dona de casa”; e também na resposta de Dalvina (30 anos, entrevista semiestruturada, 2018):

“Porque tem que fazer, dona de casa tem que fazer”. Para outras mulheres o caráter obrigatório de tal trabalho é mais pela impossibilidade de deixar de fazer ou como diz Alexandra, (43 anos, entrevista semiestruturada, 2018): “Só porque é o jeito, porque se não fosse...”.

Essa impossibilidade de deixar de fazer o trabalho doméstico é a segunda subcategoria mais apontada entre os motivos: **não ter outra pessoa para fazer**. Nesse conjunto de respostas, muitas vezes os motivos ocorrem pela ausência de outra pessoa com quem seja possível dividir as responsabilidades. Portanto, a responsabilidade nesses casos não chega a ser uma escolha; Larissa (59 anos, entrevista semiestruturada, 2018), casada, diz que faz: “Porque eu não tenho outra pessoa, né? Aí é o jeito... não é nem porque eu gosto... eu gosto de trabalhar fora”. Semelhante a estas respostas é a queixa por **não poder pagar pra fazer**, o que revela um dos modos em que a mulher não tem outra escolha a não ser fazer ou como justifica Alice: “Assim porque, em primeiro lugar, porque é eu que tem que fazer mesmo, porque eu não tenho empregada pra fazer” (ALICE, 55 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018). **Ajudar outra pessoa** também aparece entre as razões da dedicação das mulheres ao espaço doméstico ou como diz Jandira (22 anos, entrevista semiestruturada, 2018) é: “Pra ajudar a mãe, a mãe também trabalha”. **Gostar de fazer** aparece nas respostas como a subcategoria que menos agregou mulheres.

7.3.2.2. Motivos para realizar o trabalho de cuidados.

Assim como para o trabalho doméstico, para as 15 das 35 mulheres que realizavam o trabalho de cuidados também foram perguntadas as suas razões de fazê-lo. Os conjuntos de respostas são apresentados na **tabela 15**.

Tabela 15. Os motivos das mulheres para a realização do trabalho de cuidados. FREQ.= frequência.

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	FREQ.
EM NOME DO QUÊ AS MULHERES FAZEM O TRABALHO DE CUIDADOS	<i>POR OBRIGAÇÃO</i>	8
	GOSTAR DO OUTRO	6
	GOSTAR DE FAZER	1

TOTAL DE MULHERES

15

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

Em relação aos motivos de execução dos cuidados, a subcategoria que se sobressai também é a **por obrigação**, quando questionada sobre suas razões, Alexandra, (43 anos, entrevista semiestruturada, 2018) argumenta que: “É por que... como diz: ‘quem pariu Mateus, que balance’. Tem ela aqui (a babá), mas quem tem que cuidar sou eu mesmo. É porque é a mãe mesmo”. Assim como Alexandra, outras entrevistadas responderam que por serem as mães ou as avós, o dever de cuidar é delas e não de outra pessoa.

Gostar do outro é o segundo motivo mais apontado entre as mulheres. Esse cuidar por afeto é apontado pelas falas de Taís de 36 anos e quando perguntada de seus motivos: “Não sei, por carinho, amor... cuidados especiais. Eles são menores, a gente tem que cuidar, orientar” e de Juciléia de 22 anos: “Porque eu amo ele” (filho) (Risos). (TAÍS; JUCILÉIA, 2018, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA). **Gostar de fazer** esteve como para o trabalho doméstico no menor grupo de respostas dadas.

Os motivos das mulheres do MONAF para a realização do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado não estão distantes das razões encontradas na teoria feminista para a maior dedicação e maior naturalização das mulheres nesse trabalho reprodutivo. O conceito de divisão sexual do trabalho aponta que primeiro existe uma separação de funções ou diferentes atribuições de papéis baseadas em características distintas e naturalizadas para o sexo masculino e feminino. Assim, cuidar da casa e dos filhos tem sido um dever da mulher, mesmo quando ela também realiza um trabalho remunerado. Esse dever da mulher foi social e historicamente construído por acreditar-se que as mulheres são naturalmente mais afeitas à vida privada e os homens à vida pública. No entanto, para as pesquisadoras da teoria feminista, esse tipo de distinção é apenas uma construção histórica social (HIRATA *et al.*, 2009; BUTTO *et al.*, 2014), OU seja: “[...] a realização do trabalho doméstico e de cuidados coloca-se como parte de sua identidade primária, uma vez que a maternidade é considerada seu lugar principal” (SABBATO *et al.*, 2009, p. 18). No entanto, para as pesquisadoras da teoria feminista, esse tipo de distinção é apenas uma construção histórica social.

Não obstante as discussões, as diferentes atribuições de papéis para homens e mulheres ainda perduram, bem como a naturalização dos mesmos. De modo que mesmo as mulheres do MONAF, quando questionadas sobre seus motivos para se dedicarem às atividades domésticas e de cuidados, respondem ser uma obrigação delas enquanto donas de

casa; reafirmando que este é o seu papel e assim também o principal motivo para a sua dedicação.

Outras mulheres, no entanto, chegam a argumentar que o fazem pela falta de ter outra pessoa pra fazer, seja de forma gratuita ou paga. E como já discutido no tópico sobre o compartilhamento das atividades domésticas e de cuidados, o que predomina é a figura da dona de casa como a principal responsável enquanto que as demais pessoas da família apenas ajudam, ou seja, trabalham menos. Já algumas mulheres vão dizer que se dedicam à vida doméstica porque precisam ajudar outra pessoa ou porque gostam de outra pessoa que precisa de cuidados. Mesmo quando dizem que gostam de fazer, outros motivos, às vezes, acabam aparecendo e parecendo mais decisivos. Eis o que explica Katarina: “Primeiro porque eu gosto, segundo, sou casada, tenho que fazer isso, pro meu esposo, pras pessoas que moram comigo” (KATARINA, 54 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018). Embora diga que gosta de fazer, Katarina argumenta que, por ser casada, precisa fazer e fazer para os outros.

Os argumentos explícitos pelas mulheres conduzem a uma série de características gerais do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado que são apontados pela teoria feminista: “[...] esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 597). Além dos aspectos citados, há também que se dizer que o caráter obrigatório percebido pelas mulheres do MONAF se dá tanto em relação à naturalização do trabalho doméstico e de cuidados como um serviço de mulher fazer quanto no que diz respeito às impossibilidades de delegar essa responsabilidade; seja pela insuficiência de renda para pagar uma (o) profissional seja porque o auxílio da família vem na forma de uma ajuda para uma responsabilidade que deveria ser de todos. Assim o que se nota é que essa série de características apontadas pelas teóricas feministas é encontrada em boa parte da fala das mulheres do MONAF que fazem o trabalho doméstico e/ou de cuidados.

7.3.3. O valor do trabalho doméstico e de cuidados; “Acho que sim. Porque se eu não fizer como é que vai ficar, né”? [...] “Hum! Ninguém valoriza não... e tem uns homens que porque lava um prato acha que ta ajudando, né? Não acha que é a obrigação. Porque ninguém valoriza. Homem não valoriza...”.

Com a finalidade de compreender como as mulheres percebem o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado que realizam, foi realizado um questionamento sobre as impressões que elas tinham a respeito da valorização ou não valorização, reconhecimento ou não reconhecimento, que suas famílias, elas mesmas e a sociedade em geral costumam ter para com as atividades que elas realizam.

Tal finalidade foi pretendida para averiguar os pontos comuns e incomuns entre a observação das mulheres sobre o trabalho que realizam e os pressupostos da teoria feminista e mesmo de autores como Sen (2010) de que o trabalho reprodutivo realizado nos lares costuma ser: (in) visibilizado, tido como fácil de fazer ou como se não tivesse custos, tratado como um “não-trabalho” ou um trabalho de menor valor ou importância quando, por exemplo, comparado como o trabalho produtivo; seja pela família ou pela sociedade em geral.

7.3.3.1. O trabalho doméstico para a família:

A **tabela 16**. Vem demonstrar as categorias de agrupamento de temas das respostas das 18 mulheres que acham que o trabalho doméstico que executam é valorizado ou reconhecido pela família e das 14 mulheres que acham que não é valorizado ou reconhecido. As duas categorias antagônicas agrupam as respostas de 32 das 35 mulheres participantes, havendo três mulheres que não souberam/quiseram responder.

Tabela 16. O valor do trabalho doméstico das mulheres para a família.

O TRABALHO DOMÉSTICO PARA A FAMÍLIA				
CATEGORIA	SUBCATEGORIA	FREQ.	SUBCATEGORIA 2	FREQ.
	1			
	<i>Valorizado</i>	<i>18</i>	<i>Não valorizado</i>	<i>14</i>
	<i>PRODUZ BENS E SERVIÇOS</i>	<i>10</i>	<i>O ESFORÇO PELO</i>	<i>12</i>
	<i>QUE OUTROS PRECISAM</i>		<i>TRABALHO NÃO É</i>	
			<i>RECONHECIDO</i>	

VALOR	REQUER ESFORÇO	3	NÃO É UM TRABALHO PAGO	1
	PORQUE SIM	3	PORQUE NÃO	1
	É UM TRABALHO FEITO PARA SI	2		
	TOTAL DE MULHERES			32

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa

A subcategoria de respostas que se destaca, conforme a **tabela 16.**, é a das mulheres que acham que o seu trabalho **é valorizado** pela família. Nesta subcategoria, o agrupamento de respostas que se destaca é o de que os membros da família valorizam porque o trabalho doméstico **produz bens e serviços** que eles precisam, sendo esta a representação das respostas de **(10)** mulheres. Perguntada sobre porque achava que sua família valorizava o trabalho doméstico que fazia, Joana (43 anos, entrevista semiestruturada, 2018) respondeu: “[...] pelo menos meus filhos, acho que eles valorizam, porque tem comida, roupa limpa [...]”; e nas palavras de outra entrevistada, existe essa valorização: “Porque eles se sentem assim, mais à vontade... até porque assim... meu marido não sabe nem fritar um ovo, então ele valoriza” (GABRIELA, 46 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018).

Na subcategoria oposta das mulheres que acreditam que o seu trabalho **não é valorizado**, o agrupamento temático de respostas que se destacam é o de que os membros da família não valorizam o trabalho doméstico porque **o esforço pelo trabalho não é reconhecido**, o que representa a resposta de **(12)** das 14 mulheres que acreditam não existir reconhecimento do seu trabalho por parte da família. Para Dalvina (30 anos, entrevista semiestruturada, 2018) o trabalho doméstico não tem reconhecimento por que: “Porque eu faço e ainda escuto briga aqui, cobrança... a gente faz e não acaba”. Para essas mulheres a não valorização do trabalho que fazem vem até mesmo daqueles que são mais próximos: “Porque a gente tira pelo marido mesmo, às vezes a gente trabalha, trabalha e diz que ta cansada, aí o marido: ‘cansada de quê? Fez o quê?’” (VERÔNICA, 49 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018).

7.3.3.2. O trabalho de cuidados para a família:

No caso do trabalho de cuidados dedicado às crianças, idosos ou pessoas com limitações que as impedem de cuidar de si mesmas, as mulheres de forma integral acham que o trabalho que realizam é valorizado (13), conforme exposto na **tabela 17.**, existindo apenas duas das 15 mulheres que fazem esse trabalho que não souberam responder.

Tabela 17. O valor do trabalho de cuidados das mulheres para a família.

O TRABALHO DE CUIDADOS PARA A FAMÍLIA		
CATEGORIA	SUBCATEGORIA 1	FREQ.
VALOR	<i>SUPRE NECESSIDADES</i>	6
	PORQUE SIM	5
	VALORIZAÇÃO PRÓPRIA	2
	TOTAL	13

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa

Segundo a **tabela 17.**, os agrupamentos temáticos de respostas que se destacam, com quantidade igual de representação de fala das mulheres, é o de que a valorização familiar existe porque o trabalho de cuidados **supre necessidades**, o que agrega a resposta de seis mulheres e o de que é valorizado **porque sim (5)** sendo que essa nomenclatura reúne a resposta das mulheres que embora achem que é valorizado, não quiseram ou não puderam justificar o porquê de suas respostas. Para uma das mulheres que acham que esse valor se dá em função do suprimento de necessidades alheias é possível mensurar essa valorização por que: “Às vezes a gente vê um sorriso no rosto de cada um, um agradecimento” (TAÍS, 36 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018).

Para a maior parte das mulheres do MONAF, as suas famílias dão algum valor ao trabalho doméstico e de cuidados que fazem, principalmente por que: produz bens e serviços que outros precisam ou supre necessidades e requer esforço. Nas concepções de parte dessas mulheres, essa importância dada pela família vem em função de estarem recebendo algo que precisam ou que nem sequer sabem fazer, sendo muitas vezes esse valor vislumbrado em gestos como sorrisos.

Embora não se tenha aqui a intenção de descartar esse tipo de valor percebido pelas mulheres do MONAF, autores como Sen (2010) argumentam que no geral o que de fato é valorizado e tido como importante para a “prosperidade” da família é um trabalho que gera renda e não o trabalho reprodutivo que as mulheres tanto dedicam tempo para fazer; e tanto o

é assim que o autor vai apontar que o que melhora de fato a posição social das mulheres na família, o que dá a elas um poder maior nas decisões, é a obtenção de uma renda, um trabalho fora de casa. Assim o que se reflete a partir da concepção das mulheres do MONAF e de Sen (2010) é que embora elas afirmem que suas famílias valorizem o trabalho reprodutivo que executam esse valor não é igual ao que seria dado a um trabalho remunerado.

Um dos motivos apontados pelo próprio Sen (2010) para o menor valor que é atribuído ao trabalho feito de forma gratuita dentro de casa é justamente o fato de não ser um trabalho que gera renda. Na ótica da teoria feminista essa desvalorização daquilo que não pertence à economia monetária é algo que atinge não só as famílias, mas a sociedade e mesmo a economia mais tradicional (BRUSCHINI, 2006; CARRASCO, 2008; MORENO, 2013). Sendo essa também uma das razões para que o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado sequer seja considerado um trabalho, o que contribui ainda mais para a desvalorização tanto do trabalho em si quanto daqueles que a ele se dedicam. Apesar de ser um componente vital para o sustento da sociedade e do próprio mercado.

Além das mulheres que disseram acreditar haver valorização do trabalho que faziam, compôs quase metade o quantitativo de mulheres que faziam trabalho doméstico que disseram não acreditar haver essa valorização. As principais justificativas que deram sobre esse posicionamento foi que: o esforço pelo trabalho não é reconhecido e não é um trabalho pago. Para essas mulheres a desvalorização se manifesta quando: mesmo fazendo as atividades elas são alvos de briga e de cobrança; quando não se reconhece que é um trabalho que exige esforço e que por isso as cansa; não há agradecimento por sua execução; não se recebe uma renda por isso. Nas palavras de uma delas: “Rapaz... homem é bicho que quase não dá valor em serviço de mulher, acha que é serviço maneiro... (ÉRICA, 25 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018).

Tais concepções abordam dois dos principais motivos para o pouco valor que se dá às atividades domésticas e de cuidados: o primeiro, já abordado, não é um trabalho remunerado; o segundo, de forma alguma menos importante, é feito predominantemente pelas mulheres. Mencionado pelas mulheres do MONAF, a desvalorização de um trabalho por ser feito por uma mulher ou por ser considerado um trabalho feminino é assunto abordado amplamente na teoria feminista.

A partir da tradicional divisão sexual do trabalho tem existido uma separação entre o que é trabalho de homem e o que é trabalho de mulher, além disso, é comum considerar como mais valorosas as atividades tidas como masculinas; no campo, além da separação de funções

entre os sexos, existe a separação dos lugares: homens no roçado, mulheres em casa ou ao seu redor. Feita essa separação, o que se tem é que o trabalho feito pelos homens é pesado e requer muita força física, enquanto que o trabalho das mulheres feito na casa e nos seus arredores é tido como um trabalho leve, maneiro, como as próprias mulheres do MONAF afirmam (HIRATA et al., 2009; BUTTO et al., 2014).

A tendência de se considerar o trabalho doméstico e de cuidados feito pelas mulheres, seja no campo ou na cidade, como um não-trabalho, leve, maneiro de fazer; explica o posicionamento das mulheres do MONAF ao dizerem que não acham que o seu trabalho é valorizado, que o esforço e a dedicação que têm a ele não é levado em consideração. Caracterizadas como rurais, as mulheres do MONAF participantes dessa pesquisa, fazem parte de um grupo de mulheres brasileiras que ao longo do tempo vêm lutando pelo reconhecimento de suas contribuições produtivas e reprodutivas (GOUVEIA, 2003; PAULILO, 2013;; BUTTO et al., 2014).

No tocante ao trabalho doméstico e de cuidados que no campo predomina como uma responsabilidade das mulheres, a desvalorização, chega ao ponto de interferir na mensuração do trabalho produtivo que elas fazem no roçado e nos arredores de casa: plantando e criando animais, para autoconsumo ou venda. E isso porque, existe uma tendência de que até elas mesmas considerem tudo o que fazem como uma “extensão” do trabalho doméstico, assim, censos e estatísticas, na concepção de que este é um não-trabalho, acabam por deixar de fora das análises também as contribuições produtivas das mulheres, o tempo e o esforço dedicados, do mesmo modo que fazem com as contribuições reprodutivas. De modo que todo esse ocultamento das atividades produtivas e reprodutivas das mulheres acaba perpetuando a invisibilidade dessas mulheres como trabalhadoras rurais (COMISSÃO ESTADUAL DAS TRABALHADORAS RURAIS, 1994; PAULILO, 2013; ONU MULHERES, 2016).

De modo que as concepções das mulheres do MONAF a respeito da desvalorização do seu trabalho por não ser remunerado e por ser considerado um trabalho de mulher, guarda relação com a teoria feminista. Essa desvalorização que pode começar pela família, alcança outros níveis, como se verá a seguir; e contribui para o ocultamento das suas contribuições produtivas e reprodutivas e também para esconder o grande dispêndio de tempo e esforço, às vezes gratuitamente, que as mulheres têm dedicado a todas essas atividades.

Não obstante a desvalorização que paira sobre o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado de mulheres como a do MONAF, é certo que esse trabalho tem valor ou como disse uma das entrevistadas: “Porque dificilmente alguém valoriza o trabalho doméstico que a

gente faz... mas se não lavar a roupa você não veste, se não fizer comida você não come” (ELVIRA, 25 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018). Assim, seja de forma paga ou o que é mais frequente, gratuitamente, é necessário valorizar tanto o trabalho reprodutivo quanto as pessoas que a ele se dedicam, considerando-as dignas de direitos iguais e de importância diante da sociedade.

7.3.3.3. O trabalho doméstico para si:

No que diz respeito à forma com as mulheres veem, em termos de valor, o próprio trabalho doméstico que realizam; a predominância é a daquelas que afirmam valorizá-lo. Trinta e quatro delas afirmam isso, havendo apenas uma mulher que respondeu não valorizar.

Tabela 18. O valor do trabalho doméstico para as mulheres que o realizam.

O TRABALHO DOMÉSTICO PARA QUEM O EXECUTA				
CATEGORIA	SUBCATEGORIA	FREQ.	SUBCATEGORIA	FREQ.
	1		2	
	<i>Tem valor</i>	34	<i>Não tem valor</i>	1
	CUMPRIMENTO DE	15		
	UM DEVER			
	ENTRETENIMENTO	7		
	GOSTAR DE FAZER	5		
VALOR	APRENDE A FAZER	2		
	COISAS		NÃO TEM	1
	AUTONOMIA E	2	RECONHECIMENTO	
	CONTROLE DE			
	FAZER			
	PRA SI PRÓPRIA	1		
	O VALOR VEM DE SI	1		
	MESMA			
	É UM TRABALHO	1		
	DAS MULHERES			
	TOTAL DE			35
	MULHERES			

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

Na subcategoria das mulheres que dizem valorizar o trabalho doméstico que executam, o agrupamento de temas das respostas que se destaca, conforme a **tabela 18.**, é o de que esse reconhecimento positivo do trabalho que fazem provém do sentimento de **Cumprimento de um dever**, o que foi confirmado pelas falas de 15 das mulheres entrevistadas. Uma das falas nesse sentido é a de Taís (2018) explicando que: “Olha, como eu já falei... pra mim é importante cuidar dos meus filhos, da minha casa... pra mim é importante saber que tudo está bem” (TAÍS, 36 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018). Além de Taís, Bruna³⁷, ao afirmar acreditar que o seu trabalho é importante e tem valor pra si, diz: “Porque eu gosto de fazer e tem que fazer... porque a gente de dentro de casa tem que fazer, já que casou né? (Risos)” (BRUNA, 36 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018).

Outro agrupamento de respostas que se destaca na tabela acima, representando as falas de sete mulheres, é o de que o valor ou importância dada vem do trabalho doméstico ser considerado um **Entretenimento**, não propriamente por ser algo divertido de fazer, mas na acepção de ser uma ocupação, quando muitas vezes não há nenhuma outra, que serve como uma distração, um passatempo, algo que desliga a mente de preocupações ou problemas. Ou como diz Fernanda (23 anos, entrevista semiestruturada, 2018): “Pelo menos a gente tá ocupando com alguma coisa, agora ficar sem fazer nada mesmo...”. Além de Fernanda, Jandira (23, 22 anos, entrevista semiestruturada, 2018) e Verônica (49 anos, entrevista semiestruturada, 2018) comentam que: “Às vezes eu fico até distraída quando tô fazendo as coisas. E casa organizada... Jesus! É tão bom” e; “Porque quando a gente é acostumada numa lida, quando não faz, até adocece... ocupa a mente”.

Gostar de fazer é o terceiro grupo de respostas que mais se destaca, expresso por cinco mulheres. Para Maria (63 anos, entrevista semiestruturada, 2018), esse gostar tem a ver com a possibilidade de desempenhar uma atividade: “É importante pra mim mesmo porque eu gosto de fazer essas coisas, não gosto de ficar parada, tem que ter alguma coisa pra fazer”. Enquanto que para Raimunda (35 anos, entrevista semiestruturada, 2018), a importância do trabalho doméstico que faz para si é: “Porque eu gosto de manter minha casa sempre limpinha, e eu gosto mesmo de fazer, sempre gostei, mesmo antes de casar”.

Como a única mulher pertencente a subcategoria oposta, Tatiane diz não considerar que o trabalho doméstico que faz tem valor ou importância pra si mesma, pois segundo ela, é

³⁷ Antes da entrevista, a entrevistada comentou ao ser informada sobre o tema da pesquisa: “Ah! Esse trabalho chato de dentro de casa?” E riu.

um trabalho que **Não tem reconhecimento (1)** e nas suas próprias palavras argumenta que: “Na maioria das vezes não. Porque a gente faz e muitas vezes a pessoa não reconhece o que a gente faz” (TATIANE, 18 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018).

7.3.3.4. O trabalho de cuidados para si:

Para todas as 15 mulheres do MONAF que executam o trabalho de cuidados, as atividades que realizam tem algum tipo de valor ou importância para si mesma, conforme expresso na **tabela 19**.

Tabela 19. O valor do trabalho de cuidados para as mulheres que o realizam.

O TRABALHO DE CUIDADOS PARA QUEM O EXECUTA		
CATEGORIA	SUBCATEGORIA 1	FREQ.
VALOR	<i>CUMPRIMENTO DE UM DEVER</i>	11
	FAZER ALGO POR ALGUÉM QUE GOSTA	2
	É UM INVESTIMENTO	1
	NÃO SOUBE RESPONDER	1
	TOTAL	15

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa

A partir da **tabela 19.**, percebe-se que a maior parte das respostas das mulheres que acreditam no valor do trabalho de cuidados pra si mesmas se norteiam pela concepção do **Cumprimento de um dever**, o que representa a resposta de **(11)** mulheres. Conforme justifica Alexandra (43 anos, entrevista semiestruturada, 2018), desempenhar esse papel tem valor por que: “Faz a gente se sentir mais mãe ainda, acho que quando você não cuida o amor é menos...”. Em sentido semelhante, Taís (36 anos, entrevista semiestruturada, 2018) afirma que: “Por isso ser uma responsabilidade minha, e ao cumprir, eu me sinto bem”.

Estar **Fazendo algo por alguém que gosta (2)** é a segunda razão mais apontada para o valor ou importância que as mulheres dão ao trabalho que fazem. Osilene (23 anos, entrevista semiestruturada, 2018) foi bem sucinta ao explicar sua resposta: “Porque eu gosto dela”.

Para as mulheres do MONAF que fazem atividades domésticas³⁸ ou de cuidados de forma não remunerada, este é um trabalho importante para elas mesmas, principalmente porque se relaciona com a sensação de dever cumprido, com uma forma de se entreter e com fazer algo por alguém querido. O cumprimento de um dever predominou como a resposta das mulheres tanto daquelas dedicadas ao trabalho doméstico quanto das que também executavam o trabalho de cuidar de alguém.

A valorização de cumprir um dever atribuído às mulheres é interpretada por elas como natural, sob a ótica da teoria feminista, no entanto, trata-se de uma imposição, ou seja, guarda relação com corresponder ao papel esperado de uma mulher. Esse papel seria aquele pregado de que o trabalho reprodutivo é função das mulheres dada a sua natureza afeita ao lar, de ser mais cuidadosa, atenciosa, materna e frágil fisicamente, portanto muito mais destinada ao que é considerado como um trabalho leve (SABBATO et al., 2009; HIRATA e KEGOAT, 2007; BUTTO et al., 2014). De modo que desde muito a identidade das mulheres tem sido ligada ao trabalho reprodutivo.

Para as donas de casa do MONAF, estar casada e/ou ser a mãe, por exemplo, é o que justifica suas responsabilidades para cuidar da casa, dos filhos, manter as coisas limpas e em ordem. Assim, cumprir com esse tipo de responsabilidade é importante para elas, pois, ao executar tais tarefas, é para elas o que é considerado como o papel natural de mulher; não fazê-las produziria questionamentos por parte de suas famílias, comunidade e de si mesmas, uma vez que seria como transgredir uma verdade há muito repetida.

Para a teoria feminista e mesmo para a perspectiva de desenvolvimento como a da expansão das liberdades, a manutenção dessa divisão sexual do trabalho reflete uma construção social, contribui para a invisibilidade e desvalorização do trabalho das mulheres e faz com que as mulheres ainda tenham uma carga total de trabalho superior à dos homens; embora esse feito não tenha contribuído para que alcançassem igualdade econômica em relação a eles e sim tivesse efeito oposto (FONTOURA; GONZALES, 2009; SEN, 2010; BUTTO et al., 2014). Assim, embora as mulheres do MONAF considerem importante

cumprir bem esse papel de dona de casa, esposa, ou mãe, a teoria tem demonstrado que isso não produz um impacto positivo na conquista de igualdade econômica e social entre os sexos.

Sendo que o ideal seria que, no caso da realidade rural e urbana, fosse desconstruída a hierarquia e separação entre os trabalhos feitos no roçado, no espaço público em geral, em casa e nos seus arredores; e houvesse a admissão de que tanto as mulheres quanto os homens

³⁸ Apenas uma mulher afirmou não considera-lo importante para si mesma por acreditar que é um trabalho que não tem reconhecimento.

podem vir a se dedicar a todos os tipos de trabalho, produtivos ou reprodutivos (BUTTO et al., 2014).

Para as mulheres entrevistadas, o valor da execução do seu trabalho reprodutivo vem também da ocupação que este lhes garante. Ocupação que as permitem: distrair, ocupar a mente e fazer alguma coisa em vez de nada. De fato, na perspectiva que adotamos da economia feminista, como o trabalho que ele de fato também o é, como qualquer outro: exige atenção, esforço e tempo (BRUSCHINI, 2006; CARRASCO; TELLO, 2013; BUTTO et al., 2014). Sendo essas características apontadas pelas mulheres como benéficas a elas na medida em que as permitem se desligarem, esquecer os problemas, se ocupar de algo.

Não obstante, a dedicação exclusiva ou parcial ao trabalho reprodutivo não tem sido valorizada, pois para a sociedade e para a economia tradicional, este nem sequer é um trabalho; e costumeiramente na hierarquia entre o trabalho produtivo e o reprodutivo, por ser feito predominantemente pelas mulheres e por não ser remunerado, o trabalho doméstico e de cuidados e aqueles que o executam são considerados dotados de menor valor (QUINTELA, 2006; CARRASCO, 2012). De modo que se já houvesse a valorização desse trabalho e já predominasse a perspectiva que considera a interdependência entre a economia monetária e não monetária, apenas executá-lo bastaria para que as mulheres pudessem ter poder igual nas decisões da família e para que fossem consideradas como iguais, mas esta ainda não é a realidade.

Por ainda predominar a ideia de que esse trabalho tem pouca importância, autores como Sen (2010), argumentam sobre a necessidade de as mulheres também se ocuparem de atividades que lhes garanta renda, já que a economia monetária é muito mais valorizada que a não monetária e tem contribuído para o aumento da liberdade das mulheres. Além disso, para (Sen), ter um trabalho fora de casa, prepara as mulheres para outras realidades que ela não dominaria ficando apenas dentro de casa e isso contribuiria para aumentar o poder de mudança e participação delas em suas comunidades e no mundo. Portanto, embora a execução do trabalho dentro de casa tenha sua importância para as mulheres do MONAF, há que se pensar nos aspectos positivos para a vida delas que podem ser ofertados por meio da ocupação com outras atividades fora de casa: trabalho, estudos, etc.

Argumentar a favor da ocupação dessas mulheres com outras atividades no mundo público, não tem aqui o propósito de desconsiderar o valor e a riqueza não monetários produzidos pelas donas de casa, mas apenas de demonstrar que dada à realidade predominante, a obtenção de uma renda tem contribuído para melhorar a posição social das

mulheres. Do mesmo modo que é essa realidade ainda patriarcal e economicamente androcêntrica que tem feito com que atividades consideradas femininas sejam (in) visibilizadas e desvalorizadas assim como as mulheres que a elas se dedicam.

Além disso, é preciso questionar o quanto essa ocupação com o trabalho reprodutivo pode estar lhes tomando tempo³⁹, pois conforme exposto na teoria, o grande dispêndio de tempo a estas atividades é um dos fatores que distanciam as mulheres das atividades no mundo público (FONTOURA; GONZALES, 2009; BUTTO et al., 2014; PARENTE, 2015).

Outro fator considerado importante pelas mulheres do MONAF relacionado à execução do trabalho reprodutivo é estar fazendo algo por alguém que se gosta. Ainda que as discussões aqui sejam semelhantes às levantadas sobre cumprir o “papel” de mulher, há que se chamar a atenção para o fato de que o afeto e amor têm sido utilizados como moeda de troca para a maior dedicação das mulheres aos cuidados de outros (HIRATA e KEGOAT, 2007).

Portanto, aquilo que é considerado valoroso ou importante para as mulheres do MONAF em relação à execução das atividades domésticas e cuidados muitas vezes não o são pela sociedade ou pela economia tradicional. De forma que, embora se propague que homens e mulheres têm papéis e funções distintas na sociedade, esses papéis e funções não garantem igualdade entre os sexos. Pelo contrário, o cumprimento desses papéis femininos esperados das mulheres, as tem afastado da conquista da igualdade social e econômica e mantido pequeno o poder de decisão que elas têm na família, as suas autonomias e a participação que poderiam ter no mundo público.

7.3.3.5. O trabalho doméstico para a sociedade:

Depois de questionadas sobre como achavam que a sociedade costuma mensurar o valor ou a importância que o trabalho doméstico que elas e outras pessoas em geral fazem; 14 mulheres disseram acreditar que a sociedade dava algum valor ou importância e 18 afirmaram que não achavam. Do total de 35 mulheres ouvidas, apenas três se abstiveram em responder essa questão. Segue na **Tabela 20.**, abaixo:

³⁹ Como visto nos tópicos acima, as mulheres do MONAF dedicam muito tempo às atividades domésticas e de cuidados.

Tabela 20. O valor do trabalho doméstico em geral para a sociedade.

O TRABALHO DOMÉSTICO EM GERAL PARA A SOCIEDADE				
CATEGORIA	SUBCATEGORIA	FREQ.	SUBCATEGORIA	FREQ.
	1		2	
	<i>TEM</i>	<i>14</i>	<i>NÃO TEM</i>	<i>18</i>
	<i>CUMPRE UMA FUNÇÃO</i>	<i>6</i>	<i>NÃO É VALORIZADO</i>	<i>11</i>
VALOR	SIM PORQUE SIM	5	NÃO PORQUE NÃO	4
	GRATIDÃO	2	É UMA OBRIGAÇÃO	3
	É UM TRABALHO	1		
	TOTAL DE MULHERES			32

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa

Na subcategoria das mulheres do MONAF que acreditam na valorização em geral do trabalho doméstico gratuito por parte da sociedade, o grupo de falas que mais se destaca é o que reúne as respostas de seis mulheres que dizem achar que esse valor ou importância existe porque as pessoas que fazem atividades domésticas **Cumprem uma função**. Nesta perspectiva, Angelina (65 anos, entrevista semiestruturada, 2018), argumenta que esse reconhecimento ocorre: “Porque a mulher que cuida da sua casa, com boa vontade, é valorizada por algumas pessoas, nem que não seja por todas”.

De forma semelhante Jandira (22 anos, entrevista semiestruturada, 2018), falou no sentido de que o valor dado pela sociedade ao trabalho doméstico ocorre quando a expectativa de que a dona de casa cumpra tal função, sendo dedicada e atenciosa com o lar, é cumprida; havendo reprimendas, mesmo que às escondidas, quando o contrário acontece. Na íntegra, quando questionada sobre o que pensava, essa entrevistada respondeu que: “Acho que é sim, sabe por quê? Tem alguns vizinhos que quando chega na casa da gente e ta bagunçado, já sai falando...” (JANDIRA, 22 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018).

As falas de Angelina e Jandira (entrevista semiestruturada, 2018), se complementam na medida em que explana duas questões a respeito da valorização que a sociedade atribui ao trabalho doméstico: quando, como já discutido nas concepções da importância que a família dá ao trabalho reprodutivo das mulheres, as mulheres correspondem ao papel que é esperado

delas existe uma valorização que pouco contribui para o seu poder de decisão e participação na sociedade, quando esse papel não é desempenhado, existe recriminações e desvalorização de forma velada ou explícita.

O terceiro grupo de respostas que se destaca é o das (5) mulheres que embora afirmem acreditar que a sociedade reconhece a importância do trabalho doméstico, não quiseram ou não conseguiram explicar o porquê, sendo que algumas delas usaram o termo **Porque sim** como justificativa ou encerramento da resposta.

Na subcategoria de valor oposta, que representa a maior parte das mulheres, o agrupamento de respostas que se destaca é o das mulheres que acreditam que não existe o reconhecimento da importância ou valor da sociedade pelo trabalho doméstico gratuito porque o trabalho em si **Não é valorizado**, sendo isto afirmado por (10) mulheres. Conforme nos conta Tatiane (18 anos, entrevista semiestruturada, 2018, *parêntese nosso*): “Não (não acha que a sociedade valoriza). Na maioria das vezes a gente trabalha, trabalha e ninguém reconhece, principalmente o marido da gente”. Taís (36 anos, entrevista semiestruturada, 2018) também diz em ideia semelhante que: “Uns sempre valoriza, mas outros olha pra dona de casa e é como se não fosse importante o que uma dona de casa faz... às vezes chega no fim do dia e você fala que ta cansada e as pessoas dizem: cansada de quê? Passou o dia em casa”.

Como ocorreu na primeira, na segunda subcategoria o segundo grupo de respostas que mais se destacou é o das mulheres que não quiseram ou não conseguiram justificar os porquês de suas respostas, usando ou não expressões como **Porque não (4)**.

7.3.3.6. O trabalho de cuidados para a sociedade:

Sobre o trabalho de cuidados gratuito, a maior parte das entrevistadas acredita que a sociedade o valoriza ou o considera importante, havendo 20 mulheres que compõe esse grupo e oito mulheres que afirmam achar que não é valorizado. Das 35 mulheres, 28 responderam, e sete delas não souberam ou não quiseram responder, conforme exposto na **tabela 21**.

Tabela 21. O valor do trabalho de cuidados em geral para sociedade.

O TRABALHO DE CUIDADOS EM GERAL PARA A SOCIEDADE				
CATEGORIA	SUBCATEGORIA	FREQ.	SUBCATEGORIA	FREQ.
	1		2	
	<i>Tem valor</i>	20	<i>Não tem</i>	8
VALOR	<i>CUMPRE UMA FUNÇÃO</i>	18	<i>NÃO É VALORIZADO</i>	7
	TRABALHOSO	2	NÃO É BOM DE FAZER	1
	TOTAL DE MULHERES			28

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa

Cumprir uma função (18), é na concepção das mulheres do MONAF, assim como no caso do trabalho doméstico, a maior razão para que a sociedade valorize ou considere importantes as atividades de cuidados. Ou como diz Alexandra (43 anos, entrevista semiestruturada, 2018): “Porque se não cuida, como eu já falei, todo mundo fala...”. Partindo de uma experiência pessoal, Raimunda (35 anos, entrevista semiestruturada, 2018) chega à conclusão de que, quando esse tipo de função é executada como se espera, há valorização: “Bem na minha família mesmo aconteceu, minha vó adoeceu e foi muito bem cuidada e eu sou muito agradecida às minhas tias que cuidavam dela”. A valorização que se atribui por gratidão a alguém que fez o que é esperado, principalmente das mulheres, é assim um dos motivos apontados. No caso dos cuidados, não basta fazer atividades ou serviços que aquele os recebe necessita, é preciso também subjetivamente dedicar afeto, carinho etc.

Exatamente por acreditarem que o trabalho de cuidados em si **Não é valorizado, (7)** mulheres do MONAF disseram que a sociedade não considera importante o trabalho de cuidados em geral. É o que afirmou Jandira (22 anos, entrevista semiestruturada, 2018), ao ser questionada: “Acho que não dão não. Mesmo você cuidando não tem valorização... sempre alguém vai te chamar de ruim”.

Para a maioria das mulheres do MONAF a sociedade valoriza ou considera importantes as atividades que envolvem cuidados gratuitos em geral com alguém. Embora não componha a maioria, no caso do trabalho doméstico gratuito, a quantidade de mulheres que acham o mesmo é considerável. Em ambos os casos, o cumprimento de uma função, pode ser

identificado, a partir das falas das mulheres, como o principal motivo que alegam explícita ou implicitamente para essa valorização ou importâncias dadas.

Como já discutido no tópico com a percepção das mulheres sobre a importância que suas famílias atribuem ao seu trabalho reprodutivo e no que reúne as concepções de valor que elas têm desse trabalho para si mesmas; a valorização que elas percebem na prática, teoricamente, muitas vezes tem sido ligada a muitas razões, menos a valorização do trabalho que fazem em si mesmo.

Em primeiro lugar, muitas vezes, essa importância percebida ou dada pelas mulheres ao trabalho doméstico e de cuidados que fazem, é muito menor do que a que se daria, por exemplo, a um trabalho produtivo. De forma que mesmo sendo agradecidas pelo que fazem a partir de gestos (sorrisos, abraços) ou palavras ou mesmo elogiadas por fazerem bem esse tipo de atividade, estudos indicam que essa valorização pouco contribui para que as mulheres que a ele se dedicam consigam conquistar igualdade social e econômica em relação aos homens (FONTOURA; GONZALES, 2009; SEN, 2010). Ou seja, mesmo as entrevistadas afirmando que o trabalho produtivo que elas e outras fazem é considerado importante por suas famílias, por elas mesmas e pela sociedade, essa importância não chega, na teoria, a equivaler a que seria dada por um trabalho remunerado que viessem a desempenhar.

Não obstante, esse valor ou importância, só são menores em relação a um trabalho produtivo, porque ainda predomina a visão de que a economia monetária é muito mais importante que a economia não monetária e a de que os trabalhos desempenhados predominantemente pelos homens são muito mais valiosos do que aqueles que são mais desempenhados pelas mulheres (HIRATA et al., 2009; ENRIQUEZ, 2012; CARRASCO, 2012). Na perspectiva da economia feminista, o ideal é que essa valorização percebida pelas mulheres do MONAF em relação ao trabalho reprodutivo que fazem já fosse equivalente à importância que se dá ao trabalho produtivo, mas este ainda não é o caso. O que não significa que o trabalho dessas mulheres não seja tão essencial para o sustento da vida humana quanto o trabalho produtivo, mas sim que ainda não é visto como tal.

Sobre a percepção das mulheres entrevistadas de que a importância que é dada ao seu trabalho tem relação com cumprir um papel ou uma função, é preciso fazer uma ressalva de que essa valorização costuma ocorrer em cima do papel desempenhado e não do trabalho em si. Assim, o ato de dar importância ou valor ao papel imposto e esperado das mulheres, que naturalmente teriam aptidões para serem boas donas de casas, mães e cuidadoras, também não as aproxima de uma igualdade social e econômica entre os sexos. A sociedade em geral e a

economia tradicional consideram muito mais importantes os papéis que são atribuídos aos homens do que aqueles que são atribuídos às mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2007; ENRIQUEZ, 2012; CARRASCO, 2012).

Os papéis atribuídos aos homens e às mulheres têm valores diferentes porque em primeiro lugar considera-se o que é produtivo ou monetário como superior ao que é reprodutivo e não monetário; e em segundo lugar porque às atividades consideradas masculinas são tidas como mais valiosas do que as que são consideradas femininas. No campo, essa hierarquia de valor consiste em afirmar que as atividades “dos” homens são um trabalho e trabalho “pesado” e que as atividades “das” mulheres não são um trabalho e são “leves” (BUTTO et al., 2014).

Assim quando se argumenta que o valor fornecido às funções e papéis reprodutivos desempenhados pelas mulheres do MONAF, é geralmente, menor do que o que seria dado a papéis produtivos, não se tem a intenção de reafirmar esse posicionamento que ainda predomina na sociedade e na economia tradicional, mas, apenas pretende-se constatar a sua existência. Na ótica da economia feminista, as atividades reprodutivas desempenhadas por mulheres como a do MONAF têm tanto valor quanto as atividades produtivas, mas diferente da perspectiva predominante na sociedade patriarcal e na economia tradicional, não se espera que sejam feitas apenas pelas mulheres, mas que sejam igualmente distribuídas entre os membros da família e o Estado. Superando a divisão sexual do trabalho que muito tem impedido as mulheres de conquistarem suas autonomias econômicas, limitando suas liberdades e a luta por igualdade social e econômica entre os sexos.

Portanto, embora as mulheres do MONAF considerem que a sociedade valoriza o trabalho reprodutivo, a teoria tem demonstrado que esse valor é menor do que o que se dá ao trabalho produtivo e que, além disso, distancia as mulheres de uma realidade de igualdade entre os sexos, mas que o ideal é fossem valores iguais, pois a economia monetária depende⁴⁰ da economia não monetária que tem sido construída principalmente pelas mulheres.

Além das donas de casa que acreditam haver uma valorização por parte da sociedade, houve aquelas que negam perceber essa valorização ou importância que a sociedade dá ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. De forma inversa ao caso das que acreditam, foi o trabalho doméstico que concentrou o maior número de mulheres que não acreditam haver essa valorização. Os principais motivos apontados por essas mulheres para justificar os seus posicionamentos, conforme é possível verificar nas falas mencionadas são a

⁴⁰ Ver: CARRASCO (2012).

ausência de reconhecimento pelo esforço despendido na execução das atividades, que estas não são consideradas importantes, que se trata de um serviço maneiro e que não cansa e como um delas disse, mesmo fazendo bem: “sempre alguém vai te chamar de ruim”.

Todo esse cenário de desvalorização do trabalho reprodutivo não remunerado explícito pelas mulheres residentes no MONAF, se assemelha às propostas da teoria feminista, algumas organizações de estudos econômicos⁴¹ e pensadores das ciências econômicas⁴² em seus estudos sobre mulheres urbanas e rurais. Embora parte das mulheres entrevistadas do MONAF resida numa Zona de Expansão com elementos urbanos, elas são caracterizadas pelo IBGE como pertencentes à zona rural. De modo que, mesmo sendo também uma realidade das mulheres urbanas, no caso das mulheres rurais há muito tempo tem pairado a concepção de que o trabalho reprodutivo e produtivo que fazem tem pouco valor (COMISSÃO ESTADUAL DAS TRABALHADORAS RURAIS, 1994; PAULILO, 2013; BUTTO et al., 2014).

Assim como afirmam as mulheres do MONAF, o trabalho reprodutivo de mulheres que como elas são caracterizadas como rurais tem sido considerado um serviço fácil e maneiro de fazer (BUTTO et al., 2014). No entanto, além desse trabalho exigir muito esforço e tempo, é preciso lembrar que é comum que essas mulheres trabalhem também no roçado e nos arredores de casa produzindo, muitas vezes, para o consumo da família e para a venda daquilo que sobra; sendo esta uma característica da dupla jornada das mulheres rurais, pois mesmo trabalhando no roçado e em seus quintais, continuam com a maior parte do trabalho reprodutivo (VIEZZER, 1993; SILVA: SCHNEIDER, 2010; TORRES; RODRIGUES, 2010). E mesmo nos casos em que não há a conciliação de tarefas, o fato é que o trabalho reprodutivo de mulheres como a do MONAF, exige tempo, esforço físico, mental e dedicação como qualquer outro trabalho, apenas não é remunerado.

De modo que, os motivos alegados pelas mulheres do MONAF que justificam as suas concepções de que o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado não é valorizado pela sociedade, encontra respaldo na teoria utilizada que vem afirmando que não só a sociedade, mas também a economia tradicional costumam considerar o trabalho reprodutivo como menos importante que o produtivo.

⁴¹ Por exemplo: O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Organização das Nações Unidas (ONU).

⁴² Por exemplo: Amartya Sen.

7.3.4. PARA QUE E A QUEM SERVE O TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS NÃO REMUNERADO; “Com certeza! Já começa pelo boião (comida) que se eu não fizer, eles não come... a roupa também, se eu não lavar, eles não vão... meus três filhos e meu marido”. [...] “Assim porque... você ta ajudando outras pessoas é bom. Minhas amigas, a minha mãe que é idosa, uma vez por semana eu limpo a casa dela”[...]

Para a teoria feminista e mais precisamente, para a economia feminista, o trabalho reprodutivo (doméstico e de cuidados), mesmo sendo realizado de forma gratuita, produz riquezas essenciais para a reprodução da vida humana. Além disso, é discutido que o tipo de riqueza essencial que é produzida pelo trabalho reprodutivo não pode simplesmente ser ofertada totalmente pelo mercado, pois, uma parte considerável de pessoas não teria condições de consegui-la por que os salários que recebem seriam insuficientes e também porque algumas das atividades que ocorrem no ambiente doméstico e que contribuem para a boa formação do ser humano são de ordem subjetiva, como, por exemplo: os carinhos e afetos dispensados que não podem ser comprados.

Partindo de tais afirmações, buscamos inquirir as concepções que as mulheres do MONAF têm sobre o trabalho reprodutivo que realizam gratuitamente, na busca de ter ciência se elas acreditam que esse trabalho contribui ou não para o bem estar das pessoas com quem convivem; e nos casos de respostas positivas, quais as pessoas que costumam se beneficiar de tais atividades.

7.3.4.1. As contribuições do trabalho doméstico:

A grande maioria das mulheres do MONAF acredita que o trabalho doméstico gratuito que desempenham contribui ou ajuda no bem estar ou numa boa vida para outras pessoas além delas mesmas. Conforme a **Tabela 22.**, 32 das 35 afirmam isso, apenas duas mulheres negam essa contribuição: uma porque mora sozinha e sendo assim só ela mesma se beneficia do trabalho que faz e a outra não soube justificar.

Tabela 22. As contribuições do trabalho doméstico das mulheres do MONAF.

PARA O QUÊ SERVE O TRABALHO DOMÉSTICO DAS MULHERES DO MONAF					
CATEGORIA	SUBCATEGORIA	FREQ.	SUBCATEGORIA	FREQ.	
	1		2		
	<i>Contribui</i>	32	<i>Não contribui</i>	2	
CONTRIBUIÇÕES DO TRABALHO DOMÉSTICO	ALIMENTAÇÃO, ROUPAS OU AMBIENTES LIMPOS	22			
	ASSEGURA A PONTUALIDADE ALHEIA	8	MORA SOZINHA	1	
	DIMINUI A RESPONSABILIDAD E DE OUTRA PESSOA COM O TRABALHO DOMÉSTICO	1	NÃO SOUBE RESPONDER	1	
	A PRÁTICA ENSINA OUTRAS PESSOAS	1			
	TOTAL DE MULHERES			34	

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa

O agrupamento de respostas mais significativas (numericamente falando) é o das mulheres que acreditam que as contribuições do trabalho doméstico se devem a oferta de **Alimentação, roupas ou ambientes limpos**, para outras pessoas, sendo nessa concepção a resposta de (22) mulheres. Ao questionarmos Katarina (54 anos, entrevista semiestruturada, 2018) ela respondeu enfaticamente: “E como! Mulher, mas só de você já receber a comida ali pronta... já é muita coisa”. Osilene (23 anos, entrevista semiestruturada, 2018) também explicou que: “Oia, o almoço que eu faço, eles come. A cama que eu arrumo, eles dormem. O banheiro, as vazias (utensílios), a roupa que eu lavo...”. No mesmo sentido Bruna (36 anos, entrevista semiestruturada, 2018) argumenta sobre o que entende da importância do trabalho doméstico que executa: “Já começa pelo boião (comida) que se eu não fizer, eles não come... a roupa também, se eu não lavar, eles não vão...”.

Porque **Assegura a pontualidade alheia (8)** é o segundo grupo de respostas que mais se sobressaiu na **tabela 22.**, sendo muitas vezes essa pontualidade necessária para os filhos que vão para a escola ou para outros membros da família, como o marido, irem, chegarem e voltarem para o trabalho remunerado que possuem. Ou nas palavras de Juciléia (22 anos, entrevista semiestruturada, 2018): “Assim, como eu tenho meu filho né, eu não vou colocar ele lá na sujeira (aponta pro chão). Lá nós três, né? Porque tem eu e meu esposo... como ele trabalha carregando aluno não dá pra chegar lá e eu não ta com o almoço pronto”. De forma semelhante Layane (31 anos, entrevista semiestruturada, 2018) nos conta que:

Porque assim... quando assim, por exemplo, tenho uma menina que vai pro colégio aí quando ela chega é bom ter a comida feita... o meu marido também trabalha e quando ele chega, ter uma comida feita, uma roupa pra vestir... tudo isso é bom (LAYANE, 31 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018).

Muitas vezes a ajuda com a pontualidade dos outros membros da família vai além de compromissos fixos com ir e vir de escola e de trabalho, contribuindo também na boa execução de tarefas escolares ou trabalhistas feitas em casa:

Se a gente deixasse tudo num lugar, ficaria mais fácil resolver alguns problemas em casa. Lá em casa só um dos meninos trabalham... então a gente tem que deixar as coisas prontas... se deixa tudo no lugar eles sabem onde pegar e não se atrasa... até ajuda no estudo deles, a casa arrumada! (JANDIRA, 23 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018).

De modo que o rigor, em relação ao tempo, na realização das atividades domésticas ou de cuidados contribui para o alcance da pontualidade exigida no trabalho remunerado, na escola e em outras atividades na esfera pública. Ou seja, não basta a execução das atividades reprodutivas é preciso que estas se deem na hora certa.

7.3.4.1.1. A quem serve o trabalho doméstico:

Para as mulheres do MONAF participantes dessa pesquisa, o trabalho doméstico contribui ou ajuda as pessoas com quem elas convivem de diversas formas: por meio da oferta gratuita de alimentos preparados, ambiente limpo etc. A pesquisa procurou identificar também quem são as pessoas que se beneficiam com esse trabalho. As respostas encontram-se na **Tabela 23.**

Tabela 23. Os principais beneficiários do trabalho doméstico das mulheres do MONAF.

A QUEM BENEFICIA O TRABALHO DOMÉSTICO DAS MULHERES DO MONAF	
LIGAÇÃO	Q.T. ⁴³
MARIDO ⁴⁴	21
FILHOS	12
FILHA	6
FILHO	4
MÃE	3
IRMÃOS	2
NETOS	2
AMIGOS	2
PATROA	1
PATRÃO	1
FILHOS DE PATRÕES	1
PRIMA	1
MARIDO DA PRIMA	1
NETA	1
NETO	1

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa

A pessoa mais citada entre aquelas que recebem gratuitamente o trabalho doméstico é o **Marido** que foi mencionado por 21 das 31 mulheres que disseram que o seu trabalho contribui positivamente na vida de outras pessoas. Em segundo lugar estão os **Filhos** (que representam famílias que tinham mais de um), citados como ajudados por 12 mulheres.

7.3.4.2. As contribuições do trabalho de cuidados:

Para todas as 15 mulheres que fazem algum tipo de cuidados gratuito (com crianças, idosos ou enfermos) este é um trabalho que contribui ou é importante para o bem estar ou boa vida das pessoas que o recebem. E apenas uma não soube dizer por quê. Na **tabela 24** estão expressas como o cuidado gratuito pode ajudar as pessoas.

⁴³ (Q.T.) **Quantidade** de mulheres que afirmaram que o seu trabalho ajuda pessoas com tais graus de ligação.

⁴⁴ Uma das mulheres ajuda até o ex marido, pais de seus filhos que nunca saiu de casa e que segundo a entrevistada o ameaça de morte.

Tabela 24. As contribuições do trabalho de cuidados das mulheres do MONAF.

PARA O QUÊ O TRABALHO DE CUIDADOS DAS MULHERES DO MONAF		
CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	FREQ.
CONTRIBUIÇÕES DO TRABALHO DE CUIDADOS	GARANTE SERVIÇOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CUIDADOS	11
	UMA FORMA DE EDUCAÇÃO	3
TOTAL		14

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa

Seguindo os temas das respostas da maior parte das mulheres sobre as formas de contribuição do trabalho de cuidados, a principal subcategoria derivada é a de que no contexto das mulheres do MONAF essas contribuições ou significância ocorrem por meio da garantia de **Serviços de higiene, limpeza e cuidados**, o que representa as respostas de 11 das 15 mulheres que se dedicam ao trabalho de cuidados. Quando interrogada sobre porque acreditava que o trabalho de cuidados que fazia para sua tia era importante, Osilene (23 anos, entrevista semiestruturada, 2018) respondeu que: “É importante porque ela não anda, a gente ajuda ela a sentar, banhar...”.

Algumas das formas de cuidados, como o que é tido com o ambiente da casa em que se vive, escapam quando as entrevistadas divagam sobre sua importância, como é o caso de Joana que algumas vezes fica com filhos de suas amigas para que estas possam participar de eventos de entretenimento e que também cuida de uma mãe idosa: “Assim porque... você tá ajudando outras pessoas é bom. Minhas amigas, a minha mãe que é idosa, uma vez por semana eu limpo a casa dela...” (JOANA, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018).

Ser **Uma forma de educação (3)** é o segundo tipo de contribuição que nas concepções das mulheres é abordado. Para Dalvina, essa forma de ajuda ou importância que o trabalho de cuidados tem na vida de quem o recebe acontece como uma transmissão de experiências de quem é mais velho para quem é mais novo, ela justifica: “Pra eles crescer né? Aprender as mesmas coisas” (DALVINA, 30 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018). De forma semelhante, Juciléia (22 anos, entrevista semiestruturada, 2018) explica sobre algumas das sutilezas de cuidados que tem com o filho: “Quanto mais eu dar amor à ele, mais amor ele

vai ter com os outros. Agora se eu for agressiva com ele, aí ele vai ser agressivo com os outros”. Na perspectiva da economia feminista, esse tipo de cuidado que é dispensado gratuitamente para quem é criança ou jovem, é o que possibilita questionar o indivíduo neutro idealizado pela economia tradicional: que seria como um “Robson Crusóé” que não depende do trabalho reprodutivo (CARRASCO, 1999, apud, QUINTELA, 2006).

De modo que, como é possível de perceber na fala das mulheres do MONAF, a própria necessidade de mão-de-obra disponível no mercado pode depender do trabalho reprodutivo; pois até que o ideal de sujeito adulto e independente pensado pela economia mais tradicional venha a existir, não há como negar que muitos cuidados precisam ser dispensados: alimentar esse indivíduo quando ainda é criança, vestir, cuidar de sua saúde, ensinar como lidar com os semelhantes, cuidar do seu desempenho nas atividades que se propor a fazer, prover carinho, etc. (QUINTELA, 2006; ENRIQUEZ, 2012; CARRASCO, 2012). Sendo que tal dependência da economia monetária é apontada como existente porque embora seja possível pagar por parte desses cuidados, como, por exemplo, contratando uma babá, é fato que nem todas as pessoas podem arcar com o custo de tais serviços e há ainda como se questionar sobre alguns cuidados subjetivos difíceis de comercializar: como os carinhos e demais tipos de afetos.

7.3.4.2.1. A quem serve o trabalho de cuidados:

Em relação aos cuidados, também se procurou saber sobre quais eram as pessoas que se beneficiavam deles e os resultados encontram-se na **Tabela 25**:

Tabela 25. Os principais beneficiários do trabalho de cuidados das mulheres do MONAF.

A QUEM BENEFICIA O TRABALHO DE CUIDADOS DAS MULHERES DO MONAF	
LIGAÇÃO	Q.T. ⁴⁵
FILHOS	10
MÃE	2
TIA	1
MARIDO	1
AMIGAS ⁴⁶	1
NETOS	1

⁴⁵ (Q.T.) **Quantidade** de mulheres que afirmaram que o seu trabalho ajuda pessoas com tais graus de ligação.

⁴⁶ Segundo o relato dessa entrevistada, ela tem costume de ficar com os filhos de suas amigas quando estas precisam sair, para, por exemplo, ir às festas.

NETA	1
NETO	1

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa

O tipo de pessoa mais mencionada como recebedora de cuidados pelas mulheres do MONAF foram os **Filhos** (incluindo homens e mulheres), que foram lembrados por **(10)** das 15 mulheres que disseram executar atividades de cuidados gratuitas. A segunda pessoa mais citada foi a **Mãe (2)**.

As discussões referentes a este tópico serão agrupadas nos próximos parágrafos e versarão sobre as contribuições do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado desempenhado pelas mulheres do MONAF e sobre as pessoas que mais se beneficiam desse tipo de contribuição.

De modo geral, as mulheres do MONAF exibem uma noção de que o trabalho doméstico ou de cuidados que executam tem a sua importância e contribui para o bem-estar ou para uma boa vida das pessoas que com elas convivem. A partir da exposição de suas falas é possível notar pontos de convergência entre suas práticas e certos pressupostos da teoria feminista, como por exemplo, o de que: no interior dos lares existe a produção de bens e serviços gratuitos que são essenciais para a humanidade em geral e mais do que isso, é falha a suposição da independência do mercado em relação ao ambiente doméstico, da economia monetária da não monetária e também a idealização do *homo economicus* como um indivíduo autônomo (FARIA, 2009; MORENO, 2013; CARRASCO; TELLO, 2013).

Para as mulheres do MONAF, a importância do trabalho doméstico e de cuidados está vinculada principalmente a oferta de produtos e serviços básicos que as pessoas precisam no dia-a-dia: estar alimentado, usar roupas limpas, estar num ambiente limpo e arrumado, poder contar com ajuda para higienizar o próprio corpo quando não se é mais capaz de fazer isso sozinho, entender normas sociais de convivência e aprender a socializar com outros seres humanos quando se é uma criança e também poder receber tudo isso na hora certa para que se possa chegar de forma pontual na escola, no trabalho ou aonde precisar.

Para a teoria feminista a provisão do trabalho mencionado equivale à geração de uma riqueza não monetária sem a qual não é possível viver e sem a qual nem o próprio mercado pode se sustentar (QUINTELA, 2006; CARRASCO, 2012; ENRIQUEZ, 2012). E é a partir de tal perspectiva que a teoria feminista e mais especificamente a economia feminista tem proposto a ampliação do que é considerado econômico, para que seja possível afirmar que nem tudo o que ser humano precisa pode ser conseguido a partir de relações de compra e venda. Que existe outra economia, não monetária, que não só supre as necessidades das

peças como também contribuí na manutenção da economia monetária. Além disso, é necessário dizer que a maior parte das riquezas da economia não monetária tem sido produzida pelas mulheres.

As mulheres do MONAF produzem riqueza não monetária, mesmo considerando que em alguns casos a percepção que elas tenham de tal fato seja um pouco restrita, até mesmo pelo que em geral se considera sobre o trabalho doméstico e de cuidados; de ser uma atividade fácil de fazer, um não-trabalho e de pouca importância. A prevalência desse tipo de visão da sociedade, do mercado e até mesmo de censos e estatísticas oficiais do trabalho reprodutivo como algo de menor valor, pode afetar a noção que as mulheres que o executam tem do trabalho que fazem e de si mesmas.

Sobre as principais pessoas mencionadas pelas mulheres do MONAF como receptoras das contribuições (em forma de produtos e serviços gratuitos) do trabalho doméstico e de cuidados, houve uma coincidência feliz: elas representam diferentes estágios da vida de um ser humano em que as atividades domésticas e de cuidados vem a contribuir para uma vida com bem-estar. Como já mencionado acima, as pessoas mais citadas como beneficiárias do trabalho doméstico, foram o marido (21) e os filhos (12). No caso do marido, que trata de um ser humano adulto, as próprias mulheres e mesmo a teoria feminista afirmam, direta ou indiretamente, que embora nessa fase, uma pessoa adulta seja considerada independente, existe em muitos casos a necessidade de uma pessoa que venha a lhe dispensar certas atividades domésticas para que, por exemplo, tenha tempo de se dedicar integralmente ao trabalho, aos estudos ou a outras atividades (CARRASCO, 2001, *apud* CARRASCO, 2008; CARRASCO; TELLO, 2013; MORENO, 2013). Nas palavras de Larissa (59 anos, entrevista semiestruturada, 2018): “Porque o marido chega, a comida ta feita, a roupa ta lavada... ajuda muito”!

A teoria feminista informa que quando a economia tradicional idealiza o indivíduo alvo dos seus estudos e das propostas de trabalho é na suposição de que esse indivíduo não é o principal encarregado das responsabilidades domésticas, ou seja, de que há alguém (geralmente uma mulher) que pode fazer por ele; sendo na maioria das vezes de forma gratuita e mais raramente na forma paga (QUINTELA, 2006; CARRASCO, 2012).

Além dos maridos, os filhos também são citados e representam outro estágio da vida: criança e jovem. No caso do trabalho de cuidados, os filhos também estiveram entre os mais mencionados e além deles, as mães, sendo que uma delas representou o estágio em que se é

idoso e a outra a situação de um adoecimento⁴⁷ que limita a possibilidade de um indivíduo de cuidar de si mesmo. Em todas essas representações de estágios pelos quais pode passar a vida de um indivíduo, autores como Carrasco e Tello (2013) enfatizam o fato de que a necessidade do trabalho reprodutivo poderá estar presente durante toda a vida do ser humano.

A partir do que vem sendo afirmado por meio das respostas das donas de casa do MONAF em consonância com a teoria feminista, há sim a geração de riqueza não monetária essencial para a vida humana por meio da execução do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. Ou seja, o trabalho doméstico e de cuidados das mulheres do MONAF contribui para o bem estar das pessoas que com elas convivem. E se é verdadeiro que o ser humano tem necessidades essenciais para além das relações de compra e venda, concordamos com a teoria feminista quando aponta a interdependência entre a economia monetária e não monetária. Nesse sentido há também a necessidade de ampliar as noções do que é considerado econômico, não existe só riqueza monetária, há riqueza não monetária também, como a que é produzida pelas mulheres do MONAF. Quando se amplia o que é considerado econômico, se torna possível também deixar de considerar o trabalho reprodutivo como um não-trabalho e a partir disso contribuir no processo de visibilidade e valorização desse trabalho e de quem o faz.

Não obstante, considerar os frutos do trabalho reprodutivo como uma riqueza, não significa aqui considera-lo como se fosse igual ao trabalho mercantil (FARIA, 2009; CARRASCO, 2008). Trata-se de dizer que tanto as mulheres que o executam, como é o caso dessas mulheres do MONAF, quanto os resultados provenientes de sua execução são “economicamente significativas⁴⁸” e que inclusive contribuem para a manutenção da economia monetária e para o bem-estar das pessoas em geral.

Mesmo voltando-se para outras perspectivas, como a da expansão das liberdades humanas de Sen (2010), é ainda possível compreender o papel que o trabalho reprodutivo pode ter no bem-estar das pessoas. Para o autor supracitado, ter bem-estar não estar imediatamente relacionado à obtenção de uma renda monetária e sim com a satisfação das necessidades, essas necessidades podem também ser entendidas como aquelas já mencionadas pela teoria feminista: se alimentar (mesmo quando não se é capaz de fazer isso sozinho), receber cuidado “corporal, emocional, afetivo”, entre outras (CARRASCO, 2012).

Esse tipo de necessidade estar no rol das chamadas liberdades substantivas, que incluem, por exemplo: “[...] evitar privações como a fome” (SEN, 2010, p. 55). Desse modo, prover esse tipo de necessidade, como cuidar de um idoso ou doente que não consegue se

⁴⁷ Uma das mães além de idosa é cadeirante e não consegue andar sozinha.

⁴⁸ MORENO, 2013.

alimentar sozinho (e que não pode pagar por isso) é contribuir para o alcance de uma liberdade substantiva. E considerando que para Sen (2010), um processo de desenvolvimento precisa ter como fim e meio a expansão das liberdades humanas, parece certo dizer que o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado realizado por mulheres como a do MONAF é importante para o alcance do bem-estar das pessoas e o consequente desenvolvimento.

7.3.5. OS CUSTOS DO TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS NÃO REMUNERADO “Não. Eu não tenho dificuldade porque eu faço tudo por amor”. [...] “Sim da seguinte forma... eu tenho problema na coluna e você sabe que isso é muito prejudicial e também a labirintite que eu não posso abaixar” [...]

A maior parte das mulheres entrevistadas, residentes no MONAF acredita que o trabalho doméstico e de cuidados que realizam contribui para que as pessoas, com quem têm ou tiveram uma convivência, tenham uma vida melhor, seja por meio do usufruto de, por exemplo, comida feita e roupa limpa ou até mesmo gozando de higiene pessoal quando não se tem a capacidade de se cuidar sozinha(o).

A despeito de tudo isso, como será que as mulheres do MONAF se sentem em relação à execução gratuita do trabalho reprodutivo? Elas têm ou tiveram dificuldades? Ou não custa nada realizar esse tipo de atividade?

Além de tais indagações, também buscamos saber como as mulheres do MONAF percebem a execução do trabalho reprodutivo de outras mulheres e se acreditam que as outras têm (ou tiveram) ou não dificuldades.

7.3.5.1. Para as mulheres do MONAF:

7.3.5.1.1. Trabalho doméstico:

Das 35 mulheres que realizam trabalho doméstico no MONAF, 16 mulheres afirmaram sentir ou já ter sentido alguma dificuldade relacionada às atividades domésticas. Porém, 19 delas disseram não sentir ou já ter sentido algum tipo de dificuldade. Para esse caso, a maior parte delas não quis ou não conseguiu justificar o porquê de suas respostas, conforme a **tabela 26**.

Tabela 26. O preço do trabalho doméstico realizado pelas mulheres do MONAF.

DIFICULDADES PASSADAS OU PRESENTES COM O TRABALHO DOMÉSTICO				
CATEGORIA	SUBCATEGORIA	FREQ.	SUBCATEGORIA	FREQ.
	1		2	
	<i>Têm dificuldades</i>	<i>16</i>	<i>Não têm</i>	<i>19</i>
	<i>SAÚDE</i>	<i>9</i>	<i>PORQUE NÃO</i>	<i>15</i>
OS CUSTOS DO TRABALHO DOMÉSTICO	TEMPO	6	FACILIDADE DE EXECUTAR	2
			DISPENSÁVEL	1
	GRATUITO	1	POR AMOR	1
	TOTAL DE MULHERES			

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

As mulheres que afirmaram haver ou ter havido algum empecilho ou dificuldade em suas vidas que guardasse relação com o trabalho doméstico, o arrolam predominantemente a questões relacionadas à sua **Saúde**, o que corresponde às respostas de (9) mulheres. Ao explicar o tipo de dificuldade que sente na execução das atividades domésticas, Gleiciane (2018) acabou por revelar um passado precoce de dedicação ao trabalho doméstico pago: “Assim por causa da minha coluna, como eu trabalhei de doméstica desde adolescente (desde os 14), aí eu me sinto muito mal” (GLEICIANE, 41 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018).

Problemas na coluna são nessa subcategoria uma das principais queixas das mulheres, sendo que muitas vezes esse empecilho se liga a outras doenças. Nesse sentido, Marcela (2018) fala sobre as dificuldades que tem: “Dificuldade em varrer, limpar a casa... pela questão de eu ser alérgica e ter desvio na coluna...” (MARCELA, 26 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018).

Embora não tenha tido o propósito de investigar os tipos que adoecimento que o trabalho doméstico pode causar e não seja possível relacionar as dores e desvios de coluna à sua prática, há motivo pra refletir sobre o tipo de custo que muitas vezes é preciso ser pago para a sua execução.

O **tempo (4)** é outra dificuldade mencionada pelas mulheres, sendo esse tipo de empecilho muitas vezes o responsável pela impossibilidade ou maior dificuldade das mulheres para se dedicar aos estudos, ao trabalho ou a outras atividades. De forma objetiva, Tatiane (entrevista semiestruturada, 2018) argumenta sobre o tipo de empecilho que o trabalho doméstico pode causar na vida de quem muito se dedica a ele: “Por causa dele eu não posso estudar”. Jandira (2018) que atua como professora do ensino básico detalha as peculiaridades ligadas ao uso do tempo: “Às vezes me atrapalha um pouco nos estudos do conteúdo pra dar na escola. Principalmente quando a mãe viaja” (JANDIRA, 22 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018).

Quinze mulheres afirmaram não ter (nem no presente e nem no passado) dificuldades relacionadas à execução do trabalho doméstico, e não quiseram ou não conseguiram justificar o porquê de não haver empecilhos. A **Facilidade de executar** as atividades foi apontada por duas mulheres como o motivo da não dificuldade, nas palavras de Bruna (entrevista semiestruturada, 2018): “Pra mim não. Dificuldade mesmo só porque não estudei, mas dentro de casa mesmo, não me engancha em nada”.

7.3.5.1.2. Trabalho de cuidados:

Assim como no caso do trabalho doméstico, das 15 mulheres que se dedicam ao trabalho de cuidados, a maioria afirma não ter empecilhos que se estejam ligados a realização desse trabalho (passado ou presente). Desse modo, seis mulheres disseram ter dificuldades e nove afirmaram não ter, conforme a **Tabela 27**:

Tabela 27. O preço do trabalho de cuidados realizado pelas mulheres do MONAF.

AS DIFICULDADES NAS VIDAS DAS PRÓPRIAS CUIDADORAS				
CATEGORIA	SUBCATEGORIA	Q.T.	SUBCATEGORIA	Q.T.
	1		2	
	<i>Têm dificuldades</i>	6	<i>Não têm dificuldades</i>	9
	<i>SOBRECARGA</i>	3	<i>POR QUE NÃO</i>	7
OS CUSTOS DO TRABALHO DE CUIDADOS PARA SI	COMPLEXIDADE	2	É UM PRAZER	2
	INADIABILIDADE	1		

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

A **Sobrecarga** é o principal empecilho citado pela subcategoria de respostas das mulheres que afirmaram possuir ou ter possuído dificuldades. Muitas vezes a sobrecarga das atividades de cuidados, atrapalha até mesmo na execução das atividades domésticas, por ocorrer de forma integral: “Por exemplo, eu tô bem ali fazendo uma comida e eles ta chorando e eu tenho que largar pra ir cuidar” (CAMILA, 40 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018).

Na subcategoria que representa a maioria de mulheres que diz não sentir dificuldades relacionadas aos cuidados, apenas (2) mulheres conseguiram ou quiseram justificar suas respostas, argumentado ser **Um prazer** realizar tais atividades de cuidados e, portanto não acreditam haver empecilhos e melhor dizendo: “Não (tem dificuldades). Porque eu tenho o maior prazer de cuidar deles” (GABRIELA, 46 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018). As demais (7) mulheres não explicaram.

A maioria das mulheres do MONAF que se dedicam ao trabalho doméstico de cuidados não remunerado, a percepção é a de que não se têm dificuldades para realizar um ou outro trabalho, o que contraria os estudos realizados por teóricas feministas. Em ambos os casos chama a atenção o fato de que a maioria das mulheres com esse posicionamento não souberam ou não quiseram justificar suas respostas. Sem a pretensão de desconsiderar as respostas das mulheres, podemos refletir sobre esse posicionamento usando outros aspectos levantados por elas e também as discussões presentes na teoria feminista.

Um ponto que deve ser levado em consideração é que a maioria das mulheres entrevistadas afirmou, por meio de estimativa em horas ou por meio de expressões de palavras, dedicar muito tempo ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. De modo que mesmo respondendo não notarem dificuldades ligadas à realização do trabalho reprodutivo, há implicitamente nas suas outras respostas, um custo relacionado ao tempo.

Esse grande dispêndio de tempo das mulheres às atividades domésticas e de cuidados tem sido relacionado tanto pela teoria feminista quanto por instituições de pesquisas econômicas como um dos fatores que acentua as desigualdades econômicas entre homens e mulheres; prejudicando a forma como as mulheres atuam no mundo público, ou seja: é maior, por exemplo, a dificuldade que têm de entrar no mercado e permanecer nele; além de haver uma tendência de buscarem trabalhos mais flexíveis que não as impeçam de cuidar da família

(FONTOURA: GONZALEZ, 2009; MORENO, 2013; SOUSA: GUEDES, 2016; IPEA, 2017).

A outra reflexão que se faz diz respeito a responsabilidade com o trabalho doméstico e de cuidados que tem sido naturalizada como algo que seria intrínseco à natureza das mulheres: desempenhar bem atividades domésticas como cozinhar, limpar, cuidar bem de outras pessoas, entre outras coisas (HIRATA: KEGOAT, 2007; SOUSA: GUEDES, 2016; PETARLY, 2016). Tal naturalização das supostas habilidades naturais das mulheres de fazer o trabalho reprodutivo acompanham a prerrogativa de que são elas que mais devem se ocupar de tal função. A partir de tais considerações, o que se pressupõe é que as respostas negativas das mulheres podem estar ligadas a esse tipo de construção social tida como natural, pois se para as mulheres, em geral é imposto que se dedicar e fazer bem esse tipo de atividade é coisa de mulher, admitir ter dificuldades em realizá-las seria como implicitamente dizer que se têm dificuldades em ser mulher ou de desempenhar o papel esperado do sexo feminino.

De modo que mesmo estando registrado que a maioria de mulheres afirma não notar dificuldades ligadas à prática do trabalho reprodutivo, ainda é possível discutir sobre os custos que apareceram implicitamente em outras partes da entrevista e também refletir sobre aqueles que têm sido apontados pela teoria feminista e pelas organizações de estudos econômicos.

A quantidade das mulheres que afirmaram ter dificuldades relacionadas à execução do trabalho doméstico e de cuidados foi considerável. Em ambos os casos, a diferença⁴⁹ na quantidade de mulheres entre o primeiro (das que não têm dificuldades) e o segundo posicionamento (das que têm dificuldades) foi apenas de três mulheres.

As principais dificuldades relacionadas respectivamente ao trabalho doméstico e de cuidados foram sobre: saúde, tempo e sobrecarga. Assim, na perspectiva da economia feminista, consideramos essas dificuldades como os principais custos do trabalho reprodutivo para as mulheres do MONAF (NOBRE et al., 2014; BARBOSA, 2017).

O primeiro desses custos reflete na saúde; sendo que nessa categoria, o principal problema de saúde mencionado foi: dores na coluna. Sem a possibilidade de saber se esse tipo de doença decorre da realização das atividades domésticas, o certo é que ser acometida por ela, segundo as mulheres, torna a sua lida de casa muito mais dificultosa. Embora no caso específico dos problemas de saúde das mulheres do MONAF não tenhamos como afirmar que é uma consequência de se dedicar ao trabalho reprodutivo, é possível dizer que na teoria

⁴⁹ Mulheres que relacionam dificuldades à realização do trabalho doméstico: 16; Mulheres que não relacionam: 19. Mulheres que relacionam dificuldades à realização do trabalho de cuidados: 6; Mulheres que não relacionam: 9.

feminista existem relações entre uma jornada extensiva de realização de atividades domésticas e de cuidados e, o adoecimento físico ou psíquico de mulheres urbanas e rurais (VIEZZER, 1993; CARRASCO, 2012).

O tempo e a sobrecarga são considerados sinônimos, e é outro tipo de custo do trabalho reprodutivo levantado pelas mulheres do MONAF, tem um grande impacto na forma como as mulheres participam na sociedade, limitando suas possibilidades de participar de atividades mercantis, educativas, de formação acadêmica e profissional, pessoais e mesmo de lazer. Segundo as mulheres do MONAF, é tempo que não sobra para: é tempo que não sobra pra trabalhar fora, estudar, se exercitar, chegando até mesmo a dificultar a realização de outras atividades em casa, como é o caso das mulheres que cuidam de crianças pequenas e precisam conciliar esses cuidados com a realização paralela de atividades domésticas como cozinhar, limpar a casa.

A teoria feminista, as organizações nacionais e internacionais e Sen (2010) elencam os problemas de uma jornada extensiva de trabalho reprodutivo ou de uma vida dedicada apenas a ele. Sen (2010) afirma que: o trabalho reprodutivo não remunerado feito nos lares exige muito tempo das mulheres. Além disso, para o autor supracitado, essa dedicação exaustiva por parte delas não contribui para a igualdade econômica e social entre os sexos.

Na perspectiva da expansão das liberdades humanas como modo de desenvolvimento, Sen (2010), argumenta que as mulheres precisam, por exemplo, ter e buscar um trabalho fora de casa, pois a obtenção de um trabalho remunerado conduz a uma visão e a uma situação de maior poder para as mulheres, dotando-a inclusive de maior poder de decisão na família. O que dificilmente ocorreria se se dedicassem apenas ao trabalho reprodutivo. Nesse sentido o custo-tempo que o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado tem na vida das mulheres do MONAF, pode ter como consequência o cerceamento de suas liberdades, atrapalhando suas possibilidades de ter uma renda, boa educação e de poder gozar dos direitos de igual que deveria ter.

Assim, se por um lado o trabalho doméstico e de cuidados das mulheres do MONAF tem contribuído para o bem-estar das pessoas que convivem com elas, por outro lado, os custos de saúde e tempo que gera, afeta a qualidade das suas vidas na medida em que pode privá-las de algumas liberdades.

Instadas a olhar também para a realidade de outras mulheres, as concepções que tinham até então sobre si mesmas não permaneceram. Vejamos a seguir o porquê.

7.3.5.2. Para as mulheres em geral “Às vezes ela não tem ninguém pra ajudar a cuidar... às vezes o marido é daqueles... machistavéi... gera muita dificuldade”.

7.3.5.2.1. Trabalho doméstico:

Diferente da percepção que tiveram a respeito do trabalho que faziam, quando perguntadas sobre a realidade de outras mulheres, 24 donas de casa do MONAF disseram acreditar haver empecilhos ou dificuldades relacionados à realização do trabalho doméstico em geral; existindo apenas quatro mulheres que responderam o contrário. Havendo ainda sete mulheres que não souberam ou não quiseram responder. Segue na **Tabela 28**:

Tabela 28. O preço do trabalho doméstico realizado pelas mulheres em geral.

DIFICULDADES DAS MULHERES EM GERAL COM O TRABALHO DOMÉSTICO				
CATEGORIA	SUBCATEGORIA	FREQ.	SUBCATEGORIA	FREQ.
	1		2	
	<i>Têm dificuldades</i>	<i>24</i>	<i>Não têm dificuldades</i>	<i>4</i>
OS CUSTOS DO TRABALHO DOMÉSTICO PARA AS MULHERES EM GERAL	<i>TEMPO</i>	<i>13</i>	<i>SE TIVER PREGUIÇA</i>	<i>2</i>
	“FUNÇÃO” DE MULHER	7	PORQUÊ NÃO	2
	ADOCIMENTO	2		
	REPETITIVO	1		
	NÃO GOSTAR DE FAZER	1		
	TOTAL DE MULHERES			

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

O empecilho mais citado nas respostas das mulheres que acreditam que as mulheres em geral têm ou já tiveram alguma dificuldade é o **Tempo**, contemplando as resposta de (13) mulheres. Uma das formas em que o **tempo** dedicado ao trabalho doméstico dificulta a vida das mulheres em geral é no impedimento de se dedicar a outras atividades, Taís (36 anos, entrevista semiestruturada, 2018), explica nessa perspectiva que: “Por exemplo, às vezes uma pessoa trabalha tanto dentro de casa, cuida de uma pessoa... que não tem tempo de trabalhar

fora”. Na mesma linha de raciocínio, Elza (24 anos, entrevista semiestruturada, 2018), reflete: “Porque muitas vezes (a mulher) sente vontade de fazer outras coisas, aí não pode, porque tem aquele dever, né”?

Não conseguir exercer a **Função de mulher** é o segundo fator mais lembrado por (7) mulheres do MONAF como um tipo de dificuldade na vida de algumas mulheres relacionado às atividades domésticas. Para Dalvina (30 anos, entrevista semiestruturada, 2018), a mulher que não quer ou sabe exercer esse tipo de função pode até mesmo ser alvo de mais violência doméstica, em suas palavras: “Tem gente que nunca pegou numa colher, quando casa... aí que vai apanhar mesmo”. Como se o “mau” desempenho nas atividades domésticas desse a outros uma desculpa para mais agressões num contexto em que a violência já é naturalizada (DALVINA, 30 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018).

Para outras mulheres, por outro lado, é o exercer imposto desse papel que pode trazer dificuldades para uma mulher. Em outra perspectiva, outras mulheres como Raimunda (35 anos, entrevista semiestruturada, 2018) acreditam que é o não gostar de cumprir a **função de mulher** que gera dificuldades, sendo que esse não gostar para algumas é sinônimo de preguiça ou como ela mesma diz: “Eu acho que nem todas gostam desse serviço não. Acho que tem umas que é preguiça mesmo”.

7.3.5.2.2. Trabalho de cuidados:

A maior parte das mulheres entrevistadas (20) acredita que o trabalho de cuidados exerce dificuldades na vida de outras mulheres. Cinco delas negaram tal situação e oito não quiseram ou não conseguiram responder. Segue na **Tabela 29**:

Tabela 29. O preço do trabalho de cuidados realizado pelas mulheres em geral.

AS DIFICULDADES NAS VIDAS DAS OUTRAS CUIDADORAS		
CATEGORIA	SUBCATEGORIA 1	Q.T.
	<i>JORNADA EXTENSA</i>	13
OS CUSTOS DOS CUIDADOS PARA OUTRAS MULHERES	COMPLEXIDADE DA ATIVIDADE	5
	INVISIBILIDADE	1
	SEM MOTIVO	1
	TOTAL	20

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

A **Jornada extensa** presente no trabalho de cuidados feito pelas mulheres foi o tipo de empecilho mais presente de forma direta ou indireta nas justificativas das mulheres, correspondendo à resposta de 13 entrevistadas. Na opinião de Larissa (2018), as dificuldades geradas por uma **Jornada extensa** pode impactar de forma negativa tanto a vida pessoal de uma mulher quanto até mesmo na vida profissional, em suas palavras:

Gera (dificuldades) porque às vezes a pessoa ta cuidando daquela pessoa e não pode nem cuidar da própria vida... já vi muitas mulheres que até passa necessidade porque precisa ta ali... por falta de creche, pras crianças (LARISSA, 59 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018).

Para justificar a sua concepção de que o desempenhar de atividades de cuidados gratuitos pode gerar dificuldades na vida de outras mulheres, Gleiciane (41 anos, entrevista semiestruturada, 2018) utilizou um exemplo de sua vida pessoal que afetou a ela e à sua irmã, explicando que: “Assim como eu, minha irmã, nós cuidamos do nosso pai até o fim... eu via a dificuldade por que ela trabalhava, tinha que vir em casa, aquela rotina...”.

A fala de Katarina (2018), de 54 anos, e de outras mulheres, revela que os problemas de uma longa jornada de trabalho podem ter suas peculiaridades; o primeiro tipo delas é que em alguns casos o cuidador já não possui algumas das habilidades exigidas para exercer esse tipo de função, como é o caso de quem já se tornou idoso e, além disso, ainda acontece de não se poder abrir mão desse tipo de responsabilidade pela impossibilidade de pagar um profissional, muitas vezes não importando as condições em que o cuidador se encontra (se idoso, doente, em dificuldades financeiras). Em suas próprias palavras:

Quer vê você pensa bem, uma pessoa de idade que tem neto, criança pra cuidar, é muito dificultoso... porque requer atenção o tempo todo. Também tem gente que não pode pagar por uma ajuda” (KATARINA, 54 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018).

Para (5) das 20 mulheres da **subcategoria 1**⁵⁰ as dificuldades existentes podem advir da **Complexidade da atividade** em si, como por exemplo, a necessidade de atenção constante, já classificada nas discussões acima como integral, que os cuidados dedicados a crianças pequenas podem exigir. No caso de Marilene a complexidade que os cuidados exigem está, às vezes, relacionado com o dispêndio de força física: “Nam porque, às vezes, a pessoa é pesada e tem dificuldade de pegar ele...” (MARILENE, 29 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018). Já para Fernanda (2018), o trabalho de cuidados pode ser complexo quando não existe renda para ofertar ao cuidador, ou outro recurso para auxiliar no

⁵⁰ Que agrupa os temas das respostas das mulheres que acreditam haver empecilhos na vida das mulheres que se dedicam aos cuidados gratuitamente.

cuidado de modo mais adequado: “Tem vez que a pessoa é idosa, aí não tem dinheiro pra comprar remédio... os cuidados que a pessoa precisa” (FERNANDA, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018).

Embora tenham existido cinco mulheres que afirmaram não haver dificuldades ou empecilhos na vida de outras mulheres ligados à execução do trabalho de cuidados gratuito, essas mulheres não souberam ou não quiseram justificar suas respostas.

Levadas a pensar sobre a realidade de outras mulheres que não elas mesmas, as donas de casas do MONAF, de forma majoritária, tiveram a percepção de que desempenhar atividades domésticas e de cuidados tem lá as suas dificuldades relacionadas. Os principais empecilhos apontados foram relativos: ao dispêndio de tempo e a sobrecarga que isso pode gerar e à “função de mulher”.

O tempo ou a rotina sobrecarregada de quem se dedica ao lar ou à família, como já vem sendo discutido, contribui para a manutenção das desigualdades entre os homens e as mulheres. Na medida em que se mantém uma proporção maior de mulheres do que de homens responsáveis pelo trabalho reprodutivo e também considerando que quanto maior é o tempo dedicado ao ambiente doméstico e à família, menores são as possibilidades de usar o tempo para outras coisas, como os estudos e à vida profissional. No caso específico da visão das donas de casa em relação às dificuldades que outras mulheres podem enfrentar, o que elas refletiram sobre esse tempo foi, sobretudo, que: algumas mulheres são impossibilitadas de trabalhar fora ou de estudar, muitas vezes pela impossibilidade de delegar a responsabilidade que tem com uma criança ou com um idoso; e que para aquelas que trabalham fora é difícil lidar com a dupla responsabilidade.

Essa percepção das mulheres do MONAF muito se alinha com a perspectiva da teoria feminista e de alguns estudiosos das ciências econômicas. A respeito da impossibilidade de se dedicar a outras atividades pela ausência de modos de delegação da responsabilidade com o trabalho doméstico e de cuidados (que recai principalmente para as mulheres), há estudos do IPEA (2017) que comprovam que não só as mulheres com, por exemplo, crianças pequenas, têm mais dificuldades em participar do mercado de trabalho quanto também vai mostrar que quando existem formas de delegar as responsabilidades, como por exemplo, disponibilizando creches, se tornam maiores as chances dessas mulheres no mercado de trabalho (BARBOSA: COSTA, 2017). Por outro lado, quando não se visibiliza o que esse tipo de custo tem na vida

das mulheres em geral, corre-se o risco de contribuir para a permanência de desigualdades entre os sexos, como a econômica⁵¹.

Ainda a falar sobre o que o custo-tempo tem na vida das mulheres em geral, outra observação apontada pelas mulheres residentes no MONAF foi a respeito dos problemas decorrentes da conciliação do trabalho remunerado e do trabalho reprodutivo não remunerado. Embora tenham descrito como o trabalho fora e dentro de casa, usaremos a definição de dupla jornada para tratar dessa dupla responsabilidade que paira, sobretudo, para as mulheres. Caracterizada pela conciliação da responsabilidade do trabalho produtivo com o trabalho reprodutivo, a dupla jornada é reflexo da chamada “revolução incompleta”, onde embora as mulheres tenham passado a também se dedicar a esfera produtiva, ainda permaneceram como as principais responsáveis pela esfera reprodutiva; não havendo uma divisão igualitária de responsabilidades entre homens e mulheres mesmo com as mudanças de papéis (VIEZZER, 1993; SOUSA: GUEDES, 2016; IPEA, 2017).

Na realidade percebida pelas mulheres do MONAF, a dupla jornada é um dos fatores que dificultam o seu dia-a-dia e das mulheres em geral, fazendo com que fiquem cansadas ou não consigam se dedicar a outras atividades. Para a teoria feminista, essa dupla jornada presente muito mais na vida das mulheres do que na dos homens, é o que permite explicar muitas das desigualdades econômicas entre os sexos, pois quanto mais alguém se dedica ao trabalho doméstico e de cuidados, menos capacidade tem para participar da esfera pública.

Esse tipo de custo do trabalho reprodutivo que também é uma realidade para as mulheres do MONAF, impacta de forma negativa na conquista de suas autonomias econômica e no próprio processo de desenvolvimento. Pois na perspectiva de se obter essa autonomia e a partir da ótica das expansões das liberdades humanas como uma condição de desenvolvimento, é necessário que as mulheres possam ter oportunidades iguais de ter um trabalho, uma renda, desempenhar o seu papel de cidadã, poder se dedicar aos estudos, à vida política e etc. (SEN, 2010; PEREIRA, 2012; BUTTO et al, 2014).

Outro tipo de dificuldade que as mulheres em geral têm, na concepção das donas de casa do MONAF, se relaciona com o não saber, o não gostar ou ter que exercer a “função de mulher”. No primeiro caso, as entrevistadas, acreditam que é difícil para uma mulher não

⁵¹ A quantidade de horas que as mulheres dedicam semanalmente ao trabalho doméstico é maior do que a dos homens, por outro lado, são elas que dedicam menos tempo ao trabalho produtivo remunerado no mercado. De forma semelhante, a quantidade de mulheres economicamente ocupadas é menor e a dos homens é maior. Enquanto isso, o Rendimento médio mensal dos homens é muito maior que o das mulheres. Na contramão, o que se tem é que mais de noventa por cento das mulheres afirmam se dedicar às atividades domésticas, enquanto que apenas pouco mais de cinquenta por cento dos homens afirmam o mesmo. (IPEA, 2017; PNAD, 2015).

saber fazer atividades domésticas porque isso vai tornar a execução do trabalho mais complicada e também porque a forma como essa mulher não vai ser bem vista pelas pessoas. No segundo tipo de visão, acredita-se que algumas mulheres podem considerar as atividades domésticas e de cuidados difíceis por que não gostam ou porque têm preguiça de fazer; sendo também que não gostar e ter preguiça foram apontados como sinônimos. O terceiro caso trata da concepção de que, em alguns casos, ter que exercer essa função pode ser um empecilho na vida das mulheres na medida em que as impede de fazer coisas para si, como estudar. Sobre o último caso, uma das mulheres explica: “Que nem muitas vezes fica sem estudar... quando é casada, o marido não deixa estudar porque atrapalha pra fazer comida” (TATIANE, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018).

A primeira reflexão que se faz a partir desse conjunto de concepções das mulheres do MONAF é que para a teoria feminista a “função” de mulher é na verdade uma construção social e histórica que tem sido imposta como um conjunto de características femininas naturais quando de fato não o são (HIRATA et al., 2009; SABBATO et al., 2009; ENRIQUEZ, 2012). Não obstante o que afirma a teoria, na prática ainda predomina a divisão dos papéis e das características entre homens e mulheres, onde cada um é considerado detentor de certas habilidades e aptidões e de outras não.

De modo que a imposição dessa separação faz com que as dificuldades apontadas pelas mulheres do MONAF a respeito de outras donas de casa sejam uma realidade, pois a mulher que não gosta ou não sabe cumprir aquilo que é esperado dela enquanto sexo feminino não é bem vista, por estar transgredindo uma divisão sexual do trabalho tradicional tida como natural (COMISSÃO ESTADUAL DAS TRABALHADORAS RURAIS, 1994; HIRATA e KEGOAT, 2007; SABBATO *et al.*, 2009).

As mulheres residentes no MONAF também apontam que quando se é obrigada a cumprir com o papel predominantemente esperado pelas mulheres, existem empecilhos na vida delas que se dão pela impossibilidade de dedicar tempo a atividades no mundo público que fazem parte das liberdades e direitos necessários na vida de um ser humano (SEN, 2010). O apontamento do tipo de custo que o trabalho reprodutivo tem na vida das mulheres em geral, é assim como no MONAF, uma realidade na vida de outras mulheres classificadas como rurais⁵².

⁵² Sendo possível verificar tanto a predominância das mulheres nas atividades reprodutivas quanto os tipos de dificuldades que isso pode gerar econômica e socialmente para o sexo feminino em trabalhos em nível de Brasil como das autoras (es) referenciadas: Viezzer, (1993); Silva; Schneider, (2010); Torres; Rodrigues, (2010); e no estado do Tocantins, como: Parente: Guerrero, (2012); Parente, (2015).

Em suma, levando em consideração os depoimentos das mulheres do MONAF e a teoria aqui abordada, o que se tem é que embora o trabalho doméstico e de cuidados seja considerado gratuito, na verdade existem custos relacionados à sua execução que têm sido assumidos de forma predominante pelas mulheres.

No geral, são custos relacionados ao grande tempo que é dedicado à sua realização para aqueles que o assumem integralmente; a dupla jornada que pode levar ao adoecimento físico e psíquico e também a limitações nas possibilidades de fazer outras atividades econômicas, educativas ou pessoais; e à forma como uma mulher pode ser vista na sociedade quando não corresponde ao que tradicionalmente se espera de uma pessoa do sexo feminino.

Para o quantitativo de 51% de donas de casa residentes no MONAF, que participaram dessa pesquisa e que se dedicam integralmente ao trabalho reprodutivo e para as demais que, além disso, também desempenham atividades remuneradas; a dedicação ao trabalho doméstico e/ou de cuidados envolve principalmente custos à sua saúde e ao seu tempo. Na perspectiva feminista de se buscar a autonomia econômica das mulheres e na concepção de buscar um desenvolvimento que leva em conta a expansão das liberdades humanas, mostrar os custos do trabalho reprodutivo é também apontar algumas das causas das desigualdades, existentes e muitas vezes tornadas invisíveis, entre mulheres e homens. Pois se é certo que o trabalho reprodutivo feito por mulheres como as do MONAF legam a sua contribuição para o bem-estar das pessoas que as rodeiam, é certo também que de forma inversa pode gerar custos que distanciam essas mesmas mulheres da conquista de suas autonomias e liberdades essenciais.

7.3.6. NECESSIDADE DE AUXÍLIO EXTERNO; PROBLEMA DE QUEM? MEU OU NOSSO? “É uma coisa que pra mim é muito difícil responder... por exemplo, se fosse asfaltada diminuiria a poeira... se tivesse coleta regular de lixo” [...] “Sim. Acho que uma creche né? Que se as pessoas trabalhassem... não tinha que pagar outra pessoa pra cuidar”.

O Estado e a sociedade têm um papel a cumprir em relação à busca de uma menor sobrecarga da responsabilidade, muitas vezes imposta, pelo trabalho doméstico e de cuidados não remunerado que existe na vida das mulheres. Assim as mulheres residentes no MONAF foram interrogadas sobre o que achavam que seus governos (municipal, estadual ou federal) ou mesmo sua comunidade, poderiam fazer para facilitar suas vidas enquanto donas de casa.

7.3.6.1. Trabalho doméstico:

Para 15 das 35 mulheres que participaram das entrevistas não existe nada que o governo (municipal, estadual ou federal) ou a sociedade poderia fazer para facilitar as suas rotinas enquanto donas de casas. Não obstante, para 10 mulheres existe algo que poderia ser feito, conforme exposto na **Tabela 30**. Havendo ainda nove mulheres que se abstiveram ou não conseguiram responder.

Tabela 30. Do que a dona de casa precisa.

“AJUDA” EXTERNA ÀS DONAS DE CASA		
CATEGORIA	SUBCATEGORIA 1	Q.T.
ASSISTÊNCIA EXTERNA ÀS TAREFAS DOMÉSTICAS	<i>RENDA</i>	6
	SERVIÇOS PÚBLICOS	3
	CONSCIENTIZAÇÃO	1
	TOTAL DE MULHERES	10

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

A **Renda** foi o tema mais destacado na resposta de (5) mulheres como algo que poderia melhorar os seus dia-a-dias de donas de casa. Para Fernanda (23 anos, entrevista semiestruturada, 2018), essa renda poderia vir por meio da oferta de um trabalho: “Podia dá mais serviço (remunerado), a gente caça serviço e não acha...”. Para outras mulheres a necessidade de ganho dessa renda poderia vir ajudar na possibilidade de pagar alguém para fazer o serviço doméstico dentro de casa; para Jaciara (2018) que em outra questão disse

rachar os pés quando usava produtos de limpeza nas atividades domésticas, argumentou: “Que eles podia me aposentar pra eu ficar só dentro de casa... ajudava que eu ia pagar outra pessoa pra fazer e não ia machucar meus pés” (JACIARA, 39 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018).

O oferecimento de certos **Serviços públicos (3)** também foi lembrado como algo que melhoraria a vida da dona de casa. Para Gabriela que trabalha em uma escola na zona de expansão urbana e se desloca todo dia para a fazenda onde vive, uma melhora no trajeto que percorre já seria positivo para ganhar tempo em sua rotina de trabalho remunerado e não remunerado, em suas palavras: “Só arrumar minha estrada e pronto. Se arrumasse ela eu chegava aqui (na escola onde trabalha) em dois tempos” (GABRIELA, 46 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018).

7.3.6.2. Trabalho de cuidados:

Das 15 mulheres que se dedicavam aos cuidados no MONAF, apenas 5 afirmaram não haver algo benéfico a ser feito pelo governo ou sociedade que poderia melhorar sua vida de dona de casa que cuida de alguém, segue na **Tabela 31**.

Tabela 31. Do que a cuidadora precisa.

PROMOÇÃO DE CUIDADOS E MEIOS PARA OS CUIDADORES		
CATEGORIA	SUBCATEGORIA 1	Q.T.
ASSISTÊNCIA EXTERNA AOS CUIDADOS	<i>SERVIÇOS PÚBLICOS</i>	8
	RENDA	1
	SOLIDARIEDADE	1
	TOTAL	10

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

Considerando as **10** mulheres que disseram haver algo a ser feito pelo governo ou sociedade, a maioria delas respondeu que a oferta de **Serviços públicos (8)** seria o que poderia facilitar o seu dia-a-dia. Em alguns casos, a disponibilidade de remédios, cadeiras de rodas e acesso a serviços de saúde gratuitos e próximos, é o que é lembrado nas respostas das mulheres, como mecanismos que as ajudariam a cuidar melhor dos seus familiares ou pessoas próximas; ou como explica Gleiciane (entrevista semiestruturada, 2018): “Eles podia ter mais planos, né? Pras crianças. Que nem aqui, a gente leva uma neta pra consultar; tem que ir a Araguaína, fazer um exame, uma coisa... devia fazer aqui mesmo”.

Outro tipo de serviço público bem recordado na fala das mulheres são as creches. Taís (36 anos, entrevista semiestruturada, 2018), quando questionada respondeu que: “Pra quem tem filhos pequenos, acho que sim (o governo poderia fazer algo). Pois poderia ter uma creche, colégio em tempo integral... pois são coisas que ajudariam muito”.

Embora só tenha sido mencionado por uma mulher, chama a atenção o caso em que a **solidariedade** da comunidade em que vive é invocada pela mãe de um rapaz com problemas mentais. Segundo Elizabeth (entrevista semiestruturada, 2018): “Ele⁵³ dá muito trabalho porque ele bebe e eu já saí pedindo por aí (na vizinhança) pra ninguém dá bebida pra ele, mas... se o povo ajudasse, não aconteceria essas coisas”.

Foram poucas as mulheres que disseram que o governo e a sociedade poderiam contribuir na melhora da qualidade de vida enquanto donas de casa e/ou cuidadoras. A partir da teoria utilizada, acredita-se que esse número reduzido se deve à prática de considerar o trabalho reprodutivo como um problema da família e mais especificamente das mulheres (NOBRE *et al.*, 2014).

Dentre as possibilidades de assistência externa, as mais citadas pelas mulheres estiveram relacionadas à renda e ao fornecimento de alguns serviços públicos. Para as mulheres do MONAF, seria positivo: ter um trabalho remunerado que até mesmo lhes possibilitaria pagar uma pessoa para assumir as suas tarefas reprodutivas ou para cuidar melhor dos seus filhos; ter estradas boas, para as que moram na fazenda e trabalham na cidade, para poder chegar do serviço em casa mais rapidamente e vice-versa; contar com creches, escolas integrais e serviços de saúde em tempo integral.

A respeito do primeiro tipo de anseio das mulheres do MONAF que é relacionado à obtenção de uma renda, a teoria utilizada fornece suporte de que é um item que contribui para a conquista da igualdade ou autonomia econômica das mulheres (SEN, 2010; BUTTO *et al.*, 2014). Com relação à utilização de uma renda para o pagamento de outra pessoa que viesse assumir parte ou a totalidade das funções domésticas e de cuidados, algumas ressalvas; embora esta seja uma das formas em que as mulheres com mais dinheiro conseguem abrir mão de parte das responsabilidades impostas relativas ao ambiente doméstico e à família, é necessário dizer que essa forma de divisão do trabalho acaba por recriar desigualdades entre as próprias mulheres uma vez que são elas que predominam no emprego doméstico e este

⁵³ O filho às vezes bebe e a mãe o busca na rua, evitando que fique abandonado ou que se envolva em acidentes ao transitar nas ruas (principalmente perto das rodovias de acesso à cidade de Filadélfia-TO e de Goiatins-TO).

ainda é um trabalho desvalorizado (GUÉRIN, 2005; HIRATA; KERGOAT, 2007; PNAD, 2013; IPEA, 2017).

O segundo anseio é por serviços públicos. Há evidências comprovadas pelos estudos do IPEA (2017), que quando existem, por exemplo, creches públicas, há um aumento de mulheres que conseguem entrar no mercado de trabalho (BARBOSA; COSTA, 2017). Embora poucas mulheres saibam ou tenham expressado as formas como o governo e a sociedade, e inclusive as suas próprias famílias podem e devem contribuir na divisão das responsabilidades com o trabalho doméstico e de cuidados não remunerados; é fato que os custos de tempo e esforço com o trabalho reprodutivo devem ser assumidos por todas as esferas, públicos e privados, e não somente pelas mulheres (SPECHT, 2009; NOBRE *et al.*, 2014; BARBOSA; COSTA, 2017).

Considerando que é o peso da responsabilidade majoritária das mulheres com o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado que muitas vezes as distanciam de suas realizações pessoais e da igualdade social e econômica em relação aos homens; resolver a tradicional e desigual divisão sexual do trabalho é aproximá-las da revolução “total” que as libertou de apenas parte dos papéis subalternos impostos às mulheres. Dividir esse peso de forma igual entre os membros da família, a sociedade, o governo e o mercado é contribuir para que as mulheres possam também fazer parte de um desenvolvimento com foco na expansão das liberdades humanas. Diferente do que é na atualidade, onde principalmente as mulheres contribuem para a manutenção de uma economia e uma sociedade que as tem, na maioria das vezes, como invisíveis. Liberdades humanas estas que até hoje as mulheres, muitas vezes, abrem mão em nome de sua natureza imposta, tenham escolhido ou não.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa procurou identificar os aspectos socioeconômicos do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado das mulheres que residem na Unidade de Conservação Integral Monumento Natural das Árvores Fossilizadas. A partir das entrevistas realizadas com as 35 mulheres que participaram do estudo, foi possível atingir os objetivos propostos.

Para a descrição da área física onde as coletas foram realizadas, fez-se o uso das informações contidas no Plano de Manejo com o auxílio das observações e imagens digitais obtidas durante os intervalos das entrevistas. Isso permitiu a complementação de informações não contidas no documento supracitado; a presença de um posto de combustível e da sede do MONAF; e também, a reafirmação da atual existência da confecção de produtos artesanais por algumas mulheres, as condições das ruas e casas, a produção de hortas e criação de animais pelas mulheres.

As mulheres entrevistadas têm uma idade média de 39 anos e são predominantemente casadas e pertencentes ao nível de escolaridade de ensino fundamental incompleto. A maior parte das mulheres do MONAF: tem a ocupação de donas de casa e mesmo as que têm um trabalho remunerado se dedicam a profissões consideradas femininas; considera ter qualidade de vida ou bem-estar vivendo no MONAF principalmente por causa da tranquilidade e proximidade presentes; dedica de 4 a 6 horas por dia ao trabalho doméstico. Além do tempo em horas, 11 dessas mulheres atribuíram outras noções de tempo como, por exemplo, a de ser um trabalho feito o dia todo.

As 15 mulheres que se dedicavam ao trabalho de cuidados tiveram ainda mais dificuldades de expressar o tempo em horas (apenas quatro conseguiram), sendo que as demais classificaram esse tempo como integral. Em relação aos motivos alegados pelas mulheres para realizar o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado houve uma predominância daquelas que disseram fazer por obrigação (os dois tipos de trabalho). Essa obrigação muitas vezes é tida como natural para umas e como algo imposto para outras.

Embora algumas mulheres tenham afirmado que compartilham as atividades domésticas e de cuidados com a família, na maioria dos casos essas pessoas trabalham menos do que as donas de casa entrevistadas e em ambos os casos a filha foi a pessoa mais citada como ajudante nas tarefas. O que demonstra a permanência do princípio da separação na

divisão sexual do trabalho em que homens e mulheres são destinados a diferentes funções na família e na sociedade.

No tópico relativo aos aspectos do trabalho reprodutivo foram apresentados e discutidos as principais concepções que as mulheres tinham sobre esse trabalho e as principais características do trabalho em si.

Segundo as mulheres do MONAF, na maioria das vezes, as suas famílias valorizam o trabalho reprodutivo que elas fazem porque produz bens e serviços que outros precisam ou supre necessidades e requer esforço. No entanto, teoricamente, esse valor dispensado não é o mesmo que se daria a um trabalho remunerado e não chega a ser o bastante para que as donas de casa tenham igualdade social e econômica. O que chegou a ser apontado por outras mulheres.

A respeito da importância que as próprias mulheres dão ao trabalho que fazem, na maior parte das vezes, elas afirmaram valorizá-lo principalmente por sentirem a sensação de dever cumprido. A partir do quê foi feita uma reflexão sobre a forma como esse dever da mulher é muitas vezes imposto e que acaba contribuindo para a perpetuação das desigualdades socioeconômicas entre homens e mulheres.

Diferente do que elas acharam do próprio trabalho, a maioria das mulheres, afirmou acreditar que, no geral, o trabalho doméstico não é valorizado pela sociedade principalmente porque as pessoas não reconhecem o esforço necessário para a sua execução, assim como as teóricas feministas afirmam. Já em relação ao trabalho de cuidados, a maior parte delas continuou a acreditar que existe uma valorização por parte da sociedade e novamente foi problematizado o quanto esse valor ainda é menor quando comparado ao trabalho produtivo remunerado. Pois na atual configuração da economia e da sociedade o que é monetário e “masculino” tem muito mais valor do que o que não é.

Para as mulheres do MONAF, exceto duas, o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, que fazem, ajuda ou contribui para o bem-estar das pessoas que convivem com elas, na medida em que: garante comida feita, roupa e ambientes limpos, carinho, cuidados relativos à educação e higiene de incapazes e na hora em que precisam. No caso do trabalho doméstico, o marido, foi a pessoa mais citada como recebedora desse tipo de atividade. E em relação aos cuidados, os filhos, foram as pessoas mais mencionadas. Na perspectiva da sustentabilidade da vida e na do desenvolvimento como liberdade, o trabalho reprodutivo de mulheres residentes no MONAF produz uma riqueza essencial para o sustento da vida

humana e compõe o conjunto de satisfação das necessidades que as pessoas podem ter e que nem sempre podem ser supridas por uma renda.

Sobre a existência dos custos ou dificuldades que o trabalho reprodutivo pode gerar, a maior parte das respostas das mulheres foi negativa; revelando uma contradição. Pois embora tenham dito que não tinham dificuldades, elas revelaram dispendiar muito tempo à sua dedicação e este por si só é um dos maiores custos advindos da prática do trabalho doméstico e de cuidados. Não obstante, houve um considerável quantitativo de mulheres que afirmaram ter custos ou dificuldades na execução do trabalho reprodutivo; principalmente custos à sua saúde e tempo que poderiam dedicar a outras atividades.

Diferente da perspectiva que tiveram sobre suas vidas, um número apreciável de mulheres disseram acreditar que o trabalho doméstico e de cuidado pode gerar custos e dificuldades na vida de outras mulheres. Em consonância com a teoria, o principal custo mencionado pelas mulheres, relacionava-se à grande exigência de tempo, às situações de jornada extensa ou de dupla jornada e a conseqüente dificuldade de se dedicar a outras atividades pessoais, sociais ou econômicas.

Para as poucas mulheres que conseguiram verbalizar os anseios relativos a uma melhora no seu dia-a-dia enquanto donas de casa, os mais mencionados foram; a obtenção de uma renda e de serviços públicos. Além da comprovação de que a renda favorece uma posição social de igualdade para as mulheres, a oferta de serviços públicos como creches e escolas em tempo integral também aproxima as mulheres de uma situação em que os sexos são social e economicamente iguais.

A partir da apresentação e discussão dos resultados foi possível comprovar as duas hipóteses iniciais a respeito do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado das mulheres residentes no MONAF. Pois a partir das respostas das mulheres conferidas com a teoria feminista e com a do desenvolvimento como liberdade foi possível concluir que: a) o trabalho doméstico e de cuidados realizado pelas mulheres do MONAF contribui para o bem-estar das pessoas que com elas convivem na medida em que supre suas necessidades essenciais que não poderiam ser supridas totalmente por meio de uma renda: os filhos pequenos, idosos e doentes são cuidados, alimentados e limpos, os maridos e os filhos encontram a comida pronta quando chegam do trabalho e da escola e por se dedicarem menos as atividades domésticas conseguem se dedicar melhor e pontualmente a atividades econômicas e educativas, etc. b) mesmo as mulheres que contam com o auxílio de seus familiares o obtém em caráter de ajuda e não de divisão igual; que o tempo que dedicam é

grande a ponto de muitas vezes ser considerado como integral; e que embora as donas de casa do MONAF aleguem, na maior parte das vezes, valorizar ou ser valorizada pelo trabalho que fazem, essa percepção de valor que têm não chega ao ponto de notar que essa importância dada é menor do que a que se dá a um trabalho produtivo e remunerado e que não as aproxima da igualdade social e econômica em relação ao sexo masculino.

Portanto, ao mesmo tempo em que as mulheres do MONAF contribuem para o desenvolvimento de uma comunidade com mais bem-estar, são alijadas de grande parte desse bem-estar e do ideal de expansão das liberdades humanas na medida em que o trabalho reprodutivo que fazem exige, por exemplo, tanto tempo delas que prejudica a participação que poderiam ter no mundo público e na conquista de liberdades essenciais. Não obstante os custos, a contribuição que elas dão por meio da produção de riqueza não monetária é ainda pouco valorizada e contabilizada; principalmente porque, embora exista uma interdependência entre a esfera produtiva e reprodutiva, tradicionalmente o que é produtivo, remunerado e masculino está hierarquicamente acima do que é reprodutivo, não remunerado e feminino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACTIONAID. **Acesso à terra, território e recursos naturais: a luta das quebradeiras de coco babaçu.** Brasil, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:

<http://actionaid.org.br/wpcontent/files_mf/1493418575quebradeiras_actionaid_port_rev1.pdf>. Acesso em: 31/05/18.

ACTIONAID. **Impactos da Expansão do Agronegócio no Matopiba: Comunidades e Meio Ambiente.** Brasil, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

<<http://actionaid.org.br/publicacoes/impactos-Ada-expansao-do-agronegocio-no-matopiba-comunidades-e-meio-ambiente-2/>>. Acesso em: 29/02/18.

ÁVILA, Maia Betânia; FERREIRA, Verônica. **Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras.** In: *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres.* Org. ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. p. 13-50. Instituto Patrícia Galvão, Recife, 2014.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; COSTA, Joana Simões de Melo. **Oferta De Creche E Participação Das Mulheres No Mercado De Trabalho No Brasil.** In: *Mercado de trabalho: conjuntura e análise.* IPEA. Brasília: Ministério do Trabalho, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2º reimpressão da 1ª edição, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação.** Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 19/06/17.

BRITO, Fernanda Pereira de. **A composição de renda das mulheres de Goiatins.** Trabalho de conclusão de curso (Tecnologia em Gestão de Cooperativas), Universidade Federal do Tocantins, 2016.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado?** Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006.

BUTTO, Andréa; DANTAS, Conceição; HORA, Karla; NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu (org.) **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014, 132p.

CARRASCO, Cristina. **Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista.** In: *Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana.* SILVEIRA, Maria Lúcia; TITO, Neuza (Orgs). São Paulo: SOF, 2008.

CARRASCO, Cristina. **Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres.** Tradução José Valenzuela Perez. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2012.

CARRASCO, Cristina; TELLO, Enric. **Apuntes para una Vida Sostenible.** In: Xarxa de Consum Solidari y Marcha Mundial de las Mujeres. *Tejiendo alianzas para una vida sostenible Consumo crítico, feminismo y soberanía alimentaria.* Barcelona, setembro de 2013.

COMISSÃO ESTADUAL DAS TRABALHADORAS RURAIS. **Trabalhadoras rurais, sua vida, seu trabalho, sua organização e lutas. 2º edição. Belo Horizonte - MG: COMISSÃO ESTADUAL DAS TRABALHADORAS RURAIS, 1994.**

CORTES, Soraya M. Vargas. **Como fazer análise qualitativa de dados.** In: Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em conhecimento. Organização: BÊRNI, Duilio de Avila. São Paulo, Saraiva, 2012.

DIAS-BRITO, D.; ROHN, R.; CASTRO, J.C.; DIAS, R.R.; RÖSSLER, R. Floresta Petrificada do Tocantins Setentrional: O mais exuberante e importante registro florístico tropical-subtropical permiano no Hemisfério Sul. In: WINGE, M.; SCHOBENHAUS, C.; BERBERT-BORN, M.; QUEIROZ, E.T.; CAMPOS, D.A.; SOUZA, C.R.G.; FERNANDES, A.C.S. (Ed.). **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil.** Brasília: CPRM, 2009. Cap. 2. p. 337-354. Disponível em: < http://sigep.cprm.gov.br/sitio104/sitio104_impresso.pdf>. Acesso em: 02/06/18.

DI SABBATO, Alberto; MELO, Hildete Pereira de; LOMBARDI, Maria Rosa; FARIA, Nalu. Organização de Andrea Butto. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres.** Brasília: MDA, 2009.

ENRIQUEZ, Corina Rodríguez. Análise econômica para a igualdade: as contribuições da economia feminista. In: *Orçamentos sensíveis a gênero: conceitos.* JÁCOME, Márcia Laranjeira; VILLELA, Shirlhey. Brasília, ONU Mulheres, 2012.

FARIA, Nalu. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural.** In: *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres.* DI SABBATO, Alberto; MELO, Hildete Pereira de; LOMBARDI, Maria Rosa; FARIA, Nalu. Organização de Andrea Butto. Brasília: MDA, p. 11-28, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio.** Coordenação: Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. 4ª edição. Curitiba, Editora Positivo, 2009.

FONTOURA, Natália de Oliveira; GONZALEZ, Roberto. **Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade?** IPEA: mercado de trabalho, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GOUVEIA, Taciana. **Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras.** Observatório da Cidadania, 2003. Disponível em: <http://www.socialwatch.org/sites/default/files/pdf/en/panorbrasileiroa2003_bra.pdf>. Acesso em 24/04/18.

GUÉRIN, Isabelle. *As mulheres e a economia solidária* (2005), tradução: Nicolás Nyimi Campanário. Título original: *Femmes ET économiesolidaire*, Paris, 2003.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER; Danièle (org.). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, 2007.

IANNUZZI, R., NEREGATO, R., CISNEOS, J. C., ANGIELCZYK, K.D., RÖSLER, R., ROHN, R., MARSICANO, C., FRÖBICH, J., FAIRCHILD, T., SMITH, R, M.H., KURZAWA, F., RICHTER, M., LANGER, MAX, C., TAVARES, T.M.V., KAMMERER, C.F., CONCEIÇÃO, D.M., PARDO, J.D., ROESLER, G. Re-evaluation of the Permian macrofossils from the Parnaíba Basin: biostratigraphic, palaeoenvironmental and palaeogeographical implications.: DALY, M. C., FUCK, R. A., JULIÀ, J., MACDONALD, D. I. M. & WATTS, A. B. (eds) *Cratonic Basin Formation: A Case Study of the Parnaíba Basin of Brazil.* Geological Society, London, Special Publications, 472, 2018. Disponível em: <<http://sp.lyellcollection.org/content/early/2018/07/02/SP472.14>>. Acesso em: 20/07/18.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta.** Rio de Janeiro, 2013.

INSITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Mercado de trabalho: conjuntura e análise.** Brasília: Ministério do Trabalho, 2017.

INSITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015.** 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_g_enero_raca.pdf>. Acesso em: 01/08/17.

TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS. SITE. **Marcha das Margaridas.** Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=139>. Acesso em: 04/06/2018.

MACHADO, Maíra Saruê. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação?** In: *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres.* Org. ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. p. 51-76. Instituto Patrícia Galvão, Recife, 2014.

MARCONDES, Mariana Mazzini. **O dia deveria ter 48 horas: práticas sociais do cuidado e demandas das mulheres brasileiras por políticas públicas para a sua democratização.** Org. ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. p. 79-104. Instituto Patrícia Galvão, Recife, 2014.

MELO, Hildete Pereira de; DI SABBATO, Alberto. **Gênero e Trabalho Rural 1993/2006**. In: *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. DI SABBATO, Alberto; MELO, Hildete Pereira de; LOMBARDI, Maria Rosa; FARIA, Nalu. Organização de Andrea Butto. Brasília: MDA, p.31-117, 2009.

MIRANDA, Edna Lopes; FIÚZA, Ana Louise Carvalho. **Movimentos Sociais Rurais No Brasil: O Estado Da Arte**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba-SP, Vol. 55, Nº 01, P. 123-136, 2017.

MORENO, Renata Faleiros Camargo. **Além do que Se Vê, Uma Leitura das Contribuições do Feminismo Para a Economia**. Dissertação (mestrado em Ciências Humanas e Sociais) UFABC – Universidade Federal Do ABC, 2013.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. SITE. **História**. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>>. Acesso em: 07/03/2018.

NOBRE, Miriam Nobre Pacheco, MIGUEL, Maysa Mourão; MORENO, Renata; FREITAS, Tais Viudes de. **Economia Feminista E Soberania Alimentar: Avanços E Desafios**. Sempre Viva Organização Feminista. Brasil, 2014. Disponível em: <<http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2015/07/ECONOMIA-FEMINISTA-E-SOBERANIA-ALIMENTAR.pdf>> Acesso em: 25/07/17.

ONU MULHERES. **Mais Igualdade Para as Mulheres Brasileiras: Caminhos de Transformação Econômica e Social**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/05/encarte-Mais-igualdade-para-as-mulheres-brasileiras_site_v2.pdf>. Acesso em: 10/10/17.

OLIVEIRA, T.M.V. de. **Amostragem não probabilística: Adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas**. Administração on line, v. 2, n. 3. 2001. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo__amostragem_ao_probabilistica_a_dequacao_de_situacoes_para_uso_e_limitacoes_de_amostras_por_conveniencia.pdf>. Acesso em 08/08/18.

PARENTE, Temis Gomes; GUERRERO, Olaya Fernández. **O desempoderamento das mulheres dos reassentamentos rurais em Porto Nacional (TO, Brasil)**. Revista História Oral, v. 14, n. 2 e v. 15, n. 1, p. 177-201, 2012.

PARENTE, Temis Gomes. **Gênero e (in)sustentabilidade de mulheres nos reassentamentos rurais da Usina Hidrelétrica de Estreito – Tocantins**. Revista OPSIS, Catalão, v. 15, n. 2, p. 399-416, 2015.

PAULILO, Maria Ignez S. **FAO, Fome e Mulheres Rurais**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.56, n 2, p.285 a 310, 2013.

PEREIRA, Amanda Gonçalves. **Divisão Sexual Do Trabalho: Limitação À Igualdade De Gênero E Ao Desenvolvimento**. 2012. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/download/375/211>>. Acesso em: 10/05/18.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS: **síntese de indicadores 2015**. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. 108 p. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS: **síntese de indicadores 2013**. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

PETARLY, Renata Rauta. **Economia Solidária e Feminista: apontamentos sobre a representação social do trabalho doméstico pelas mulheres de Araguaína/TO**. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 148 - 158, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani. **Cesar de Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2017. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/filadelfia_to>. Acesso em: 15/06/17.

QUINTELA, Sandra. **Economia Feminista e Economia Solidária: sinais de outra economia**. Rio de Janeiro, PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, 2006.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia, Editora Assis, 544 p. 2009.

SABBATO, Alberto Di; MELO, Hildete Pereira de; LOMBARDI, Maria Rosa; FARIA, Nalu. Organização de Andrea Butto. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na Sociedade de Classes**. São Paulo, 3ª edição, Expressão Popular, 2013.

SALES, Celecina de Maria Veras. **Mulheres Rurais: Tecendo Novas Relações e Reconhecendo Direitos**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 15(2), 2007.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo-SP: Círculo do Livro, 1999.

SANTOS, Gleys Ially Ramos Dos. **MULHERES EM MOVIMENTO... : Os limites do espaço e do gênero em face do movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Tocantins**. Tese (doutorado em Geografia) -, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal De Goiás – UFG, 2013.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE. **Plano De Manejo Do Monumento Natural Das Árvores Fossilizadas Do Estado Do Tocantins**. Governo do Estado do Tocantins, 2005.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. **Perfil Socioeconômico dos Municípios**. Governo Do Estado Do Tocantins, 2017. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/340160/>>. Acesso em: 15/06/17.

SEN, Amartya; tradução Laura Teixeira Motta. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Carolina Braz de Castilho E; SCHNEIDER, Sergio. **Gênero, trabalho rural e Pluriatividade**. In: *Gênero e geração em contextos rurais*. Organizadores Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.

SPECHT, Analine Almeida. **Economia Feminista**. Cadernos Brasil Local: Desenvolvimento e Economia Solidária, Suplemento Julho, a. 2009, p. 04-12. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://portal.mda.gov.br/o2776316&ved=0ahUKEwje-NiRo9DVAhWivJAKHSuGCrkQFggdMAA&usg=AFQjCNH98IA5cJHErm56RI6W2dj6supYdA>> Acesso em: 21/06/17.

TAVARES, Tatiane Marinho Vieira; AIRES, Hermísio Alecrim; PIRES, Etienne Fabbrin; ROHN, Rosemarie. **Monumento Natural Das Árvores Fossilizadas Do Tocantins: Contribuições E Desafios**. Revista Desafios: v. 03, n. 02, 2016.

TORRES, Iraíldes Caldas; RODRIGUES, Luana Mesquita. **O trabalho das mulheres no sistema produtivo da várzea amazônica**. In: *Gênero e geração em contextos rurais*. Organizadores Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.

VIEZZER, Moema. **Com garra e qualidade, mulheres em economias sustentáveis: agricultura e extrativismo**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Rede Mulher, 1993.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Daniel Grassi – 2 ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001.

ANEXO 1

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS DAS MULHERES DO MONUMENTO NATURAL DAS ÁRVORES FOSSILIZADAS DO TOCANTINS/FILADÉLFIA-TO.

Pesquisador: Tatiane Marinho Vieira Tavares

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 89174718.0.0000.5519

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Tocantins

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.702.483

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa objetiva identificar e compreender os aspectos sociais e econômicos do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado realizado pelas mulheres que residem na Unidade de Conservação Integral do Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (MONAF).

Para isso busca-se traçar o perfil das trabalhadoras que executam o trabalho doméstico e de

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uf@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 2.702.483

Pesquisadores	rdenadora_Projeto.pdf	17:20:04	Vieira Tavares	Aceito
Outros	7_Declaracao_Ciencia_Protocolo_Pesquisa.pdf	16/02/2018 17:19:27	Tatiane Marinho Vieira Tavares	Aceito
Orçamento	6_Orcamento.pdf	16/02/2018 17:16:22	Tatiane Marinho Vieira Tavares	Aceito
Folha de Rosto	1_Folha_de_Rosto.pdf	16/02/2018 17:13:44	Tatiane Marinho Vieira Tavares	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 08 de Junho de 2018

Assinado por:
PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA
(Coordenador)

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090

UF: TO **Município:** PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
(CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E DINÂMICAS
REGIONAIS/CÂMPUS ARAGUAÍNA)
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos você para participar da Pesquisa: **ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS DAS MULHERES DO MONUMENTO NATURAL DAS ÁRVORES FOSSILIZADAS DO TOCANTINS/FILADÉLFIA-TO** sob a responsabilidade da pesquisadora **Tatiane Marinho Vieira Tavares**. Para participar deste estudo, você deverá autorizar e assinar um termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A seguir, destacaremos algumas informações importantes sobre a pesquisa.

1) Justificativa, objetivos e passos da pesquisa:

A importância desta pesquisa se dá pela necessidade de entendermos um pouco mais as características sociais e econômicas do trabalho doméstico e/ou de cuidados (afazeres domésticos) não remunerado das mulheres que o realizam na Unidade de Conservação Integral Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (MONAF). Entender esses aspectos inclui: saber o perfil socioeconômico das trabalhadoras, o tempo que elas gastam para realizar este trabalho, as atividades domésticas mais comuns que realizam para si ou para os outros e a percepção que elas têm da importância do trabalho gratuito que realizam.

A pesquisa também se faz necessária pela necessidade de se contribuir com uma análise teórica e econômica que considere a importância do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado para a reprodução da vida e para disponibilizar dados que poderão servir para: uma melhor caracterização socioeconômica de parte da população que mora na referida unidade e que possui escassos dados atualizados; são dados de natureza social e econômica da população local.

A pesquisa conta com duas etapas de trabalho: uma na unidade de conservação (MONAF) e outra na Universidade Federal do Tocantins, na cidade de Araguaína. No trabalho na unidade, vamos coletar informações por meio de: (1) questionário estruturado e entrevista semi-estruturada com perguntas abertas e fechadas. Neste momento serão utilizados roteiros impressos do questionário e/ou da entrevista para realizarmos as perguntas. De acordo com o que você for respondendo, haverá a transcrição das respostas para o papel (de forma manuscrita): marcando nas alternativas ou escrevendo as frases. As respostas serão escritas pelo próprio entrevistador ou por outro membro da pesquisa presente. Cada entrevista terá aproximadamente 1 hora e 30 minutos de duração, sendo realizada em sua residência ou em local indicado por você. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento (desconforto), você não precisa realizá-lo, ou pode interrompê-lo a qualquer momento.

Na etapa do trabalho na Universidade, vamos organizar, escolher e examinar as informações coletadas na unidade.

2) Desconforto, riscos e benefícios da participação na pesquisa:

A participação, nesta pesquisa, não gera nenhum desconforto ou riscos físicos. Contudo, os desconfortos da participação podem ser causados pelas perguntas existentes no roteiro da entrevista e/ou do questionário, e que podem despertar algum tipo de sentimento e/ou emoção relacionados às suas experiências pessoais no dia a dia.

Os benefícios de sua participação estão associados à contribuição para a construção de um conhecimento mais profundo a respeito do trabalho doméstico e/ou de cuidados não remunerado (afazeres domésticos) e a respeito das mulheres que o realizam de forma gratuita; o que poderá contribuir para que tanto este trabalho quanto as trabalhadoras possam ter mais reconhecimento diante da sociedade em geral.

No momento de coleta de informações, alguns cuidados serão tomados: a) respeito à liberdade da pessoa em responder, em seu tempo, os instrumentos de coleta de informação, b) suspensão temporária da abordagem de coleta de informação, caso você tenha algum sentimento e/ou emoção fortes no ato de responder aos instrumentos de coleta, c) retomada autorizada por você da coleta de informações.

Caso haja algum desconforto e/ou riscos permanentes, algumas providências serão tomadas: a) encaminhamento, acompanhamento e assistência junto a terapeutas especializados (psicólogos), buscando solucionar o desconforto e/ou o risco; b) destruição, na sua frente, dos instrumentos de coleta de informação, caso assim seja demandada por você, por meio da recusa em participar da pesquisa em qualquer uma de suas fases.

Sendo assim, fica claro que você pode desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo, que terá sua privacidade respeitada e a garantia da confidencialidade das informações pessoais.

Se optar por dar continuidade à coleta de informações, você e o entrevistador assinarão duas vias a partir do momento em que você finalizar a leitura deste termo, sendo que uma via ficará com você e a outra com o entrevistador. Você pode ter acesso aos resultados da pesquisa.

3) Esclarecimento sobre acompanhamento e assistência da pesquisa:

Em qualquer momento da pesquisa, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito à indenização, contando com o encaminhamento, o acompanhamento e a assistência junto a terapeutas especializados (psicólogos), buscando solucionar o desconforto e/ou o risco.

A sua participação é voluntária, e a sua recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Você poderá interromper a participação a qualquer momento da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de informação, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa. Em relação a seu consentimento, ficam asseguradas a sua recusa e a retirada de seu consentimento em qualquer fase da pesquisa.

Você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Se, por ventura, for necessário o seu deslocamento para a realização da pesquisa, o pesquisador responsável irá fornecer (ressarcir) o transporte e a alimentação a você. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo em todas as fases da pesquisa. A sua privacidade será mantida em todas as fases da pesquisa, inclusive durante a coleta de dados.

Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre esta pesquisa, esclarecimentos ou críticas, em qualquer fase do estudo, você poderá entrar em contato com a pesquisadora, **Tatiane Marinho Vieira Tavares**, no endereço Av. Paraguai, esq. com a Rua Uxiramas s/n, Setor Cimba, Araguaína-TO, Cep: 77824-838 ou pelo telefone (63) 98110-3897, (63) 99234-0908, 3416-5648 ou 3416-5690 (sala na Universidade Federal do Tocantins - Câmpus Araguaína) e com a pesquisadora, **Fernanda Pereira de Brito**, no telefone: (63) 99237-9761, ou no e-mail: nanda_18brito@hotmail.com.

EM CASO DE DÚVIDAS quanto aos aspectos éticos da pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, da Universidade Federal do Tocantins (CEP-UFT) no endereço: Quadra 109 Norte, Avenida NS 15, ALCNO 14, Plano

Diretor Norte, Câmpus Universitário de Palmas, Prédio do Almojarifado, CEP: 77001-090 em Palmas-TO, por meio do telefone (63) 3229-4023, que funciona de segunda-feira à sexta-feira no horário comercial (exceto feriados) e o por meio do e-mail: cep_uft@uft.edu.br.

Eu, _____, fui informado sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo e autorizo a minha participação no projeto, sabendo que eu não receberei nenhum tipo de ajuda financeira pela participação neste estudo e que eu poderei sair quando quiser. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão custeados pelo orçamento da pesquisa. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo entrevistador, ficando uma via com cada um de nós. Reclamações e/ou insatisfações relacionadas à pesquisa poderão ser comunicadas por escrito à Secretaria do CEP/UFT, sendo que o seu nome será mantido em anonimato.

Data: ____/____/____

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) Coordenador(a) do Projeto

Araguaína-TO, 13 de abril de 2018.

Professora Dr^a: Tatiane Marinho Vieira Tavares

Curso de Biologia/ Curso de pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais/ Universidade Federal do Tocantins/Câmpus Araguaína. Funções: Levantamento e análise documental/ Aplicação e análise de questionários e entrevistas. Orientadora.

Estudante: Fernanda Pereira de Brito

Curso de pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais/ Universidade Federal do Tocantins/ Bolsista CAPES/ Câmpus Araguaína/ Funções: Levantamento e análise documental/ Aplicação e análise de questionários e entrevistas. Orientanda.



APÊNDICE 2: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS-CÂMPUS ARAGUAÍNA-TO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E DINÂMICAS REGIONAIS

Roteiro de entrevista destinado às mulheres residentes na área do Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins

Nome completo: _____

Estado Civil: _____

Data de coleta: ____/____/____

Horário da coleta: _____

Comunidade/povoado/assentamento/fazenda/zonamento da Unidade de Conservação onde
reside: _____

A. Identificação e formação social

1) Qual a sua idade? _____

2) Qual o seu grau de escolaridade?

3) Qual a sua ocupação? _____

4) Caso tenha o ensino superior completo, identificar o curso que realizou. Se tiver mais de
um curso superior, informar o mais recente.

5) Você exerce a profissão em que se formou? Se não, por quê?

B. Informações e visões sobre o trabalho doméstico e de cuidados

6) Você faz trabalho doméstico (fazer comida, limpar, etc.) de forma gratuita (de graça) onde
mora/trabalho de dentro de casa? Quanto tempo você gasta diariamente para fazer isso?

7) Por qual motivo você realiza o trabalho doméstico? Acha que o trabalho doméstico gratuito que você faz é um trabalho valorizado? Por quê?

8) Além de você, alguém mais realiza o trabalho doméstico na sua casa? Quem? (havendo ajuda de familiares, indicar apenas o parentesco) A pessoa costuma trabalhar mais ou menos que você? Por quê?

9) Você acha que as atividades domésticas gratuitas realizadas por você são importantes para si (você)? Por que você acha isso?

10) Você acha que o trabalho doméstico (fazer comida, limpar a casa, etc.) feito de forma gratuita por você é importante/ajuda outras pessoas? De que forma? Quem são as pessoas ajudadas? (não há necessidade de indicar nomes, apenas o parentesco)

11) Você acha que em geral o trabalho doméstico feito de forma gratuita nas casas é valorizado ou reconhecido pela sociedade? Por quê?

12) Você realiza algum trabalho de cuidados de pessoas (crianças, idosos, doentes) de forma gratuita (de graça)? Quanto tempo você gasta durante o dia para fazer isso?

13) Porque você realiza o trabalho de cuidados gratuito de pessoas? Acha que este trabalho que você faz é um trabalho valorizado?

14) Além de você, alguém mais realiza o trabalho de cuidados de pessoas na sua casa? Quem?(havendo ajuda de familiares, indicar apenas o parentesco) A pessoa costuma a trabalhar mais ou menos que você? Por quê?

15) Você acha que as atividades de cuidar de outra (s) pessoa (s) gratuitamente realizadas por você são importantes para si? Por que você acha isso?

16) Você acha que as atividades de cuidar de outra (s) pessoa (s) (companheiro (a), neto (a), neto (a), irmão (a), etc.) de forma gratuita que você faz são importantes/ajudam outras pessoas? De que forma? Quem são as pessoas? (havendo ajuda de familiares, indicar apenas o parentesco)

17) Você acha que em geral o trabalho de cuidados de pessoas feito de forma gratuita é valorizado e/ou reconhecido pela sociedade? Por quê?

C. Vida das trabalhadoras

18) Para você o trabalho doméstico (fazer comida, lavar, etc) feito gratuitamente pode gerar ou gerou um empecilho (dificuldade) na sua vida?

19) Para você o trabalho doméstico (fazer comida, lavar, etc) feito gratuitamente pode gerar um empecilho (dificuldade) na vida de outras mulheres? Por quê?

20) Para você o trabalho de cuidados de pessoas (crianças, idosos, doentes) feito de forma gratuita pode gerar ou gerou um empecilho (dificuldade) na sua vida?

21) Para você o trabalho de cuidados de pessoas (crianças, idosos, doentes) feito de forma gratuita pode gerar um empecilho (dificuldade) na vida de outras mulheres? Por quê?

22) Na sua opinião existe alguma coisa que a comunidade ou a prefeitura/governo poderia fazer para facilitar a realização do trabalho doméstico (de limpar, lavar, fazer comida, etc) que você faz em sua casa? O quê?

23) Na sua opinião existe alguma coisa que a comunidade ou a prefeitura/governo poderiam fazer para facilitar a realização do trabalho de cuidados de pessoas (crianças, idosos, doentes) que você faz? O quê?

24) Você acredita que tem bem estar e ou boa vida residindo na Unidade de Conservação (onde mora)? Se sim, por quê? Se não, o que poderia ser feito pra você conseguir viver bem?

Araguaína-TO, 30 de Janeiro de 2018

Estudante: Fernanda Pereira de Brito

Curso de pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais/Universidade Federal do Tocantins/
Bolsista CAPES/Campus Araguaína/Funções: Levantamento e análise documental/Aplicação e análise de
questionários e entrevistas. Autora do projeto de pesquisa.

Professora Dr^a: Tatiane Marinho Vieira Tavares.

Curso de Biologia/ Curso de pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais/ Universidade
Federal do Tocantins/Campus Araguaína. Funções: Levantamento e análise documental/Aplicação e análise de
questionários e entrevistas. Orientadora do projeto de pesquisa.

APÊNDICE 3. Ficha do perfil das mulheres do MONAF

IDENTIFICAÇÃO	NOME FANTASIA	IDADE	LOCALIDADE	DATA
1. M	JOANA	43	POVOADO	11/06/18
2.A	OSILENE	23	POVOADO	11/06/18
3. M	DALVINA	30	POVOADO	11/06/18
4. A	TATIANE	18	POVOADO	11/06/18
5. E	ANGELINA	65	-	11/06/18
6. J	MARCELA	26	-	11/06/18
7. M	JANDIRA	22	-	11/06/18
8. L	MARILENE	29	-	12/06/18
9. L	MÁRCIA	24	-	12/06/18
10. M	FERNANDA	23	-	12/06/18
11. M	ELVIRA	25	-	12/06/18
12. S	TAÍS	36	-	12/06/18
13. K	LAYANE	31	-	12/06/18
14. L	GLEICIANE	41	-	12/06/18
15. M	LÍGIA	59	-	12/06/18
16. I	JUCILÉIA	22	-	12/06/18
17. E	JACIARA	39	-	13/06/18
18. M	RENATA	27	-	13/06/18
19. J	GABRIELA	46	FAZ. LARANJINHA	14/06/18
20. M	KATARINA	54	POVOADO	14/06/18
21. V	MARIA	63	FAZ. BOA VERDURA	11/07/18
22. A	BRUNA	36	CHÁC. SANTA ISABEL	11/07/18
23. S	RAIMUNDA	35	FAZ. OZARA 1	11/07/18
24. G	ANTÔNIA	48	CHAC. CABECEIRA DA GALINHA	11/07/18
25. M	DÉBORA	38	FAZ. OLHO D'ÁGUA	11/07/18
26. S	ALICE	55	FAZ. VARGEM NOVA	12/07/18
27. C	ELZA	24	FAZ. ÁGUA BOA 2	12/07/18
28. J	VERÔNICA	49	FAZ. BANANEIRA	12/07/18
29. M.	ELIZÂNGELA	43	POVOADO	13/07/18
30. M	ELIZABETH	60	POVOADO	13/07/18
31. A	ALEXANDRA	43	POVOADO	13/07/18
32. L	ÉRICA	25	FAZ. MELÃO	14/07/18
33. M	SABRINA	64	POVOADO	14/07/18
34. A	CAMILA	40	POVOADO	14/07/18
35. L	LARISSA	59	POVOADO	15/07/18